

PC-MA

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 01/11/2026, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **PC-MA.** Assim que divulgados o caderno de provas oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**. Informamos que o gabarito é **EXTRAOFICIAL**, produzido pelo nosso time de especialistas do ESTRATÉGIA CARREIRAS JURÍDICAS.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking da **PC-MA** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

Acesse aqui

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

Acesse aqui

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Conte sempre conosco!

Vinicius Militão,
Coordenador do SQ e CAST

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

QUESTÕES PASSÍVEIS DE RECURSO

Na análise dos nossos professores, as questões abaixo têm fundamento para recurso. Os argumentos completos estão nos comentários de cada questão.

QUESTÃO	MATÉRIA	GABARITO	PEDIDO
23	Direito Administrativo	B	Anulação
51	Direitos Humanos	A	Anulação
52	Direitos Humanos	A	Anulação
58	Direito Penal	A	Recurso
61	Direito Penal	B	Anulação
82	Legislação Penal e Processual Penal Especial	B	Anulação

PROVA COMENTADA

QUESTÃO 01. Um indivíduo foi acusado do crime de injúria racial. Segundo a denúncia, ele havia proferido palavras ofensivas à vítima em um estádio de futebol, de acordo com gravação em vídeo. No entanto, laudos periciais oficiais e pareceres técnicos apontaram que, a partir do áudio, não fora identificado elemento ofensivo. Em razão disso, a autoridade policial solicitou ao centro de inteligência da delegacia a elaboração de relatório com auxílio de inteligência artificial generativa (IAG), que, por sua vez, concluiu a presença dos elementos ofensivos caracterizadores do crime. Esse relatório, então, foi utilizado como fundamento para a denúncia apresentada contra o acusado. Nessa situação hipotética, conforme entendimento do STJ, o relatório elaborado com auxílio de IAG:

a) É considerado prova apta a subsidiar a decisão judicial, porque o relatório técnico produzido por IAG não configura qualquer ilícito tampouco violação a normas de direito penal ou ofensa à cadeia de custódia da prova.

b) Não é considerado prova apta a subsidiar a decisão judicial, pois a prova deve observar critérios de racionalidade e fundamentação, algo que a IAG não necessariamente atende, por basear-se em padrões estatísticos passíveis de alucinação e risco de viés de confirmação.

c) É considerado prova apta a subsidiar a decisão judicial, porquanto tem a finalidade de permitir ao juiz conhecer dos fatos e formar sua convicção a partir do sistema do livre convencimento motivado.

d) Não é considerado prova apta a subsidiar a decisão judicial, porque o ordenamento jurídico processual penal veda qualquer prova técnica que não seja produzida por perito oficial, assim entendido como o ser humano dotado de capacidade técnica.

e) É considerado prova apta a subsidiar a decisão judicial, pois o juiz não fica adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte, nos termos do Código de Processo Penal.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do tema Direito Digital, mais precisamente sobre a Inteligência Artificial.

A alternativa B está correta. A questão reproduz exatamente o caso do HC 1.059.475/SP, no qual o STJ decidiu afastar e determinar a exclusão de um relatório investigativo produzido com o auxílio de inteligência artificial generativa em um processo penal. Vejamos:

"(...) 5. Outra particularidade relevante constante dos presentes autos é a efetiva existência de perícia técnica realizada nos vídeos pelo Instituto de Criminalística. A conclusão obtida foi no sentido de que, "[c]om base nos parâmetros técnicos da fonética forense e da acústica da fala, não se confirmaram [...] traços articulatórios compatíveis com o termo 'macaco'". Nada obstante, solicitou-se ao Centro de Inteligência da Delegacia a produção de relatório por meio de inteligência artificial generativa, no qual se concluiu que foi, sim, utilizada a palavra "macaco", sendo referida conclusão utilizada na denúncia. Conforme destacado pela defesa, é possível identificar certo viés de confirmação na atividade estatal que, além de não ter se contentado com a perícia oficial, a qual não identificou a palavra esperada, procedeu à análise por meio de ferramentas de inteligência artificial generativa, as quais, conforme destacado anteriormente no presente julgamento, não possuem respaldo científico. De fato, tanto a autoridade policial quanto o Ministério Público e o próprio Judiciário consideraram o juízo probabilístico da inteligência artificial não apenas suficiente, mas prevalente em relação a uma perícia realizada por órgão oficial. (...)

7. Nessa linha de intelecção, constata-se que o "Relatório Técnico" produzido por investigador de polícia, com a utilização de ferramentas de inteligência artificial generativa (Gemini e Perplexity), não possui confiabilidade epistêmica mínima, não podendo ser utilizado como prova no processo penal. (...)" (STJ. 5ª Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, j. 07/04/2026, Informativo 884).

Devido ao fundamento da alternativa B, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 02. Marlene, de 75 anos de idade, possui, em instituição bancária privada, conta corrente com movimentação média habitual de R$ 3.000. Às 4 h 00 min de certo dia, ela recebeu uma ligação de número com o prefixo oficial de seu banco e identificado, no visor de seu celular, como o contato salvo de seu gerente, Afonso. O suposto gerente a informou de uma tentativa de fraude em sua conta e a orientou a cancelar a operação suspeita por meio do compartilhamento da senha e do token, tendo-lhe cobrado pelo serviço o pagamento via PIX no valor de R$ 20.000. Acreditando que se comunicava com seu gerente, Marlene utilizou seu aplicativo do banco para realizar a transferência segundo as instruções, sem ter havido qualquer bloqueio ou alerta antes da efetivação, ainda que se tratasse de transferência durante a madrugada e em valor expressivamente superior ao habitual. Dessa forma, ela satisfez as camadas de

autenticação viciada por erro induzido e, sem perceber, tornou-se vítima de golpe baseado na técnica de "spoofing". Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta consoante o entendimento sumulado do STJ.

a) A ausência de bloqueio ou de alerta diante da transferência na madrugada e em valor muito superior ao perfil da cliente evidencia insuficiência de mecanismos antifraude, o que configura fortuito interno e atrai a incidência da Súmula n.º 479 do STJ.

b) Não há responsabilidade de instituições financeiras por golpes baseados na técnica de spoofing, por se tratar de falha na prestação de serviço pela operadora de telefonia.

c) O fato de Marlene ter realizado a transferência pelo aplicativo conforme as instruções do golpista configura culpa exclusiva da vítima, o que exclui a responsabilidade da instituição bancária.

d) A responsabilidade, no caso, é exclusiva do golpista, jamais podendo ser imputada à instituição bancária, ainda que demonstrada falha em seus sistemas de segurança.

e) A responsabilidade da instituição bancária é automática em qualquer golpe da falsa central e de spoofing, bastando a mera alegação da vítima de ter sido enganada por terceiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata do tema Responsabilidade Civil do Fornecedor.

A alternativa A está correta. Inicialmente, compete esclarecer que, no caso narrado pelo enunciado, Marlene foi vítima de "spoofing". O Spoofing é uma técnica de falsificação de identidade digital em que os criminosos mascaram dados como e-mail, número de telefone ou endereço IP, para simular serem uma entidade confiável. Assim, conseguem enganar pessoas ou sistemas para roubar dinheiro, dados sensíveis ou instalar malwares.

Segundo o STJ, a responsabilidade do banco não é automática, mas existe quando há falha na prestação do serviço, como neste caso. Observe que o enunciado dá vários indícios de operação atípica, a saber: a) O horário em que a operação ocorreu, que foi às 4h da madrugada; b) O valor da transferência, que foi de R$ 20.000, quase sete vezes a movimentação média de R$ 3.000; c) O perfil da cliente, uma idosa de 75 anos, consumidora hipervulnerável; e d) O fato de não ter havido nenhum bloqueio ou alerta antes da efetivação.

A falha do sistema antifraude é risco inerente à atividade bancária, ou seja, fortuito interno, e não rompe o nexo causal. Nesse sentido, vejamos o que determina a Súmula 479 do STJ:

"Súmula 479-STJ: As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.".

Portanto, no caso narrado, fica configurado o fortuito interno e, portanto, há aplicação da Súmula n.º 479 do STJ.

Devido ao fundamento da alternativa A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 03. Com o intuito de oferecimento de serviços de disparo de material de campanha a candidatos em eleições, uma microempresa de telemarketing anunciou em seu site uma lista segmentada com cerca de 130 milhões de contatos de telefone. Ao saber do fato, a promotoria de justiça do Ministério Público do estado comunicou o fato à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Durante a apuração, requisitaram-se à microempresa a indicação do encarregado e a origem desses dados comercializados, o que não foi atendido. Em razão disso, foi lavrado auto de infração contra a microempresa e publicada a decisão sancionatória da ANPD. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta em conformidade com o Regulamento do Processo de Fiscalização e do Processo Administrativo Sancionador no âmbito da ANPD.

a) A microempresa autuada poderá interpor recurso administrativo contra o despacho de instauração do processo administrativo sancionador, no prazo de dez dias, contado da sua ciência.

b) A ANPD tem competência fiscalizatória para atuar em decorrência de programas periódicos de fiscalização, de forma coordenada com órgãos e entidades públicos ou em cooperação com autoridades de proteção de dados pessoais de outros países, de natureza internacional ou transnacional, sendo vedada sua atuação de ofício.

c) A ANPD deveria ter aplicado medidas de orientação e prevenção antes da instauração do processo administrativo sancionador, tendo em vista a natureza de microempresa do agente autuado.

d) O não atendimento à requisição da ANPD pode caracterizar obstrução à atividade de fiscalização, que abrange a recusa no atendimento e o não envio ou envio intempestivo de quaisquer dados e informações pertinentes à obrigação do agente regulado.

e) Não há previsão normativa para celebração de termo de ajustamento de conduta (TAC) no âmbito do processo administrativo sancionador.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata do tema Resolução CD/ANPD nº 1/2021.

A alternativa A está incorreta. Não cabe recurso. Conforme art. 38 da Resolução CD/ANPD nº 1/2021:

"Art. 38. Não cabe recurso administrativo contra o despacho de instauração do processo administrativo sancionador."

A alternativa B está incorreta. É sim permitida a atuação de ofício. Conforme art. 16 da Resolução CD/ANPD nº 1/2021:

"Art. 16. No exercício de sua competência fiscalizatória, a ANPD poderá atuar: I - de ofício; II - em decorrência de programas periódicos de fiscalização; III - de forma coordenada com órgãos e entidades públicos; ou IV - em cooperação com autoridades de proteção de dados pessoais de outros países, de natureza internacional ou transnacional."

A alternativa C está incorreta. Não existe, na Resolução CD/ANPD nº 1/2021, essa distinção para microempresas.

A alternativa D está correta. Conforme art. 4º, IV da Resolução CD/ANPD nº 1/2021:

"Art. 4º As seguintes definições são adotadas neste Regulamento: IV - obstrução à atividade de fiscalização: ato, comissivo ou omissivo, direto ou indireto, da fiscalização ou de seus pressupostos, que impeça, dificulte ou embarace a atividade de fiscalização exercida pela ANPD, mediante o oferecimento de entrave à situação dos agentes, a recusa no atendimento, e o não envio ou envio intempestivo de quaisquer dados e informações pertinentes à obrigação do agente regulado;"

A alternativa E está incorreta. Há sim a previsão da celebração de TAC. Conforme art. 43 e seguintes da Resolução CD/ANPD nº 1/2021:

"Art. 43. O interessado poderá apresentar à Coordenação-Geral de Fiscalização proposta de celebração de termo de ajustamento de conduta.".

QUESTÃO 04. Uma operadora de telecomunicações, ao fornecer a um cliente acesso à Internet por meio de conexão de fibra óptica residencial, atua como provedora de conexão. Já um aplicativo de mensagens instantâneas, ao permitir que esse mesmo usuário troque mensagens pela Internet, atua como provedor de aplicações de Internet. Com base nessa distinção e no Marco Civil da Internet, assinale a opção correta.

a) As operadoras de telecomunicações e os provedores dos aplicativos de mensagens instantâneas estão dispensados de guardar qualquer registro, cabendo essa obrigação à autoridade policial que o requisitar.

b) As operadoras de telecomunicações devem manter os registros de conexão sob sigilo pelo prazo de 2 anos, e os provedores dos aplicativos de mensagens instantâneas devem manter os registros de acesso sob sigilo pelo prazo de 1 ano.

c) As operadoras de telecomunicações devem manter os registros de conexão, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 6 meses, e os provedores dos aplicativos de mensagens instantâneas devem manter os registros de acesso, nessas mesmas condições, pelo prazo de 1 ano.

d) As operadoras de telecomunicações devem manter os registros de conexão, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 1 ano, e os provedores dos aplicativos de mensagens instantâneas devem manter os registros de acesso sob sigilo pelo mesmo prazo.

e) As operadoras de telecomunicações devem manter os registros de conexão sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 1 ano, e os provedores dos aplicativos de mensagens instantâneas devem manter os registros de acesso, nessas mesmas condições, pelo prazo de 6 meses.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata do tema Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014).

A alternativa E está correta. Os registros de conexão devem ser mantidos sob sigilo por 1 ano, e os registros de acesso devem ser mantidos sob sigilo por 6 meses. Conforme arts. 13 e 15 da Lei 12.965/2014:

"Art. 13. Na provisão de conexão à internet, cabe ao administrador de sistema autônomo respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do regulamento."

"Art. 15. O provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos do regulamento."

Devido ao fundamento da alternativa E, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas, pois trazem prazos incorretos.

QUESTÃO 05. De acordo com o Código Civil e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os próximos itens, acerca da tutela jurídica do nascituro.

I. A redação atual do art. 2º do Código Civil, após reforma legislativa recente, alberga expressamente a teoria conceptista ao prever que a personalidade civil da pessoa começa a partir da fecundação, momento em que todos os direitos patrimoniais e extrapatrimoniais do nascituro passam a ser protegidos.

II. Embora o nascituro tenha alguns direitos preservados por força da parte final do art. 2º do Código Civil, a jurisprudência do STJ é uníssona ao afastar o direito do nascituro à indenização por dano moral, tendo em vista que o pressuposto para a tutela da honra subjetiva é a consciência da própria existência.

III. A lei põe a salvo os direitos do nascituro desde a concepção.

IV. Conforme precedente do STJ, em exame realizado durante a gravidez que não comprometa o desenvolvimento digno e saudável no útero da mãe e, consequentemente, não afete o nascimento com vida e saúde, nem repercuta na vida após o nascimento, não gera dano moral indenizável.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) II e IV.

c) III e IV.

d) I, II e III.

e) I, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata da tutela jurídica do nascituro, especialmente da proteção assegurada desde a concepção e do direito à indenização por danos morais em situações que efetivamente repercutam sobre sua saúde ou vida.

O item I está incorreto, pois o art. 2º do Código Civil não foi alterado por reforma legislativa recente e não estabelece que a personalidade civil começa com a fecundação. O dispositivo prevê que a personalidade civil começa com o nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

O item II está incorreto, pois não é correto afirmar que a jurisprudência do STJ seja uníssona no afastamento do direito do nascituro à indenização por dano moral. O STJ reconhece que o nascituro pode ser titular desse direito em determinadas situações, embora tenha afastado a indenização no caso específico do REsp 1.170.239/RJ, porque o diagnóstico equivocado não comprometeu o desenvolvimento do feto nem produziu repercussões após o nascimento.

O item III está correto, pois reproduz a parte final do art. 2º do Código Civil: a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

O item IV está correto, pois, conforme o precedente do STJ, o exame realizado durante a gravidez não gera dano moral indenizável ao nascituro quando não compromete seu desenvolvimento intrauterino, não afeta seu nascimento com vida e saúde e não produz consequências posteriores.

QUESTÃO 06. Acerca da invalidade dos vícios nos negócios jurídicos, assinale a opção correta conforme o Código Civil e a jurisprudência do STJ.

a) O dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve se, porém, o dolo do representante convencional, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.

b) O Código Civil equiparou o falso motivo ao erro substancial, razão pela qual invalida o negócio jurídico com os mesmos requisitos de escusabilidade e cognoscibilidade descritos no art. 138.

c) O negócio nulo pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

d) Na fraude contra credores, presumem-se fraudulentas dos direitos dos outros credores as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor, bem como os negócios ordinários indispensáveis à manutenção de estabelecimento mercantil, rural ou industrial, ou à subsistência do devedor e de sua família.

e) A chamada simulação inocente recebe tratamento diferente do conferido à fraudulenta no Código Civil e na jurisprudência, porquanto a primeira é considerada hipótese de anulabilidade (nulidade relativa) do negócio jurídico e a segunda fulmina o negócio com vício de nulidade absoluta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata dos vícios dos negócios jurídicos, especialmente do dolo do representante, do erro, da fraude contra credores, da simulação e da confirmação dos negócios anuláveis.

A alternativa A está correta, pois reproduz o Código Civil:

"Art. 149. O dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante convencional, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos".

A alternativa B está incorreta. O erro substancial pode tornar o negócio anulável quando presentes os requisitos do art. 138 do Código Civil e quando se enquadrar em uma das hipóteses do art. 139. O falso motivo, porém, possui disciplina própria: somente vicia a declaração de vontade quando tiver sido expressamente indicado como razão determinante do negócio, conforme o art. 140. Portanto, não há equiparação automática entre falso motivo e erro substancial.

A alternativa C está incorreta, pois confunde negócio anulável com negócio nulo. O art. 172 do Código Civil permite a confirmação do negócio anulável pelas partes, ressalvado o direito de terceiro. O negócio nulo, por sua vez, não pode ser confirmado ou convalidado pela simples manifestação das partes.

A alternativa D está incorreta porque mistura as regras dos arts. 163 e 164 do Código Civil. O art. 163 presume fraudulentas as garantias concedidas pelo devedor insolvente a determinado credor, pois elas podem prejudicar os demais credores. Já o art. 164 estabelece presunção de boa-fé e validade para os negócios ordinários indispensáveis à manutenção de estabelecimento mercantil, rural ou industrial, ou à subsistência do devedor e de sua família. Portanto, esses negócios não são presumidos fraudulentos.

A alternativa E está incorreta. O art. 167 do Código Civil considera nulo o negócio jurídico simulado, sem estabelecer tratamento distinto entre simulação inocente e simulação fraudulenta para fins de anulabilidade ou nulidade. A simulação conduz à nulidade do negócio aparente, ressalvada a possibilidade de subsistência do negócio dissimulado, se ele for válido em sua substância e forma, bem como a proteção dos terceiros de boa-fé.

QUESTÃO 07. A sociedade empresária XYZ Ltda. ajuizou ação de reparação de danos materiais e morais contra Ícaro, como proprietário de imóvel vizinho, um terreno baldio, em razão de prejuízos decorrentes de um incêndio provocado no imóvel de Ícaro e alastrado para o imóvel da sociedade empresária. O incêndio fora iniciado por terceiro não identificado. A sociedade empresária alegou que faltaram os deveres gerais de cuidado do bem e que o incêndio apenas se alastrou porque o imóvel era totalmente cercado, o que permitiu que pessoas depositassem lá garrafas de plástico, que acabaram por contribuir para que o incêndio se espalhasse rapidamente e atingisse o imóvel da sociedade empresária.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com o Código Civil e a jurisprudência do STJ.

a) Em conformidade com o art. 944 do Código Civil, em razão de a culpa ser também imputável a terceiros não conhecidos, Ícaro ficará sem responsabilidade pelos danos emergentes e não responderá por danos morais e lucros cessantes.

b) A manutenção de terreno baldio atrai a responsabilidade civil objetiva prevista no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, que dispensa não apenas a prova da culpa, mas também o nexo de causalidade,

bastando a prova da existência do dano e a comprovação de que Ícaro era proprietário do imóvel abandonado.

c) Todas as pessoas que depositaram resíduos no terreno, bem como o sujeito que ateou fogo, são solidariamente responsáveis, juntamente com Ícaro, pelo prejuízo causado à sociedade empresária XYZ Ltda., na proporção exata dos danos, podendo esta somente requerer a reparação integral do dano em face da pessoa que efetivamente ateou o fogo.

d) Pela teoria da causalidade direta e imediata, também referida na jurisprudência do STJ como teoria do dano direto e imediato, Ícaro não tem o dever de indenizar a sociedade empresária XYZ Ltda.

e) O Código Civil não adota a teoria da causalidade adequada, razão pela qual todas as causas são relevantes para a identificação do nexo de causalidade, devendo Ícaro ser responsabilizado por todos os danos causados à sociedade empresária XYZ Ltda., incluídos os danos morais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata da responsabilidade civil decorrente de incêndio provocado por terceiro em terreno baldio e da necessidade de demonstração do nexo de causalidade entre a conduta do proprietário e os danos alegados.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 944 do Código Civil trata da extensão da indenização, e não da existência do dever de indenizar. Antes de discutir a extensão dos danos emergentes, lucros cessantes ou danos morais, é necessário verificar se estão presentes conduta, dano e nexo causal.

A alternativa B está incorreta, pois a responsabilidade objetiva do art. 927, parágrafo único, do Código Civil não decorre automaticamente da manutenção de terreno baldio. Além disso, a responsabilidade objetiva dispensa a prova da culpa, mas não a demonstração do dano e do nexo de causalidade. A propriedade ou o abandono do imóvel, isoladamente, não tornam o proprietário responsável por todo evento ocorrido no local.

A alternativa C está incorreta, pois não se pode presumir que todas as pessoas que depositaram resíduos tenham contribuído para o incêndio, especialmente quando não identificadas. Também não se pode afirmar solidariedade sem demonstração de condutas causalmente ligadas ao dano. A sociedade empresária poderia buscar reparação integral contra o responsável pelo incêndio se ele fosse identificado, mas a alternativa não apresenta corretamente os pressupostos da responsabilidade dos demais envolvidos.

A alternativa D está correta. O STJ aplica a teoria da causalidade adequada, também denominada teoria do dano direto e imediato, segundo a qual somente há nexo causal quando a conduta é causa necessária, adequada e diretamente vinculada ao dano. No caso, o incêndio foi provocado exclusivamente por terceiro, o que rompeu o nexo causal entre a alegada omissão de Ícaro e os prejuízos sofridos pela sociedade empresária.

"Na aferição do nexo de causalidade, a doutrina majoritária de Direito Civil adota a teoria da causalidade adequada ou do dano direto e imediato, de maneira que somente se considera existente o nexo causal quando o dano é efeito necessário e adequado da causa cogitada (ação ou omissão). Logo, a configuração do nexo de causalidade, a ensejar a responsabilidade civil do agente, demanda a comprovação de conduta

comissiva ou omissiva determinante e diretamente atrelada ao dano. 2. No caso concreto, conforme as premissas fáticas delimitadas pelas instâncias ordinárias, a apontada omissão da agravante no cuidado com o terreno baldio e na fiscalização da utilização irregular do corredor pertencente ao imóvel - pela própria agravada e por terceira empresa - não é causa apta a influenciar imediata e diretamente a ocorrência do evento danoso, uma vez que o incêndio que acabou por se alastrar até o imóvel ocupado pelos agravados foi causado única e exclusivamente por terceiro que invadiu o imóvel e ateou fogo na vegetação, o que rompe o nexo causal entre a conduta da agravante e o resultado danoso. 3. Segundo o princípio da proibição de comportamento contraditório (venire contra factum proprium), a ninguém é lícito fazer valer um direito em contradição com sua conduta anterior interpretada objetivamente, afigurando-se descabido que os autores pretendam alegar uso indevido do corredor localizado na propriedade da ré, quando eram justamente eles que disso se beneficiavam. 4. Agravo interno a que se dá provimento". (STJ - AgInt no AREsp: 1490113 RS 2019/0111488-1, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 17/03/2025, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJEN 25/03/2025).

Aplicando essa compreensão ao caso, a sociedade empresária deveria demonstrar que a omissão de Ícaro foi causa determinante e diretamente vinculada à propagação do fogo. Contudo, o incêndio foi iniciado por terceiro não identificado, cuja conduta foi considerada suficiente para produzir o resultado. O STJ concluiu que o incêndio provocado exclusivamente por terceiro rompe o nexo causal entre a omissão do proprietário e os danos causados ao imóvel vizinho. A existência de um terreno baldio ou a falta de cuidado com o local não é suficiente para responsabilizar o proprietário quando o evento decorre diretamente de ato autônomo de terceiro.

A alternativa E está incorreta, pois o Código Civil e a jurisprudência do STJ não consideram todas as condições igualmente relevantes para a responsabilização. Adota-se a exigência de causalidade adequada ou de dano direto e imediato, afastando-se a responsabilidade quando fato exclusivo de terceiro rompe a relação causal.

QUESTÃO 08. Com base no Decreto n.º 9.830/2019, assinale a opção correta.

a) É proibido que situação plenamente constituída seja declarada inválida devido a mudança posterior de orientação geral, vedação esta que atinge também a possibilidade de suspensão de efeitos futuros de relação em curso.

b) O termo de ajustamento de gestão será celebrado apenas entre agentes públicos e poderá ser celebrado nas hipóteses de ocorrência de dano ao erário praticado por agentes públicos que agirem com dolo ou erro grosseiro.

c) A decisão que determinar a revisão quanto à validade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativas cuja produção de efeitos esteja em curso ou que tenha sido concluída não levará em consideração as orientações gerais da época.

d) A decisão administrativa que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado e impuser novo dever ou novo condicionamento de direito sempre prescindirá de regime de transição.

e) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos, as dificuldades reais do agente público e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata das regras de interpretação e aplicação do direito público previstas na LINDB.

A alternativa A está incorreta. O art. 5º, § 1º, do Decreto nº 9.830/2019 realmente veda que uma situação plenamente constituída seja declarada inválida com fundamento em mudança posterior de orientação geral. Contudo, o § 2º do mesmo artigo ressalva expressamente a possibilidade de suspensão dos efeitos futuros de uma relação em curso. Portanto, a alternativa está errada ao afirmar que essa possibilidade também seria proibida.

A alternativa B está incorreta. O termo de ajustamento de gestão pode ser celebrado entre agentes públicos e órgãos de controle interno da Administração Pública, não apenas entre agentes públicos. Além disso, o art. 11, § 2º, do Decreto nº 9.830/2019 determina que não será celebrado o termo quando houver dano ao erário praticado com dolo ou erro grosseiro.

A alternativa C está incorreta, pois a decisão que revisar a validade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativas deve considerar as orientações gerais vigentes à época, conforme o art. 5º, caput, do Decreto nº 9.830/2019.

A alternativa D está incorreta. O art. 6º do Decreto nº 9.830/2019 determina a previsão de regime de transição quando ele for indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente. Não se trata de exigência automática ou obrigatória em todos os casos.

A alternativa E está correta, pois reproduz o art. 8º do Decreto nº 9.830/2019 e o art. 22 da LINDB. Na interpretação de normas sobre gestão pública, devem ser considerados os obstáculos e as dificuldades reais do agente público, as exigências das políticas públicas sob sua responsabilidade e, simultaneamente, os direitos dos administrados.

Decreto nº 9.830/2019:

"Art. 8º Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos, as dificuldades reais do agente público e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados".

LINDB:

"Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados".

QUESTÃO 09. Acerca do cabimento de *habeas corpus* no processo civil, assinale a opção correta.

a) É cabível *habeas corpus* no processo de execução sempre que a obrigação estiver prescrita, e, mesmo assim, o juiz deve decretar medidas expropriativas que atinjam o patrimônio do devedor.

b) É cabível *habeas corpus* em caso de execução de obrigação alimentar, caso, mesmo após o executado comprovar sua impossibilidade de pagar a dívida, o juiz decrete a sua prisão.

c) O *habeas corpus* é cabível no processo civil exclusivamente nas execuções de obrigação de não fazer, caso o executado descumpra a ordem judicial e pratique ato a ele vedado, causando a sua ordem de prisão.

d) O *habeas corpus* é o instrumento processual adequado para combater ameaça a direito líquido e certo de uma das partes envolvidas em uma relação processual não criminal.

e) Não há instrumento jurídico que proíba a sua aplicação no processo civil, mas a doutrina e a jurisprudência pátrias reconhecem que se trata de um instituto exclusivamente criminal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre o cabimento do *habeas corpus* no processo civil, cuja hipótese típica é a prisão civil do devedor de alimentos.

A alternativa **A** está incorreta, pois o *habeas corpus* tutela a liberdade de locomoção, e não o patrimônio. A prescrição deve ser arguida pelos meios de defesa próprios da execução, como a impugnação ao cumprimento de sentença.

"CF, art. 5º, LXVIII. conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;"

"CPC, art. 525, § 1º. Na impugnação, o executado poderá alegar: (...) VII - qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença."

A alternativa **B** está correta, porque a prisão civil exige o inadimplemento voluntário e inescusável da obrigação alimentar. Demonstrada a impossibilidade absoluta de pagamento, a prisão é ilegal e pode ser impugnada por *habeas corpus.*

"CF, art. 5º, LXVIII. conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;"

"CF, art. 5º, LXVII. não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia (...);"

"CPC, art. 528, § 2º. Somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento."

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que não há previsão de prisão civil por descumprimento de obrigação de não fazer. A única hipótese de prisão civil admitida no ordenamento jurídico brasileiro é a do devedor de alimentos, e o *habeas corpus* é cabível contra violência ou ameaça ilegal à liberdade de locomoção, independentemente da natureza do processo.

"CF, art. 5º, LXVII. não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;"

"Súmula Vinculante nº 25 do STF: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito."

A alternativa **D** está incorreta, porquanto o instrumento destinado à proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, é o mandado de segurança.

"CF, art. 5º, LXIX. conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;"

A alternativa **E** está incorreta, pois o *habeas corpus* é garantia constitucional da liberdade de locomoção, cabível em qualquer esfera, inclusive no processo civil, sem restrição à matéria criminal.

"CF, art. 5º, LXVIII. conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;"

QUESTÃO 10. Hans, nascido na Alemanha e lá residente, ingressou, no seu país de origem, com ação judicial contra Francisco, brasileiro também residente naquele país, reivindicando a propriedade de um imóvel situado no Brasil. Francisco foi regularmente citado, constituiu advogado e apresentou defesa. Após o regular processamento, o pedido foi julgado procedente e transitou em julgado na justiça alemã.

Nessa situação hipotética, a decisão proferida pela jurisdição alemã

a) não poderá ser executada perante a autoridade judiciária brasileira, porquanto a competência para julgar matéria relacionada a bem imóvel situado no Brasil é exclusiva da jurisdição brasileira.

b) poderá ser executada no Brasil perante a jurisdição federal da localidade onde o imóvel está situado, desde que seja homologada pelo STJ.

c) poderá ser executada no Brasil perante a jurisdição estadual da localidade onde o imóvel está situado, desde que seja homologada pelo STF.

d) poderá ser executada no Brasil, perante a jurisdição federal da localidade onde o imóvel está situado, independentemente de homologação judicial.

e) poderá ser executada no Brasil, perante a jurisdição estadual da localidade onde o imóvel está situado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre os limites da jurisdição nacional, em especial a competência internacional exclusiva da autoridade judiciária brasileira, e sobre a homologação de decisão estrangeira.

A alternativa **A** está correta, pois as ações relativas a imóveis situados no Brasil são de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira, e a decisão estrangeira proferida nessa hipótese não pode ser homologada.

"CPC, art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: I - conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil;"

"CPC, art. 964. Não será homologada a decisão estrangeira na hipótese de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira. Parágrafo único. O dispositivo também se aplica à concessão do exequatur à carta rogatória."

A alternativa **B** está incorreta, porque, embora a homologação de decisão estrangeira caiba ao STJ e o cumprimento caiba à Justiça Federal, a homologação é vedada na hipótese de competência exclusiva brasileira.

"CPC, art. 964. Não será homologada a decisão estrangeira na hipótese de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira. Parágrafo único. O dispositivo também se aplica à concessão do exequatur à carta rogatória."

"CPC, art. 965. O cumprimento de decisão estrangeira far-se-á perante o juízo federal competente, a requerimento da parte, conforme as normas estabelecidas para o cumprimento de decisão nacional."

A alternativa **C** está incorreta. O STF não é competente para homologar decisões estrangeiras: essa atribuição é do STJ, conforme o art. 105, I, "i", da Constituição Federal. Além disso, o cumprimento de decisão estrangeira homologada compete à Justiça Federal, conforme o art. 109, X, da Constituição Federal. No caso, porém, a homologação é vedada pelo art. 964 do CPC.

"CF, art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: (...) i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;"

"CF/88, art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: (...) X - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o "exequatur", e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;"

"CPC, art. 964. Não será homologada a decisão estrangeira na hipótese de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira. Parágrafo único. O dispositivo também se aplica à concessão do exequatur à carta rogatória."

"CPC, art. 965. O cumprimento de decisão estrangeira far-se-á perante o juízo federal competente, a requerimento da parte, conforme as normas estabelecidas para o cumprimento de decisão nacional."

A alternativa **D** está incorreta, porquanto a decisão estrangeira somente produz efeitos no Brasil após a homologação, nos termos do art. 961 do CPC. No caso apresentado, a homologação é vedada pelo art. 964 do CPC, em razão da competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira.

"CPC, art. 961. A decisão estrangeira somente terá eficácia no Brasil após a homologação de sentença estrangeira ou a concessão do exequatur às cartas rogatórias, salvo disposição em sentido contrário de lei ou tratado."

"CPC, art. 964. Não será homologada a decisão estrangeira na hipótese de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira. Parágrafo único. O dispositivo também se aplica à concessão do exequatur à carta rogatória."

A alternativa **E** está incorreta, pois o cumprimento de decisão estrangeira homologada compete à Justiça Federal, conforme o art. 109, X, da Constituição Federal, e não à Justiça estadual. Além disso, a homologação é vedada no caso, por se tratar de matéria de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira, nos termos do art. 964 do CPC.

"CF, art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: (...) X - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o "exequatur", e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;"

"CPC, art. 964. Não será homologada a decisão estrangeira na hipótese de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira. Parágrafo único. O dispositivo também se aplica à concessão do exequatur à carta rogatória."

QUESTÃO 11. Alberto propôs ação de reparação de dano em desfavor de João, e, após inúmeras tentativas frustradas de citação, o juízo considerou que havia suspeita de ocultação pelo requerido, por esse motivo concedeu, de ofício, tutela de urgência, determinando o arresto de bens do requerido, até o limite do valor do pedido formulado pelo requerente.

Nessa situação hipotética, a concessão da tutela de urgência

a) não tem amparo legal, pois, no processo de conhecimento, a medida somente pode ser concedida após a instrução processual.

b) não tem amparo legal, pois a medida somente pode ser concedida de ofício em ação de execução ou em fase de cumprimento de sentença.

c) não tem amparo legal, pois a medida somente pode ser concedida após a citação regular do requerido.

d) não tem amparo legal, pois a medida, embora possa ser concedida em ação de conhecimento, não pode ser concedida de ofício.

e) tem amparo legal, pois a medida pode ser concedida de ofício em qualquer fase da ação de conhecimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre a tutela provisória de urgência de natureza cautelar e a impossibilidade de sua concessão de ofício pelo juiz.

A alternativa **A** está incorreta, pois a tutela de urgência pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental, inclusive liminarmente, sem necessidade de aguardar a instrução.

"CPC, art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental."

"CPC, art. 300, § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia."

A alternativa **B** está incorreta, porque a tutela de urgência não pode ser concedida de ofício, ainda que requerida no curso da execução ou do cumprimento de sentença. O arresto executivo previsto no art. 830 do CPC é medida distinta, realizada pelo oficial de justiça quando não encontra o executado, e não se confunde com a tutela cautelar de urgência.

"CPC, art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução."

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que a tutela de urgência pode ser concedida liminarmente, antes da citação e sem oitiva prévia do requerido, nos termos dos arts. 300, § 2º, e 9º, parágrafo único, I, do CPC.

"CPC, art. 300, § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia."

"CPC, art. 9º. Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica: I - à tutela provisória de urgência;"

A alternativa **D** está correta, pois o arresto pode ser utilizado como medida de efetivação da tutela de urgência de natureza cautelar, nos termos do art. 301 do CPC. Contudo, sua concessão depende de requerimento da parte, não podendo o juiz concedê-la de ofício, conforme os arts. 2º e 299 do CPC.

"CPC, art. 2º. O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei."

"CPC, art. 299. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal."

"CPC, art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito."

A alternativa **E** está incorreta, porquanto a tutela de urgência não pode ser concedida de ofício, dependendo de requerimento da parte, conforme a sistemática dos arts. 2º e 299 do CPC (veja a transcrição dos artigos na alternativa D).

QUESTÃO 12. No que se refere à competência e sua modificação no processo civil, julgue os itens a seguir.

I O julgamento de conflito negativo de competência que envolva dois juízos estaduais de primeiro grau localizados no mesmo estado competirá ao respectivo tribunal de justiça a que estejam vinculados os juízos conflitantes.

II O juízo da causa, se constatar que o autor não obedeceu à regra legal que fixa a competência territorial, poderá declinar da competência de ofício e determinar a remessa dos autos ao juízo competente.

III Nos contratos particulares, os contratantes podem eleger o juízo para processar e julgar qualquer controvérsia jurídica decorrente do contrato firmado entre eles.

IV A incompetência em razão da matéria e do lugar não fica sujeita à preclusão e, por esse motivo, poderá ser suscitada pelo réu em qualquer tempo ou grau de jurisdição.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas os itens III e IV estão certos.

c) Apenas os itens I, II e III estão certos.

d) Apenas os itens I, II e IV estão certos.

e) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre o conflito de competência, a incompetência relativa e absoluta e a eleição de foro, inclusive após a Lei nº 14.879/2024.

O item **I** está correto, pois o conflito entre juízos estaduais de primeiro grau vinculados ao mesmo Tribunal de Justiça é dirimido pelo respectivo TJ. A competência do STJ para conflitos entre juízes estaduais alcança aqueles vinculados a tribunais diferentes.

"CF, art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: (...) d) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, "o", bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos;"

"STJ. (...) 1. Compete aos Tribunais de Justiça locais dirimir eventuais conflitos de competência entre Juízo de Direito de competência comum e Juízo de Direito de Juizado Especial vinculados ao mesmo Tribunal. (...) (CC n. 97.445/MG, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Terceira Seção, julgado em 9/9/2009, DJe de 8/10/2009.)"

O item **II** está incorreto, porque trata a declinação de ofício como consequência geral do descumprimento das regras de competência territorial. Em regra, a incompetência territorial é relativa e não pode ser

declarada de ofício, conforme a Súmula 33 do STJ. Excepcionalmente, porém, o art. 63, § 5º, do CPC admite a declinação de ofício quando a ação é ajuizada em juízo aleatório, sem vínculo com o domicílio ou a residência das partes ou com o negócio jurídico discutido na demanda.

"Súmula 33 do STJ: A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício."

"CPC, art. 63, § 5º O ajuizamento de ação em juízo aleatório, entendido como aquele sem vinculação com o domicílio ou a residência das partes ou com o negócio jurídico discutido na demanda, constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício. (Incluído pela Lei nº 14.879, de 4 de junho de 2024)"

O item **III** está incorreto, uma vez que a eleição de foro só pode modificar a competência em razão do valor e do território e deve observar os requisitos do art. 63, § 1º, do CPC: instrumento escrito, referência a negócio jurídico determinado e vínculo com o domicílio ou a residência de uma das partes ou com o local da obrigação. Por isso, não se pode eleger livremente o juízo para qualquer controvérsia contratual (arts. 62 e 63 do CPC).

"CPC, art. 62. A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes."

"CPC, art. 63. As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações. § 1º A eleição de foro somente produz efeito quando constar de instrumento escrito, aludir expressamente a determinado negócio jurídico e guardar pertinência com o domicílio ou a residência de uma das partes ou com o local da obrigação, ressalvada a pactuação consumerista, quando favorável ao consumidor."

O item **IV** está incorreto, porquanto mistura competência absoluta e relativa. A incompetência em razão da matéria é absoluta e pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição. A incompetência territorial, em regra, é relativa e deve ser alegada como preliminar de contestação; se o réu não a alegar, ocorre a prorrogação da competência.

"CPC, art. 64. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação. § 1º A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício."

"CPC, art. 65. Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação. Parágrafo único. A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar."

Estando correto apenas o item I, a resposta é a letra A.

QUESTÃO 13. "Apesar das reivindicações e mobilizações ocorridas durante a Constituinte, a política de reforma agraria implantada a partir de 1988 não conseguiu alterar de modo estrutural o quadro de concentração fundiária no Brasil." (Antonio Maués. Constituição e desigualdade: direito de propriedade e reforma agrária no Brasil. In: Lua Nova, São Paulo, v. 115, 2022, p. 192-193). A respeito da regulação jurídica da reforma agrária, assinale a opção correta.

a) O grau de utilização da terra, para avaliação de propriedade produtiva, deve ser, no mínimo, de 50%, calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel.

b) A pequena e a média propriedade rural gozam de imunidade contra a desapropriação para fins de reforma agrária, independentemente da quantidade de imóveis rurais que seu titular possua.

c) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de vinte anos.

d) A observância das disposições que regulam as relações de trabalho implica, para a função social da propriedade rural, considerar apenas as relações que disciplinam os contratos de arrendamento e parcerias rurais.

e) Para fins de habilitação como beneficiário em projetos de assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a renda familiar proveniente de atividade não agrária não pode ser superior a três salários-mínimos mensais ou a um salário-mínimo per capita.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Reforma Agrária.

A alternativa A está incorreta. O grau de utilização da terra (GUT) exigido para a propriedade ser considerada produtiva é de 80%, e não de 50%. Nos termos do art. 6º, § 1º, da Lei 8.629/93:

"Art. 6º. (...) § 1º O grau de utilização da terra, para efeito do caput deste artigo, deverá ser igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel."

A alternativa B está incorreta. A proteção se dá desde que o proprietário não possua outra propriedade rural. Conforme art. 185, I, da CF:

"Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;"

A alternativa C está incorreta. Tais títulos são inegociáveis pelo prazo de 10 anos, e não de 20. Conforme art. 189 da CF:

"Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos."

A alternativa D está incorreta. A CF/88 exige a observância das disposições que regulam as relações de trabalho em sentido amplo. Conforme seu art. 186, III:

"Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;"

A alternativa E está correta. É exatamente o que determina o art. 20, VI, da Lei 13.465/2017. Vejamos:

"Art. 20. Não poderá ser selecionado como beneficiário dos projetos de assentamento a que se refere esta Lei quem: VI - auferir renda familiar proveniente de atividade não agrária superior a três salários mínimos mensais ou superior a um salário mínimo per capita.".

QUESTÃO 14. Acerca dos contratos agrários, julgue os próximos itens.

I - Arrendamento rural é o contrato pelo qual uma pessoa se obriga a ceder a outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da força maior.

II - Os contratos de arrendamento e de parceria podem ser celebrados por escrito ou verbalmente.

III - Nos contratos agrários, independentemente de sua forma, deverão constar obrigatoriamente cláusulas que assegurem a conservação dos recursos naturais.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Contratos Agrários.

A alternativa D está correta. Apenas os itens II e III estão corretos.

O item I está incorreto. A partilha de riscos do caso fortuito e da força maior é característica da parceria rural, e não do arrendamento. De acordo com o art. 4º do Decreto 59.566/66:

"Art 4º Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso especifico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias primas de origem animal, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei (artigo 96, VI do Estatuto da Terra)."

O item II está correto. De acordo com o art. 11 do Decreto 59.566/66:

"Art 11. Os contratos de arrendamento e de parceria poderão ser escritos ou verbais. Nos contratos verbais presume-se como ajustadas as cláusulas obrigatórias estabelecidas no art. 13 deste Regulamento."

O item III está correto. De acordo com o art. 13 do Decreto 59.566/66:

"Art 13. Nos contratos agrários, qualquer que seja a sua forma, contarão obrigatoriamente, clausulas que assegurem a conservação dos recursos naturais e a proteção social e econômica dos arrendatários e dos parceiros-outorgados a saber (Art. 13, incisos III e V da Lei nº 4.947-66);".

QUESTÃO 15. "O Nordeste é a segunda região do país com o maior número de indígenas: são 528.800 pessoas que se declararam indígenas. Em relação aos estados da região, o Maranhão fica atrás somente da Bahia, que possui 229.103 pessoas indígenas, e de Pernambuco, que conta 106.634." (Rafaelle Froes. Censo 2022: Maranhão é o 3.º estado com maior população indígena do Nordeste; mais de 72% vive dentro de territórios indígenas. In: Portal G1, 7/8/2023 (com adaptações)). No que diz respeito às terras indígenas, assinale a opção correta.

a) A pesquisa e a lavra de riquezas minerais em terras indígenas são permitidas mediante autorização da assembleia legislativa do respectivo estado, depois de ouvidas as comunidades afetadas.

b) O órgão fundiário federal está isento de realizar o reassentamento de ocupantes não indígenas identificados em área em processo de demarcação.

c) A Fundação Nacional dos Povos Indígenas não detém poder de polícia em terras indígenas.

d) Constitui infração aos direitos dos povos indígenas o cometimento de danos às placas e aos marcos delimitadores de terras indígenas.

e) É inadmissível o deslocamento compulsório ou a remoção de comunidades indígenas de suas terras tradicionais, sendo tal medida vedada e insuscetível de autorização mesmo em casos de crises sanitárias que coloquem em iminente risco a sobrevivência de sua população.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Terras Indígenas.

A alternativa A está incorreta. A CF/88 exige autorização do Congresso Nacional, e não da assembleia legislativa estadual, para a pesquisa e a lavra de riquezas minerais em terras indígenas. Conforme seu art. 231, § 3º:

"Art. 231. (...) § 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 4º do Decreto 1.775/96:

"Art. 4° Verificada a presença de ocupantes não índios na área sob demarcação, o órgão fundiário federal dará prioridade ao respectivo reassentamento, segundo o levantamento efetuado pelo grupo técnico, observada a legislação pertinente."

A alternativa C está incorreta. A Funai exerce, sim, poder de polícia nas terras indígenas e nas matérias ligadas à proteção dos indígenas. Esta atribuição está no Decreto 12.373/2025. Conforme seu artigo 1º:

"Art. 1º Este Decreto regulamenta o exercício do poder de polícia da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai nas terras indígenas e nas áreas objeto de portaria de restrição de uso para a proteção dos direitos desses povos."

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 3º, VIII, do Decreto 12.373/2025:

"Art. 3º Constituem infrações aos direitos dos povos indígenas, entre outras previstas em lei: VIII - a dilapidação dos bens ou a descaracterização dos limites das terras indígenas, e os danos às placas e aos marcos delimitadores de terras indígenas ou a sua remoção."

A alternativa E está incorreta. A Constituição Federal admite, sim, a remoção dos grupos indígenas, ad referendum do Congresso Nacional, em casos excepcionais. Conforme seu art. 231, § 5º:

"Art. 231. (...) § 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.".

QUESTÃO 16. A respeito dos procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, em conformidade com a legislação aplicável, julgue os itens a seguir.

I - O critério da autodeclaração étnico-racial tem aplicação restrita aos processos de demarcação de terras indígenas, sendo inaplicável aos procedimentos de identificação e regularização das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

II - Para fins de execução da política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos fazem jus à assistência técnica dos órgãos competentes, porém, sem direito a tratamento preferencial ou linhas especiais de financiamento.

III - Constatada a incidência de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos sobre áreas de domínio dos estados, caberá ao INCRA o encaminhamento dos autos aos respectivos entes federativos competentes para a devida titulação.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Apenas os itens I e II estão certos.

e) Apenas os itens I e III estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Terras Ocupadas por Remanescentes de Quilombolas.

A alternativa A está correta. Todos os itens estão incorretos.

O item I está incorreto. A autodefinição é o critério central para reconhecer as comunidades quilombolas. Conforme art. 2º do Decreto 4.887/2003:

"Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida."

O item II está incorreto. Há sim tratamento preferencial. Conforme art. 20 do Decreto 4.887/2003:

"Art. 20. Para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura."

O item III está incorreto. O INCRA pode dar prosseguimento, sem prejuízo da competência concorrente dos estados e municípios. Conforme art. 3º do Decreto 4.887/2003:

"Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.".

QUESTÃO 17. Assinale a opção correta a respeito de aspectos legais pertinentes às unidades de conservação.

a) A pena prevista para o crime de penetrar em unidade de conservação conduzindo instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos, sem licença da autoridade competente, é detenção, de seis meses a um ano, e multa.

b) O entorno de uma unidade de conservação onde as atividades humanas estiverem sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade, é considerado corredor ecológico.

c) Famoso mundialmente por suas dunas e lagoas de água pluvial, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é uma unidade de conservação da categoria de uso sustentável.

d) A criação de unidades de conservação, exceto áreas de proteção ambiental, deve ser precedida de consulta pública que permita identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade.

e) O crime ambiental definido pela conduta de causar dano direto ou indireto às unidades de conservação é penalizado com reclusão e não admite a modalidade culposa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000).

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 52 da Lei 9.605/98:

"Art. 52. Penetrar em Unidades de Conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente: Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa."

A alternativa B está incorreta. A alternativa traz, na verdade, a definição de zona de amortecimento. A definição correta de corredor ecológico se encontra no inciso XIX do art. 2º da Lei de SNUC. Assim, conforme art. 2º, XVIII e XIX, da Lei de SNUC

"Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais."

A alternativa C está incorreta. Parque Nacional pertence ao grupo de proteção integral, e não ao de uso sustentável. Conforme art. 8º, III, da Lei 9.985/2000:

"Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: III - Parque Nacional;"

A alternativa D está incorreta. A criação de Unidade de Conservação, de fato, é precedida de estudos técnicos e consulta pública, na forma do art. 22, § 2º, da Lei de SNUC. Mas a dispensa da consulta vale apenas para Estação Ecológica e Reserva Biológica, e não para Áreas de Proteção Ambiental, conforme art. 22, § 4º, da Lei de SNUC. Vejamos:

"Art. 22. (...) § 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. § 4º Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta de que trata o § 2º deste artigo."

A alternativa E está incorreta. Admite-se, sim, a modalidade culposa. Conforme art. 40, caput e § 3º, da Lei 9.605/98:

"Art. 40. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização: Pena - reclusão, de um a cinco anos. (...) § 3º Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade.".

QUESTÃO 18. Acerca da responsabilidade ambiental, julgue os próximos itens, de acordo com o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

I - Conforme tese fixada pelo STJ sob o rito dos recursos repetitivos, a nulidade da intimação por edital no processo administrativo ambiental, no âmbito da apuração de infrações e imposição de sanções, exige a demonstração de efetivo prejuízo à defesa.

II - Conforme decisão do STF em julgamento de repercussão geral, é imprescritível a pretensão executória e inaplicável a prescrição intercorrente na execução de reparação de dano ambiental, porém esse entendimento é inaplicável à hipótese de conversão da obrigação em indenização por perdas e danos.

III - Segundo súmula do STJ, prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da administração pública de promover a execução de multa por infração ambiental.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Responsabilidade Ambiental.

A alternativa C está correta. Apenas os itens I e III estão corretos.

O item I está correto. No procedimento de apuração de infrações ambientais, a intimação por edital para alegações finais só gera nulidade se a parte demonstrar efetivo prejuízo à defesa. Conforme o Tema Repetitivo 1329 do STJ:

"Tema Repetitivo 1329/STJ: No âmbito do procedimento administrativo para apuração das infrações ao meio ambiente e imposição das respectivas sanções, a intimação por edital para apresentação de alegações finais, prevista na redação original do art. 122, parágrafo único, Decreto 6.514/2008, somente acarretará nulidade dos atos posteriores caso a parte demonstre a existência de efetivo prejuízo para a defesa, inclusive no momento prévio ao recolhimento de multa."

O item II está incorreto. O item contraria o disposto no Tema 1194 de Repercussão Geral do STF:

"Tema 1194/STF: É imprescritível a pretensão executória e inaplicável a prescrição intercorrente na execução de reparação de dano ambiental, ainda que posteriormente convertida em indenização por perdas e danos."

O item III está correto. Conforme a Súmula 467 do STJ:

"Súmula 467/STJ: Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.".

QUESTÃO 19. Acerca do licenciamento ambiental e de crimes e infrações administrativas contra o meio ambiente, assinale a opção correta.

a) Compete administrativamente ao poder público estadual promover o licenciamento de empreendimentos desenvolvidos em terras indígenas no âmbito de seu território.

b) Caso consultor ambiental apresente relatório técnico parcialmente falso, com o objetivo de viabilizar o licenciamento de uma grande obra de construção civil, a ele será aplicável multa administrativa mínima de quinhentos reais e máxima de quinhentos mil reais.

c) A concessão de licença prévia em desacordo com as normas ambientais, quando decorrente de mera imperícia, configura crime ambiental punível apenas com multa.

d) A construção ou a reforma de obra potencialmente poluidora, sem autorização dos órgãos ambientais competentes, configura crime ambiental punível com pena de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

e) O licenciamento de empreendimentos que possam afetar a zona de amortecimento de unidade de conservação não requer autorização do órgão responsável pela administração dessa unidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos temas Licenciamento Ambiental e Crimes Ambientais.

A alternativa A está incorreta. A competência para licenciar empreendimentos em terras indígenas é da União, por meio do IBAMA, e não do Estado. Nos termos do art. 7º, XIV, "c", da LC 140/2011:

"Art. 7º São ações administrativas da União: XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades: c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;"

A alternativa B está incorreta. A multa será de R$ 1.500,00 a R$ 1.000.000,00. Conforme art. 82 do Decreto 6.514/2008:

"Art. 82. Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omisso, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental: Multa de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

A alternativa C está incorreta. Nesse caso, a Lei 9.605/98 pune apenas a conduta dolosa. De acordo com seu artigo 67, modificado pela Lei 15.190/2025:

"Art. 67. Conceder dolosamente o funcionário público licença, autorização ou permissão que sabe estar em desacordo com as normas ambientais a atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do poder público: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa."

A alternativa D está correta. A alternativa está de acordo com a nova redação do art. 60 da Lei 9.605/98, dada pela Lei 15.190/2025. Vejamos:

"Art. 60. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa, ou ambas as penas, cumulativamente. Parágrafo único. A pena é aumentada até o dobro se o licenciamento da atividade ou do empreendimento for sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental."

A alternativa E está incorreta. Aqui chamamos atenção do aluno. Na redação antiga do art. 36, § 3º, da Lei 9.985/2000, o licenciamento com EIA/RIMA que afetasse UC ou sua zona de amortecimento dependia de autorização do órgão gestor, e a alternativa estaria incorreta. A Lei 15.190/2025 transformou essa autorização em manifestação não vinculante: o órgão licenciador considera o parecer, mas tem a palavra final. Vejamos:

"Art. 36, § 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.".

QUESTÃO 20. Considerando as sanções penais e administrativas aplicáveis por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, assinale a opção correta.

a) Se uma pessoa física for condenada a pena privativa de liberdade de quatro anos por ter provocado, de forma dolosa, incêndio em floresta, não caberá a substituição dessa pena por recolhimento domiciliar.

b) Considere que um tatuador, com fins puramente estéticos, faça tatuagem em seu gato-esfinge de estimação. Essa conduta não configura crime de maus-tratos, embora possa provocar crítica de organizações de proteção animal.

c) A responsabilização penal de pessoa jurídica por crimes ambientais exige que a infração seja cometida por decisão de seu representante contratual, independentemente de benefício para a entidade.

d) A suspensão condicional da pena, em casos de crimes ambientais, deve obedecer ao teto máximo de dois anos de pena privativa de liberdade.

e) Pessoa jurídica que praticar o crime de destruir vegetação protetora de mangues pode ser punida com a proibição de obter subsídio do poder público estadual, penalidade cujo prazo máximo previsto é de cinco anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Crimes Ambientais.

A alternativa A está correta. O crime de incêndio doloso em floresta está previsto no art. 41 da Lei 9.605/98:

"Art. 41. Provocar incêndio em floresta ou em demais formas de vegetação: Pena - reclusão, de dois a quatro anos, e multa."

No caso de a pena ser de 4 anos exatamente, não se admite a substituição por pena restritiva de direitos, na forma do art. 7º, I, da Lei 9.605/1998, vejamos:

"Art. 7º As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando: I - tratar-se de crime culposo ou for aplicada a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos;"

A alternativa B está incorreta. Configura, sim, crime de maus tratos. A Lei 15.150/2025 acrescentou o § 1º-B ao art. 32 da Lei 9.605/1998, vejamos:

"Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. § 1º-B. Incorre nas mesmas penas quem realiza ou permite a realização de tatuagens e a colocação de piercings em cães e gatos, com fins estéticos."

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 3º da Lei 9.605/1998:

"Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade."

A alternativa D está incorreta. O teto é 3 anos. Conforme art. 16 da Lei 9.605/1998, vejamos:

"Art. 16. Nos crimes previstos nesta Lei, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos."

A alternativa E está incorreta. O prazo máximo é de 10 anos. De acordo com o art. 22, III e § 3º, da Lei 9.605/1998:

"Art. 22. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica são: (...) III - proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações. (...) § 3º A proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não poderá exceder o prazo de dez anos.".

QUESTÃO 21

Em relação às fontes do direito administrativo, ao regime jurídico-administrativo e aos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

a) A jurisprudência constitui fonte normativa primária do direito administrativo, podendo os tribunais estabelecer, independentemente de previsão legal, novas obrigações administrativas gerais aplicáveis aos particulares.

b) O princípio da legalidade permite à administração pública praticar todo ato que não seja expressamente proibido pela lei, desde que sua finalidade esteja relacionada à satisfação de interesse público juridicamente reconhecido.

c) O regime jurídico-administrativo caracteriza-se pela aplicação conjunta das prerrogativas conferidas à administração pública e das restrições impostas à sua atuação, tendo como fundamentos a supremacia e a indisponibilidade do interesse público.

d) Os princípios administrativos têm natureza exclusivamente orientadora, de modo que sua violação somente poderá produzir consequências jurídicas quando houver também descumprimento expresso de regra legal.

e) Os costumes administrativos podem ser utilizados como fonte do direito administrativo, inclusive para afastar a aplicação de norma legal vigente, quando a prática administrativa estiver consolidada e atender ao interesse público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão trata das fontes do direito administrativo, do regime jurídico-administrativo e da força normativa dos princípios da administração pública.

A alternativa A está incorreta, pois a fonte primária do direito administrativo é a lei, em sentido amplo. A jurisprudência é fonte secundária e não autoriza os tribunais a criar, sem base legal, obrigações gerais para

os particulares, que só podem ser obrigados a fazer ou deixar de fazer algo em virtude de lei (art. 5º, II, da CF).

A alternativa B está incorreta, pois a fórmula de que é permitido tudo o que a lei não proíbe descreve a legalidade aplicável aos particulares. A administração pública submete-se à legalidade estrita (art. 37, caput, da CF) e só pode agir quando e como a lei autoriza, e a invocação do interesse público não supre a falta de base legal.

A alternativa C está correta, pois o regime jurídico-administrativo é formado pelo conjunto de prerrogativas conferidas à administração pública e de sujeições impostas à sua atuação, equilíbrio que se apoia na supremacia do interesse público sobre o privado e na indisponibilidade do interesse público.

A alternativa D está incorreta, pois os princípios são normas jurídicas vinculantes, e sua violação pode, por si só, gerar consequências jurídicas, como a invalidação do ato. O STF, por exemplo, extraiu a vedação do nepotismo diretamente dos princípios do art. 37, caput, da CF, sem necessidade de lei formal (RE 579.951).

A alternativa E está incorreta, pois o costume é fonte secundária e subsidiária, que serve para suprir omissões, e não tem força para afastar norma legal vigente. A lei vigora até que outra a modifique ou revogue (art. 2º da LINDB).

QUESTÃO 22

A respeito dos atos administrativos e suas hipóteses de cassação, revogação e anulação, bem como do silêncio da administração pública, assinale a opção correta.

a) A cassação é modalidade de retirada do ato administrativo fundada em conveniência e oportunidade.

b) A licença regularmente concedida constitui ato administrativo vinculado, e, uma vez preenchidos os requisitos legais pelo interessado, sua retirada por mera conveniência administrativa caracteriza anulação do ato anteriormente praticado.

c) A ausência de manifestação da administração pública produz, em regra, efeito jurídico previamente definido pela lei aplicável, não sendo possível presumir genericamente que o silêncio administrativo corresponda à concordância estatal com a pretensão do interessado.

d) A administração pública deve anular os atos administrativos que apresentem vício de legalidade, respeitados os direitos adquiridos.

e) A permissão administrativa possui natureza necessariamente vinculada, e, uma vez descumprida uma condição pelo beneficiário, a retirada do ato caracteriza revogação fundada exclusivamente em razões de conveniência administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão trata das formas de extinção dos atos administrativos por cassação, revogação e anulação e dos efeitos do silêncio da administração pública.

A alternativa A está incorreta, pois a cassação é a retirada do ato porque o beneficiário descumpriu as condições que deveria manter para continuar desfrutando da situação jurídica. A retirada fundada em conveniência e oportunidade é a revogação.

A alternativa B está incorreta, pois a anulação pressupõe vício de legalidade (art. 53 da Lei nº 9.784/1999), e a licença regularmente concedida não tem vício a ser anulado. Além disso, por ser ato vinculado, a licença não se sujeita, em regra, à revogação por mera conveniência administrativa.

A alternativa C está correta, pois o silêncio administrativo não é manifestação de vontade e só produz o efeito que a lei lhe atribuir, como ocorre na aprovação tácita prevista no art. 3º, IX, da Lei nº 13.874/2019. Na falta de previsão legal, não se presume que o silêncio signifique concordância com o pedido.

A alternativa D está incorreta, pois a ressalva dos direitos adquiridos se aplica à revogação, e não à anulação. Dos atos ilegais não se originam direitos (Súmula 473 do STF), e o art. 53 da Lei nº 9.784/1999 manda respeitar os direitos adquiridos apenas quando a administração revoga seus atos por conveniência ou oportunidade.

A alternativa E está incorreta, pois a permissão é ato discricionário e precário, e não vinculado. Além disso, a retirada do ato porque o beneficiário descumpriu condição a que estava sujeito caracteriza cassação, e não revogação.

QUESTÃO 23

Durante uma operação de fiscalização, determinado órgão público identificou que um estabelecimento comercial estava funcionando sem a autorização administrativa exigida para o exercício daquela atividade. A autoridade competente determinou a interrupção da atividade e aplicou a medida administrativa prevista na legislação pertinente. Paralelamente, no âmbito interno do órgão, um servidor que havia descumprido dever funcional foi submetido a procedimento disciplinar pela autoridade competente.

Considerando essa situação hipotética, os poderes da administração pública, suas manifestações e a relação entre o poder de polícia e as liberdades públicas, assinale a opção correta.

a) O poder hierárquico autoriza a administração pública a criar obrigações gerais aos particulares, enquanto o poder de polícia somente pode ser exercido mediante ordem judicial que determine previamente a restrição.

b) O poder de polícia permite condicionar ou restringir direitos, interesses ou liberdades em benefício do interesse público, observados os limites legais e as garantias asseguradas aos administrados.

c) O poder hierárquico permite distribuir e ordenar funções administrativas, enquanto o poder disciplinar autoriza a aplicação de sanções a servidores públicos e a particulares sujeitos a vínculo jurídico especial com a administração pública.

d) O poder disciplinar e o poder de polícia têm a mesma finalidade, pois ambos permitem à administração pública restringir indistintamente liberdades públicas e aplicar sanções a qualquer pessoa que descumpra norma administrativa.

e) O poder disciplinar permite à administração pública aplicar penalidades a qualquer particular que descumpra norma administrativa, enquanto o poder de polícia restringe exclusivamente direitos individuais constitucionalmente previstos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão trata dos poderes administrativos, em especial do poder de polícia, do poder hierárquico e do poder disciplinar, e da relação entre o poder de polícia e as liberdades públicas.

A alternativa A está incorreta, pois o poder hierárquico se exerce no interior da administração e não cria obrigações gerais para particulares. Além disso, o poder de polícia é exercido pela própria administração, com base na lei, e não depende de ordem judicial prévia, já que seus atos são, em regra, autoexecutórios.

A alternativa B está correta, pois o poder de polícia limita ou disciplina direitos, interesses e liberdades em razão do interesse público, e seu exercício regular exige observância dos limites da lei, do devido processo legal e da vedação ao abuso ou desvio de poder (art. 78, caput e parágrafo único, do CTN). É o que ocorreu na interrupção da atividade do estabelecimento que funcionava sem autorização.

A alternativa C também está correta, pois descreve com fidelidade a doutrina tradicional. O poder hierárquico permite distribuir e escalonar funções e ordenar a atuação dos agentes, e o poder disciplinar autoriza punir as infrações dos servidores e das demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, como os particulares que mantêm vínculo especial com a administração. Como a questão apresenta duas alternativas corretas, ela é passível de anulação. A letra B, contudo, é a que responde mais diretamente ao comando, que destaca a relação entre o poder de polícia e as liberdades públicas.

A alternativa D está incorreta, pois os dois poderes têm finalidades e destinatários distintos. O poder disciplinar alcança apenas quem mantém vínculo especial com a administração, enquanto o poder de polícia incide sobre a generalidade dos particulares. Nenhum deles autoriza restrições indistintas às liberdades públicas.

A alternativa E está incorreta, pois o poder disciplinar não alcança qualquer particular, mas apenas servidores e pessoas sujeitas à disciplina administrativa por vínculo especial. Também não é correto dizer que o poder de polícia restringe exclusivamente direitos individuais constitucionalmente previstos, pois o art. 78 do CTN se refere a direitos, interesses e liberdades, inclusive à propriedade e aos direitos coletivos.

QUESTÃO 24

No que se refere aos bens públicos, assinale a opção correta.

a) Os bens públicos de uso comum do povo podem ser livremente utilizados por particulares para qualquer finalidade econômica, desde que inexistente prejuízo material à conservação do patrimônio público.

b) A utilização privativa de bem público por particular pode ser admitida pela administração pública, observados os requisitos legais e o instrumento jurídico adequado à natureza da utilização pretendida.

c) Os bens públicos dominicais submetem-se ao regime jurídico privado, razão pela qual podem ser adquiridos por usucapião e alienados livremente, independentemente de interesse público ou procedimento administrativo.

d) A alienação de bem público imóvel exige sempre autorização legislativa específica, avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.

e) Os bens públicos de uso comum e de uso especial são suscetíveis de alienação, desde que precedida de avaliação e licitação na modalidade adequada, enquanto mantiverem a destinação pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão trata do regime jurídico dos bens públicos, em especial das formas de uso por particulares, da alienação e da imprescritibilidade.

A alternativa A está incorreta, pois o uso comum deve respeitar a destinação do bem e se dá em igualdade de condições entre os usuários. A exploração econômica por particular, sobretudo quando exclusiva, depende de consentimento estatal por instrumento próprio, e o uso comum pode até ser retribuído, conforme a lei (art. 103 do CC).

A alternativa B está correta, pois o uso privativo de bem público por particular é admitido mediante consentimento da administração, por autorização, permissão ou concessão de uso, conforme a natureza da utilização e os requisitos legais.

A alternativa C está incorreta, pois os bens dominicais continuam sendo bens públicos. Não podem ser adquiridos por usucapião (art. 102 do CC, arts. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, da CF, e Súmula 340 do STF), e sua alienação depende das exigências legais (art. 101 do CC), como interesse público justificado e avaliação prévia (art. 76 da Lei nº 14.133/2021).

A alternativa D está incorreta, pois a modalidade de licitação para a alienação de imóveis é o leilão, e não a concorrência (art. 76, I, da Lei nº 14.133/2021). Além disso, a autorização legislativa não é sempre exigida, pois é dispensada para imóveis adquiridos por procedimentos judiciais ou dação em pagamento (art. 76, § 1º).

A alternativa E está incorreta, pois os bens de uso comum do povo e de uso especial são inalienáveis enquanto conservarem a sua qualificação (art. 100 do CC). Para aliená-los, é preciso antes desafetá-los.

QUESTÃO 25

Considerando as disposições constitucionais e legais aplicáveis aos agentes públicos, assinale a opção correta.

a) O emprego público se caracteriza pela existência de vínculo de trabalho regido necessariamente por regime estatutário.

b) Função pública somente pode ser exercida por servidor ocupante de cargo efetivo.

c) A nomeação é forma de provimento de cargo público, podendo ocorrer tanto para cargo efetivo quanto para cargo em comissão, observados os requisitos estabelecidos no ordenamento jurídico.

d) A responsabilidade administrativa do servidor exclui sua responsabilização civil ou penal pelo mesmo fato.

e) A exoneração e a demissão são ambas formas de vacância do cargo público aplicadas como penalidades disciplinares em consequência de infração disciplinar praticada por servidor efetivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão trata das categorias de agentes públicos e do regime jurídico dos servidores, em especial das formas de provimento e de vacância e da independência das instâncias de responsabilização.

A alternativa A está incorreta, pois o emprego público se caracteriza por vínculo contratual regido pela legislação trabalhista, e não pelo regime estatutário, que é próprio dos cargos públicos.

A alternativa B está incorreta, pois a função pública pode ser exercida por quem não ocupa cargo efetivo, como os contratados por tempo determinado (art. 37, IX, da CF). A exclusividade para servidores efetivos vale apenas para as funções de confiança (art. 37, V, da CF).

A alternativa C está correta, pois a nomeação é forma de provimento (art. 8º, I, da Lei nº 8.112/1990) e pode ocorrer em caráter efetivo ou em comissão (art. 9º, I e II), observados os requisitos constitucionais e legais, como a aprovação prévia em concurso para os cargos efetivos (art. 37, II, da CF).

A alternativa D está incorreta, pois as responsabilidades civil, penal e administrativa do servidor são independentes e podem cumular-se (arts. 121 e 125 da Lei nº 8.112/1990).

A alternativa E está incorreta, pois, embora exoneração e demissão sejam formas de vacância (art. 33, I e II, da Lei nº 8.112/1990), apenas a demissão é penalidade disciplinar (art. 127, III). A exoneração ocorre a pedido do servidor ou de ofício, sem caráter punitivo (art. 34).

QUESTÃO 26

Determinada agência reguladora federal pretende editar ato normativo de interesse geral dos agentes econômicos e dos usuários de seus serviços regulados. Durante a preparação da medida, a diretoria da agência iniciou os procedimentos previstos na legislação específica, considerando a necessidade de fundamentação técnica e de participação dos interessados antes da tomada da decisão.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando o regime jurídico das agências reguladoras e as disposições da Lei n.º 13.848/2019.

a) A natureza especial das agências reguladoras decorre da existência de sua subordinação hierárquica ao Ministério de Estado supervisor, embora lhes seja assegurada autonomia administrativa para exercer suas competências.

b) A análise de impacto regulatório é procedimento posterior à edição do ato normativo, destinando-se à avaliação dos resultados concretos produzidos pela medida regulatória.

c) A autonomia das agências reguladoras impede o controle de seus atos pelo Poder Judiciário, pois a independência decisória exclui a possibilidade de revisão judicial de suas decisões.

d) Os dirigentes das agências reguladoras podem ser livremente exonerados pela autoridade responsável por sua nomeação, pois a natureza especial dessas entidades não assegura a eles estabilidade durante o mandato.

e) A consulta pública deve ocorrer previamente à decisão sobre minutas e propostas de alteração de atos normativos de interesse geral, permitindo-se o envio de críticas, sugestões e contribuições por quaisquer interessados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão trata do regime jurídico das agências reguladoras e dos instrumentos de fundamentação técnica e de participação social previstos na Lei nº 13.848/2019.

A alternativa A está incorreta, pois a natureza especial das agências reguladoras é caracterizada justamente pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica (art. 3º, caput, da Lei nº 13.848/2019).

A alternativa B está incorreta, pois a Análise de Impacto Regulatório (AIR) é prévia. A adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral devem ser precedidas da AIR (art. 6º, caput, da Lei nº 13.848/2019).

A alternativa C está incorreta, pois a autonomia das agências não afasta o controle judicial, já que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito (art. 5º, XXXV, da CF).

A alternativa D está incorreta, pois os dirigentes têm mandato e estabilidade durante o seu exercício (art. 3º, caput, da Lei nº 13.848/2019) e só o perdem nas hipóteses do art. 9º da Lei nº 9.986/2000, que são a renúncia, a condenação judicial transitada em julgado ou em processo administrativo disciplinar e a infringência às vedações legais.

A alternativa E está correta, pois as minutas e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral devem ser submetidas a consulta pública antes da decisão do conselho diretor ou da diretoria colegiada, com o envio de críticas, sugestões e contribuições por quaisquer interessados (art. 9º, caput e § 1º, da Lei nº 13.848/2019).

QUESTÃO 27

Assinale a opção correta a respeito dos poderes e deveres da administração pública.

a) O abuso de poder somente ocorre quando o agente atua fora de sua competência legal, não abrangendo situações em que a autoridade competente utiliza-se do poder a ela atribuído para alcançar finalidade diversa da prevista em lei.

b) O dever de agir impõe que a administração pública atue quando presentes os pressupostos legais, enquanto o dever de eficiência exige que a atividade administrativa busque resultados adequados, sem afastar a observância da legalidade.

c) O dever de probidade vincula apenas os agentes públicos sujeitos a regime estatutário, enquanto o dever de prestação de contas alcança somente aqueles responsáveis pela administração direta de recursos financeiros.

d) O STF reconhece que o poder regulamentar permite ao Poder Executivo inovar livremente na ordem jurídica, desde que o regulamento permaneça compatível com a finalidade geral estabelecida pela lei.

e) O poder regulamentar permite ao chefe do Poder Executivo editar decreto para criar obrigações originárias aos particulares, desde que a medida seja necessária à execução de política pública prevista em lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão trata dos poderes e deveres da administração pública, em especial do abuso de poder, do dever de agir, do dever de eficiência, do dever de probidade, do dever de prestar contas e dos limites do poder regulamentar.

A alternativa A está incorreta, pois o abuso de poder tem duas espécies. O excesso de poder ocorre quando o agente ultrapassa os limites de sua competência, e o desvio de poder ou de finalidade ocorre quando a autoridade competente usa o poder para fim diverso do previsto em lei (art. 2º, e, e parágrafo único, e, da Lei nº 4.717/1965).

A alternativa B está correta, pois o poder administrativo é um poder-dever, de modo que, presentes os pressupostos legais, o agente deve agir. E a eficiência, princípio expresso no art. 37, caput, da CF, exige a busca de resultados adequados sem afastar a legalidade, que continua a condicionar toda a atividade administrativa.

A alternativa C está incorreta, pois o dever de probidade alcança todos os agentes públicos, qualquer que seja o vínculo (art. 2º da Lei nº 8.429/1992), e o dever de prestar contas recai sobre qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos (art. 70, parágrafo único, da CF).

A alternativa D está incorreta, pois o poder regulamentar não autoriza o Executivo a inovar livremente na ordem jurídica. O decreto regulamentar destina-se à fiel execução da lei (art. 84, IV, da CF), e o Congresso Nacional pode sustar os atos que exorbitem do poder regulamentar (art. 49, V, da CF).

A alternativa E está incorreta, pois o decreto não pode criar obrigações originárias aos particulares, que só podem ser obrigados por lei (art. 5º, II, da CF). O regulamento apenas detalha a forma de cumprimento das obrigações já previstas em lei (art. 84, IV, da CF).

QUESTÃO 28

Durante procedimento instaurado para apurar irregularidades em contrato celebrado entre uma empresa privada e determinado órgão público, foram identificados indícios de vantagem indevida oferecida a agente público. No curso da apuração, também se verificou possível violação a dever funcional.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013) e a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992).

a) A configuração de improbidade administrativa independe da presença de dolo quando houver prejuízo ao erário.

b) A configuração do ato de improbidade exige sempre a demonstração de enriquecimento ilícito do agente público.

c) A responsabilização de pessoa jurídica por conduta tipificada na Lei Anticorrupção depende da comprovação de dolo ou culpa de seus dirigentes.

d) Pessoa jurídica pode responder objetivamente pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção.

e) A celebração de acordo de leniência exclui automaticamente a aplicação das sanções previstas na Lei Anticorrupção e impede a responsabilização de agentes públicos que tenham participado do ato lesivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão trata da responsabilização pela prática de atos lesivos à administração pública, comparando o regime da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) com o da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

A alternativa A está incorreta, pois, desde a Lei nº 14.230/2021, todos os atos de improbidade exigem dolo, inclusive os que causam lesão ao erário (arts. 1º, § 1º, e 10 da Lei nº 8.429/1992). O STF confirmou a exigência de dolo nos arts. 9º, 10 e 11 ao julgar o Tema 1.199.

A alternativa B está incorreta, pois o enriquecimento ilícito (art. 9º) é apenas uma das modalidades de improbidade. Também são atos de improbidade os que causam lesão ao erário (art. 10) e os que atentam contra os princípios da administração pública (art. 11).

A alternativa C está incorreta, pois a pessoa jurídica responde objetivamente nos âmbitos administrativo e civil (art. 2º da Lei nº 12.846/2013), independentemente da responsabilização das pessoas naturais (art. 3º, § 1º). A culpabilidade só é exigida para responsabilizar os dirigentes e administradores (art. 3º, § 2º).

A alternativa D está correta, pois as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção praticados em seu interesse ou benefício (art. 2º da Lei nº 12.846/2013).

A alternativa E está incorreta, pois o acordo de leniência não exclui todas as sanções. Ele isenta a pessoa jurídica de algumas delas e reduz a multa em até 2/3 (art. 16, § 2º), não a exime de reparar integralmente o dano (art. 16, § 3º) e não impede a responsabilização das pessoas naturais envolvidas, inclusive agentes públicos (art. 3º).

QUESTÃO 29. Com base nas disposições da Constituição do Estado do Maranhão acerca das limitações do poder de tributar, assinale a opção correta.

a) A proibição de instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços de um ente federativo em relação a outro estende-se às autarquias e fundações públicas quanto ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, não abrangendo atividade econômica regida por normas aplicáveis a empreendimentos privados.

b) A anistia ou remissão que envolva matéria tributária estadual pode ser formalizada por decreto do Poder Executivo, dispensada a edição de lei específica, desde que o ato normativo indique expressamente os créditos abrangidos e observe os limites fixados na lei orçamentária anual.

c) A imunidade tributária de partidos políticos e de entidades sindicais abrange todo o seu patrimônio e sua renda, ainda que alheios às suas finalidades essenciais.

d) É permitido conceder privilégio fiscal a sociedade de economia mista ou a empresa pública que não seja extensivo ao setor privado.

e) É permitido cobrar tributo por fatos geradores ocorridos antes do início de sua vigência, desde que a cobrança somente se efetive no exercício financeiro subsequente ao da sua instituição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre as limitações ao poder de tributar na Constituição do Estado do Maranhão, em especial a imunidade recíproca e a sua extensão às autarquias e fundações públicas.

A questão se resolve pelos arts. 124 e 126 da Constituição do Estado do Maranhão, que reproduzem, por simetria, o art. 150 e o art. 173, § 2º, da CF.

A alternativa **A** está **correta**, pois reproduz a extensão da imunidade recíproca às autarquias e fundações públicas, restrita ao que se vincula às suas finalidades essenciais e excluída a atividade econômica sob regime privado, nos termos do art. 124, §§ 1º e 2º, da Constituição do Estado do Maranhão:

"Art. 124, § 1º, da Constituição do Estado do Maranhão. A vedação expressa no inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes."

"Art. 124, § 2º, da Constituição do Estado do Maranhão. O disposto no inciso VI, a e no parágrafo anterior não compreende o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativo ao bem imóvel."

A alternativa **B** está **incorreta**, pois anistia e remissão só podem ser concedidas mediante lei específica (art. 124, § 5º, da Constituição do Estado do Maranhão, e art. 150, § 6º, da CF). Na ADI 5.699/AP, o STF declarou inconstitucional norma do Amapá que permitia ao governador conceder esses benefícios por decreto.

A alternativa **C** está **incorreta**, pois a imunidade dos partidos políticos e das entidades sindicais dos trabalhadores compreende somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as suas finalidades essenciais (art. 124, VI, "c", e § 3º, da Constituição do Estado do Maranhão).

A alternativa **D** está **incorreta**, pois as empresas públicas e as sociedades de economia mista não podem gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado (art. 126 da Constituição do Estado do Maranhão e art. 173, § 2º, da CF).

A alternativa **E** está **incorreta**, pois é vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes da vigência da lei que os instituiu ou aumentou (art. 124, III, "a", da Constituição do Estado do Maranhão). Adiar a cobrança para o exercício seguinte não afasta a irretroatividade.

QUESTÃO 30. Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta acerca da nacionalidade brasileira.

a) O filho de mãe brasileira nascido no exterior adquire nacionalidade originária automaticamente, independentemente de registro consular ou de opção posterior, ainda que sua genitora não esteja a serviço do Brasil no exterior.

b) A perda da nacionalidade brasileira é consequência automática da aquisição voluntária de outra nacionalidade, independentemente da manifestação de vontade do interessado.

c) A exigência de apenas um ano de residência ininterrupta e idoneidade moral para a naturalização aplica-se a qualquer estrangeiro, independentemente do país de origem, por ser garantia fundada em direitos humanos.

d) Ao legislador infraconstitucional é vedado diferenciar brasileiros natos de naturalizados, salvo nas hipóteses que a própria CF expressamente contemplar.

e) Os cargos de governador de estado e de juiz de paz são privativos de brasileiro nato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a nacionalidade brasileira, em especial a aquisição originária pelos nascidos no estrangeiro, a perda da nacionalidade, a naturalização e a vedação de distinção entre natos e naturalizados.

A questão se resolve pelo art. 12, I, "b" e "c", II, "a", e §§ 2º, 3º e 4º, da CF, este último com a redação dada pela EC nº 131/2023.

A alternativa **A** está **incorreta**, pois o filho de mãe brasileira nascido no estrangeiro, se ela não estiver a serviço do Brasil, só será brasileiro nato se for registrado em repartição brasileira competente ou se vier a residir no Brasil e optar pela nacionalidade depois da maioridade (art. 12, I, "b" e "c", da CF).

A alternativa **B** está **incorreta**, pois, desde a EC nº 131/2023, a aquisição de outra nacionalidade deixou de ser causa de perda. O art. 12, § 4º, da CF prevê apenas o cancelamento judicial da naturalização e o pedido expresso do interessado, ressalvadas as situações que acarretem apatridia.

A alternativa **C** está **incorreta**, pois a exigência de apenas um ano de residência ininterrupta e idoneidade moral beneficia somente os originários de países de língua portuguesa (art. 12, II, "a", da CF).

A alternativa **D** está **correta**, pois reproduz a vedação do art. 12, § 2º, da CF:

"Art. 12, § 2º, da CF. A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição."

A alternativa **E** está **incorreta**, pois o rol de cargos privativos de brasileiro nato do art. 12, § 3º, da CF não inclui o de governador de estado nem o de juiz de paz.

QUESTÃO 31. À luz das normas da CF sobre o processo de emenda constitucional, assinale a opção correta.

a) Proposta de emenda constitucional pode ser apresentada por iniciativa individual de qualquer deputado federal, dispensada a subscrição mínima de um terço dos membros da casa legislativa quando o parlamentar ocupa a função de líder da bancada de seu partido.

b) A tramitação de proposta de emenda constitucional apresentada na vigência de estado de sítio regularmente decretado não pode prosseguir enquanto perdurar o estado de sítio.

c) A aprovação de emenda constitucional exige um único turno de votação em cada casa do Congresso Nacional, sendo suficiente o voto favorável da maioria absoluta dos membros.

d) Rejeitada a proposta de emenda constitucional, sua matéria não poderá ser objeto de nova proposta durante a vigência do governo sob a qual foi rejeitada.

e) Proposta de emenda constitucional pode ser apresentada por iniciativa de mais da metade das assembleias legislativas das unidades da Federação, exigindo-se, em cada uma delas, a manifestação pela maioria absoluta de seus membros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o processo de emenda à Constituição, em especial a iniciativa, as limitações circunstanciais, o rito de votação e a irrepetibilidade da proposta rejeitada.

A questão se resolve pelo art. 60, I a III e §§ 1º, 2º e 5º, da CF, que disciplina as limitações formais e circunstanciais ao poder de reforma.

A alternativa **A** está **incorreta**, pois a proposta de emenda apresentada por parlamentares exige a assinatura de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (art. 60, I, da CF). Não há iniciativa individual nem exceção para líder de bancada.

A alternativa **B** está **correta**, pois a Constituição não pode ser emendada durante o estado de sítio, nos termos do art. 60, § 1º, da CF, de modo que a proposta não pode avançar para deliberação enquanto perdurar a medida:

"Art. 60, § 1º, da CF. A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio."

A alternativa **C** está **incorreta**, pois a proposta é votada em dois turnos em cada Casa e só é aprovada com três quintos dos votos dos respectivos membros (art. 60, § 2º, da CF).

A alternativa **D** está **incorreta**, pois a matéria de proposta rejeitada ou prejudicada não pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa (art. 60, § 5º, da CF). O marco é a sessão legislativa, e não a vigência de um governo.

A alternativa **E** está **incorreta**, pois cada Assembleia Legislativa deve se manifestar pela maioria relativa de seus membros, e não pela maioria absoluta (art. 60, III, da CF).

QUESTÃO 32. Acerca da organização da segurança pública e das atribuições constitucionais de seus órgãos, assinale a opção correta de acordo com a CF.

a) A Polícia Rodoviária Federal destina-se ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais, incumbindo-lhe também a apuração das infrações penais nelas cometidas.

b) A Polícia Federal tem competência constitucional para exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, além de competência exclusiva para exercer as funções de polícia judiciária da União.

c) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro, subordinam-se hierarquicamente ao Comando do Exército.

d) As polícias civis têm as funções de polícia judiciária e competência para apurar infrações penais em regime de competência concorrente com a Polícia Federal, inclusive quanto às infrações de repercussão interestadual ou internacional.

e) Os municípios poderão constituir guardas municipais com atribuições de polícia judiciária para a apuração de infrações penais relacionadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a organização da segurança pública na CF, em especial as atribuições da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, das polícias civis e militares e das guardas municipais.

A questão se resolve pelo art. 144, §§ 1º, 2º, 4º, 6º e 8º, da CF, e pela tese fixada pelo STF no Tema 656 da repercussão geral.

A alternativa **A** está **incorreta**, pois a Polícia Rodoviária Federal se destina ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais (art. 144, § 2º, da CF). A apuração das infrações penais cometidas nas rodovias federais cabe à polícia judiciária competente conforme a natureza do crime, a Polícia Federal (art. 144, § 1º, I e IV, da CF) ou a polícia civil (art. 144, § 4º, da CF).

A alternativa **B** está **correta**, pois reproduz as funções da Polícia Federal previstas no art. 144, § 1º, III e IV, da CF:

"Art. 144, § 1º, III e IV, da CF. III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União."

A alternativa **C** está **incorreta**, pois as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, embora sejam forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se aos Governadores (art. 144, § 6º, da CF).

A alternativa **D** está **incorreta**, pois as polícias civis exercem a polícia judiciária e a apuração de infrações penais ressalvada a competência da União (art. 144, § 4º, da CF). A atuação simultânea nas infrações de repercussão interestadual é exceção prevista na Lei nº 10.446/2002, e não regime geral de competência concorrente.

A alternativa **E** está **incorreta**, pois as guardas municipais se destinam à proteção dos bens, serviços e instalações do Município (art. 144, § 8º, da CF). No Tema 656, o STF admitiu o policiamento ostensivo e comunitário, mas excluiu qualquer atividade de polícia judiciária.

QUESTÃO 33. Assinale a opção correta a respeito dos direitos e garantias individuais previstos na CF.

a) A prisão fora de flagrante delito pode ser efetivada mediante ordem verbal de autoridade judiciária competente, dispensada a forma escrita, em situações de urgência que recomendem a medida imediata.

b) Quando a lei autorizar a liberdade provisória com ou sem fiança, o preso não deve ser recolhido à prisão ou nela mantido.

c) Constatada a ilegalidade da prisão, cabe à autoridade policial responsável pela custódia deliberar sobre o relaxamento da medida, no prazo legal de 72 horas.

d) A prisão de qualquer pessoa deve ser comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, e não à família do preso ou à pessoa por ele indicada, em razão do sigilo das investigações em curso.

e) É terminantemente vedada a prisão civil por dívida, inclusive na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, que deve ser satisfeita exclusivamente por meio de execução patrimonial do devedor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre as garantias constitucionais relacionadas à prisão, em especial a forma da ordem de prisão, a comunicação da custódia, o relaxamento da prisão ilegal, a liberdade provisória e a prisão civil por dívida.

A questão se resolve pelos incisos LXI, LXII, LXV, LXVI e LXVII do art. 5º da CF, lidos em conjunto com a Súmula Vinculante 25 do STF.

A alternativa **A** está **incorreta**, pois, fora do flagrante, a prisão exige ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, ressalvadas apenas a transgressão militar e o crime propriamente militar (art. 5º, LXI, da CF). Não há exceção por urgência.

A alternativa **B** está **correta**, pois reproduz a garantia do art. 5º, LXVI, da CF:

"Art. 5º, LXVI, da CF. ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;"

A alternativa **C** está **incorreta**, pois a prisão ilegal deve ser relaxada imediatamente pela autoridade judiciária, e não pela autoridade policial, sem prazo de 72 horas (art. 5º, LXV, da CF).

A alternativa **D** está **incorreta**, pois a prisão e o local onde o preso se encontra devem ser comunicados imediatamente ao juiz competente e também à família do preso ou à pessoa por ele indicada (art. 5º, LXII, da CF, e art. 306 do CPP).

A alternativa **E** está **incorreta**, pois a CF admite a prisão civil do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia (art. 5º, LXVII, da CF).

QUESTÃO 34. Assinale a opção correta a respeito das comissões parlamentares de inquérito (CPI).

a) As conclusões da CPI serão, quando cabível, encaminhadas ao Poder Judiciário, ao qual competirá promover eventual responsabilização civil ou criminal dos infratores.

b) A criação de CPI depende de requerimento subscrito pela maioria absoluta dos membros da respectiva casa legislativa.

c) As CPI têm competência para presidir inquérito policial, substituindo a atuação da polícia judiciária na apuração dos fatos objeto da investigação.

d) As CPI podem ser instituídas para a apuração de fatos genéricos relacionados à administração pública, cabendo à própria comissão deliberar sobre a fixação do prazo para a conclusão dos trabalhos.

e) As CPI, criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas casas legislativas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre as comissões parlamentares de inquérito, em especial os requisitos de criação, os poderes de investigação e o destino de suas conclusões.

A questão se resolve pelo art. 58, § 3º, da CF, regulamentado pela Lei nº 1.579/1952, que concentra os requisitos de criação, os poderes e o destino das conclusões das CPIs.

A alternativa **A** está **incorreta**, pois as conclusões da CPI, se for o caso, são encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores, e não ao Poder Judiciário (art. 58, § 3º, da CF, e art. 6º-A da Lei nº 1.579/1952).

A alternativa **B** está **incorreta**, pois a criação da CPI depende de requerimento de um terço dos membros da Casa, e não da maioria absoluta (art. 58, § 3º, da CF, e art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 1.579/1952).

A alternativa **C** está **incorreta**, pois a CPI tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais (art. 58, § 3º, da CF), mas conduz investigação parlamentar própria. Ela não preside inquérito policial nem substitui a polícia judiciária.

A alternativa **D** está **incorreta**, pois a CPI exige fato determinado e prazo certo (art. 58, § 3º, da CF). Não pode apurar fatos genéricos, o prazo certo é requisito de criação, e eventual prorrogação depende de deliberação da respectiva Casa (art. 5º, § 2º, da Lei nº 1.579/1952), e não da própria comissão.

A alternativa **E** está **correta**, pois reproduz o art. 58, § 3º, da CF:

"Art. 58, § 3º, da CF. As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões,

se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores."

QUESTÃO 35.

Em três situações distintas, o Congresso Nacional apreciou tratados internacionais de direitos humanos, da seguinte forma.

O Tratado X foi aprovado, em sessão conjunta do Congresso Nacional, em turno único de votação, com o voto favorável de três quintos dos membros do Congresso Nacional.

O Tratado Y foi aprovado, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, com o voto favorável da maioria absoluta dos membros em cada turno.

O Tratado Z foi aprovado, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, com o voto favorável de três quintos dos membros em cada turno.

Em relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que

a) apenas o Tratado X adquiriu hierarquia equivalente à de emenda constitucional.

b) apenas o Tratado Z adquiriu hierarquia equivalente à de emenda constitucional.

c) os Tratados X, Y e Z adquiriram hierarquia equivalente à de emenda constitucional.

d) apenas os Tratados X e Y adquiriram hierarquia equivalente à de emenda constitucional.

e) apenas os Tratados Y e Z adquiriram hierarquia equivalente à de emenda constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.**

A questão trata do procedimento para que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos tenham hierarquia equivalente à de emenda constitucional (art. 5º, § 3º, da CF).

A alternativa A está incorreta, pois o Tratado X foi aprovado em sessão conjunta e em turno único. O art. 5º, § 3º, da CF exige votação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

A alternativa B está correta, pois apenas o Tratado Z cumpriu todos os requisitos do art. 5º, § 3º, da CF, que são a aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

A alternativa C está incorreta, pois os Tratados X e Y não observaram o rito do art. 5º, § 3º, da CF. O primeiro foi votado em sessão conjunta e em turno único, e o segundo foi aprovado por maioria absoluta, quórum inferior a três quintos.

A alternativa D está incorreta, pois nem o Tratado X, votado em sessão conjunta e em turno único, nem o Tratado Y, aprovado por maioria absoluta, atenderam às exigências do art. 5º, § 3º, da CF.

A alternativa E está incorreta, pois o Tratado Y foi aprovado por maioria absoluta, e não por três quintos dos votos dos membros de cada Casa, como exige o art. 5º, § 3º, da CF.

QUESTÃO 36. Com base na Constituição do Estado do Maranhão, julgue os itens a seguir.

I Para a alienação de terra devoluta pelo estado do Maranhão, basta a discriminação administrativa regular da área, independentemente de demarcação prévia.

II O Poder Executivo estadual pode conceder, sem prévia aprovação da Assembleia Legislativa, o uso de terras públicas cuja área respeite o limite fixado na Constituição Estadual para a dispensa dessa aprovação.

III Pedido de título de domínio de terra pública destinada a assentamento rural formulado por pessoa solteira pode ser indeferido sob o fundamento de que a titularidade pressupõe a existência de vínculo conjugal.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a política fundiária na Constituição do Estado do Maranhão, em especial a disposição de terras devolutas, a alienação e a concessão de terras públicas e a titulação em assentamentos rurais.

A questão se resolve pelos arts. 192, 193, § 2º, e 194 da Constituição do Estado do Maranhão, os dois últimos em simetria com os arts. 189, parágrafo único, e 188, § 1º, da CF.

O item **I** está **incorreto**, pois o Estado não pode dispor de suas terras devolutas sem prévia discriminação, nem aliená-las sem prévia demarcação (art. 192 da Constituição do Estado do Maranhão).

O item **II** está **correto**, pois o Poder Executivo pode alienar ou conceder terras públicas até dois mil e quinhentos hectares, e só acima desse limite se exige prévia aprovação da Assembleia Legislativa, nos termos do art. 194 da Constituição do Estado do Maranhão:

"Art. 194 da Constituição do Estado do Maranhão. O Poder Executivo poderá alienar ou conceder terras públicas até o limite de dois mil e quinhentos hectares. Parágrafo único. A alienação ou concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares dependerá de prévia aprovação da Assembleia Legislativa."

O item **III** está **incorreto**, pois o título de domínio e a concessão de uso são conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil (art. 193, § 2º, da Constituição do Estado do Maranhão, e art. 189, parágrafo único, da CF).

A alternativa **A** está **incorreta**, pois o item I é incorreto (art. 192 da Constituição do Estado do Maranhão).

A alternativa **B** está **correta**, pois apenas o item II é correto (art. 194 da Constituição do Estado do Maranhão).

A alternativa **C** está **incorreta**, pois os itens I e III são incorretos (arts. 192 e 193, § 2º, da Constituição do Estado do Maranhão).

A alternativa **D** está **incorreta**, pois o item III é incorreto (art. 193, § 2º, da Constituição do Estado do Maranhão).

A alternativa **E** está **incorreta**, pois os itens I e III são incorretos (arts. 192 e 193, § 2º, da Constituição do Estado do Maranhão).

Questão 37. Determinado indivíduo relata que, enquanto permaneceu sob custódia estatal, foi submetido a ameaças de morte, privação de sono, isolamento prolongado e simulação de execução. Ele não apresenta lesões corporais relevantes no momento do exame médico-legal, mas resta demonstrado que desenvolveu sintomas de ansiedade, hipervigilância, pesadelos e comportamento de evitação. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta conforme o Protocolo de Istambul.

a) O diagnóstico de transtorno de estresse pós-traumático constitui condição necessária para a documentação psicológica de tortura.

b) A inexistência de lesões físicas impede a caracterização médico-legal de tortura, pois sofrimento exclusivamente mental constitui tratamento degradante, mas não tortura.

c) A avaliação psicológica deve ser realizada exclusivamente após a conclusão da investigação criminal, para impedir contaminação do relato da vítima.

d) A avaliação psicológica tem relevância própria na documentação de tortura, devendo considerar a história, os sintomas, seu curso temporal e sua consistência com os acontecimentos alegados, não sendo obrigatório um diagnóstico específico de transtorno mental.

e) Sintomas psicológicos somente possuem valor pericial quando acompanhados de alterações neurológicas objetivamente demonstradas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão trata da documentação psicológica de tortura segundo o Protocolo de Istambul, que também é a base do laudo previsto no art. 4º da Resolução CNJ 414/2021.

A alternativa **A** está incorreta, pois o Protocolo de Istambul não exige diagnóstico de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) para documentar a tortura. O TEPT é uma das reações possíveis, mas a ausência dele não afasta a tortura, e a avaliação deve descrever os indícios psicológicos de modo amplo, como prevê o art. 4º da Resolução CNJ 414/2021.

A alternativa **B** está incorreta, pois a falta de lesões físicas não impede a caracterização da tortura. O art. 1º, I, da Lei 9.455/1997 define a tortura como constranger alguém com violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental. O sofrimento mental, portanto, basta para configurar o crime, e o Protocolo orienta que muitos métodos de tortura não deixam marcas físicas.

A alternativa **C** está incorreta, pois o Protocolo de Istambul não condiciona a avaliação psicológica ao fim da investigação criminal. Ela deve ser feita com a maior brevidade possível, justamente porque os indícios podem se alterar com o tempo, e o laudo do exame de corpo de delito já inclui a avaliação psicológica (art. 4º da Resolução CNJ 414/2021).

A alternativa **D** está correta, pois a avaliação psicológica tem valor próprio na documentação da tortura. Ela considera a história, os sintomas, seu curso no tempo e a consistência com os fatos relatados, sem exigir diagnóstico específico de transtorno mental. É o que se extrai da exigência de descrição dos "indícios físicos e psicológicos, incluindo sinais físicos, sintomas e avaliação psicológica" no art. 4º da Resolução CNJ 414/2021. No caso, ansiedade, hipervigilância, pesadelos e evitação são compatíveis com as ameaças de morte, a privação de sono e a simulação de execução relatadas.

A alternativa **E** está incorreta, pois o valor pericial dos sintomas psicológicos não depende de alterações neurológicas. O Protocolo reconhece a avaliação psicológica como prova autônoma, e o art. 4º da Resolução CNJ 414/2021 manda descrever os indícios psicológicos independentemente de achados físicos.

Questão 38. Durante exame cadavérico, observam-se feridas produzidas por instrumento perfurante de médio calibre. Em determinada região anatômica, situada na confluência de linhas de força cutâneas com direções distintas, uma das feridas apresenta configuração triangular, com uma de suas extremidades semelhante a uma ponta de seta. Com base na descrição precedente e na traumatologia forense, assinale a opção correta.

a) A configuração triangular demonstra necessariamente que o instrumento que causou a ferida tinha três gumes.

b) O achado descrito é explicado pela primeira Lei de Filhos e permite determinar o número de gumes do instrumento que causou a ferida.

c) A Lei de Langer somente se aplica às feridas produzidas por instrumentos cortantes.

d) O achado descrito pode ser explicado pela Lei de Langer, segundo a qual, em regiões de confluência de linhas de força diferentes, as extremidades das lesões podem assumir aspecto de ponta de seta, triângulo ou mesmo quadrilátero.

e) O achado descrito é explicado pela segunda Lei de Filhos, pois a confluência de linhas de força determina obrigatoriamente o paralelismo das lesões.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão trata das Leis de Filhós e Langer, que explicam a forma das feridas produzidas por instrumentos perfurantes de médio calibre.

A alternativa **A** está incorreta, pois a forma triangular nem sempre indica um instrumento de três gumes. Limas e outros instrumentos triangulares produzem feridas triangulares ou estreladas. No caso descrito, porém, o instrumento é perfurante de médio calibre e a forma decorre da região atingida, onde as linhas de força da pele se cruzam.

A alternativa **B** está incorreta, pois a primeira Lei de Filhós explica outra coisa. Ela diz que o perfurante de médio calibre produz uma ferida em fenda, em "botoeira", parecida com a de um instrumento de dois gumes. Por isso, essa forma não permite saber quantos gumes o instrumento tinha. A figura triangular em ponta de seta é explicada pela Lei de Langer.

A alternativa **C** está incorreta, pois a Lei de Langer serve justamente para estudar as lesões de instrumentos perfurantes de médio calibre. As Leis de Filhós e Langer são usadas para distinguir essas lesões das feridas incisas, e não se limitam às lesões cortantes.

A alternativa **D** está correta, pois a Lei de Langer explica o achado. Quando o perfurante de médio calibre atinge uma região onde se encontram linhas de força com direções diferentes, a ferida pode tomar a forma de ponta de seta, de triângulo ou até de quadrilátero.

A alternativa **E** está incorreta, pois a segunda Lei de Filhós trata do paralelismo das feridas em regiões onde as linhas de força seguem a mesma direção. Na confluência de linhas com direções diferentes não há esse paralelismo. Nessa situação vale a Lei de Langer, que explica as formas irregulares.

Questão 39. Em determinado inquérito policial, o laudo necroscópico descreve duas lesões provocadas pelo mesmo projétil. A primeira apresenta bordas invertidas, orla de escoriação e halo de enxugo. A segunda apresenta formato irregular, bordas invertidas e maior sangramento. Nesta última, entretanto, foi observada pequena área escoriada junto às margens, tendo sido verificado que, no momento do disparo, a região corporal correspondente se encontrava firmemente apoiada contra uma superfície rígida. Em relação à interpretação médico-legal dos achados descritos nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A existência de um ferimento de entrada e outro de saída demonstra que o trajeto interno do projétil obrigatoriamente corresponde a uma linha reta entre ambos os ferimentos.

b) A primeira lesão resulta necessariamente de tiro a curta distância, pois o halo de enxugo somente ocorre quando resíduos da pólvora alcançam a pele.

c) A segunda lesão não pode representar saída, pois ferimentos de saída são obrigatoriamente desprovidos de qualquer alteração escoriativa.

d) A presença de escoriação na segunda lesão demonstra obrigatoriamente que ela corresponde a um ferimento de entrada.

e) A segunda lesão pode representar ferimento de saída, sendo a escoriação explicada pela resistência oferecida pelo anteparo, fenômeno relacionado ao sinal de Romanese.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão trata da diferença entre ferimento de entrada e ferimento de saída de projétil de arma de fogo e da exceção conhecida como sinal de Romanese.

A alternativa **A** está incorreta, pois o trajeto interno do projétil não precisa ser retilíneo. Ao atravessar músculos, órgãos e ossos, o projétil pode perder o alinhamento original, girar, fragmentar-se ou sofrer desvios. Por isso, a reta imaginária entre a entrada e a saída nem sempre mostra o caminho real percorrido.

A alternativa **B** está incorreta, pois o halo de enxugo é efeito primário do disparo. Ele se forma porque o próprio projétil deixa impurezas na pele, como resíduos de lubrificante e de metal, e aparece em tiros a qualquer distância. Os sinais de curta distância vêm do cone de dispersão (orla de tatuagem e zona de esfumaçamento), e a primeira lesão descrita não apresenta nenhum deles.

A alternativa **C** está incorreta, pois a ausência de orla de escoriação no orifício de saída é a regra, mas admite exceção. Quando a região atingida está apoiada contra um anteparo, os tegumentos oferecem resistência à saída do projétil e podem surgir escoriações nas margens. Isso não descaracteriza o ferimento de saída.

A alternativa **D** está incorreta, pois a escoriação, sozinha, não prova que a lesão é de entrada. Na segunda lesão, o formato irregular, as bordas evertidas e o sangramento maior são próprios da saída. A pequena área escoriada se explica pelo apoio do corpo na superfície rígida no momento do disparo.

A alternativa **E** está correta, pois a segunda lesão tem as características típicas do orifício de saída. A escoriação junto às margens decorre da resistência do anteparo rígido contra o qual o corpo estava apoiado quando o projétil saiu. Esse achado é descrito na medicina legal como sinal de Romanese.

Questão 40. Durante a investigação de uma morte ocorrida em um restaurante, constatou-se que a vítima, um homem idoso, havia apresentado perda súbita da consciência enquanto se alimentava. Inicialmente, aventou-se a hipótese de evento cardiovascular agudo. Na necropsia, entretanto, foi identificado fragmento alimentar impactado na região da glote, que obstruía completamente a passagem do ar, sem evidências suficientes de infarto agudo do miocárdio. Considerando essa situação hipotética e conhecimentos médico-legais acerca das asfixias mecânicas, assinale a opção correta.

a) A situação é compatível com sufocação direta por oclusão das vias respiratórias, podendo corresponder ao fenômeno denominado coronária do café (coffee coronary).

b) Trata-se de modalidade de sufocação direta por oclusão dos orifícios respiratórios externos, equivalente à obstrução simultânea da boca e das fossas nasais.

c) A presença de corpo estranho na glote permite a classificação da morte como afogamento interno, uma vez que o material aspirado substitui o ar presente nas vias respiratórias.

d) A obstrução das vias respiratórias por alimentos é indicativa de suicídio, sendo excepcional sua ocorrência de forma acidental.

e) O caso caracteriza sufocação indireta, pois a obstrução da glote impede secundariamente a expansão da caixa torácica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão trata da classificação médico-legal das asfixias mecânicas, com foco na sufocação por obstrução das vias aéreas.

A alternativa **A** está correta, pois um fragmento alimentar impactado na glote bloqueia o conduto respiratório. Isso caracteriza sufocação direta por oclusão das vias respiratórias, modalidade mais comum em situações acidentais. A morte súbita durante a refeição, tomada de início por infarto mas causada por engasgo que obstrui a laringe, é o quadro clássico da coffee coronary, também chamada de "infarto do restaurante".

A alternativa **B** está incorreta, pois a sufocação direta se divide em duas formas. Uma é a oclusão dos orifícios externos (boca e fossas nasais), feita por exemplo com as mãos ou com travesseiros. A outra é a oclusão dos condutos respiratórios por corpo estranho. No caso, a obstrução estava dentro da via aérea, na glote, e não nos orifícios externos.

A alternativa **C** está incorreta, pois o afogamento é a asfixia pela transformação do meio gasoso em meio líquido, com penetração de líquido nas vias aéreas. Um fragmento sólido de alimento preso na glote não substitui o ar por líquido. Por isso, o caso é de obstrução mecânica, e não de afogamento.

A alternativa **D** está incorreta, pois a obstrução das vias aéreas por corpo estranho ocorre com mais frequência de forma acidental. Ela é rara em suicídios e de execução complexa em homicídios, o que inverte o que a alternativa afirma.

A alternativa **E** está incorreta, pois a sufocação indireta resulta da compressão do tórax ou do abdome, que impede os movimentos respiratórios (congestão compressiva de Perthes), ou da sufocação posicional. A obstrução da glote age diretamente na via aérea e não restringe a expansão da caixa torácica.

Questão 41. Durante investigação de homicídio, um cadáver em avançado estado de decomposição foi encontrado em área de vegetação, exposto ao ambiente. A equipe pericial realizou coleta de larvas, pupas e insetos adultos presentes no corpo e nas suas proximidades. O delegado responsável pelo inquérito questionou o médico-legista acerca da possibilidade de utilização desses elementos na determinação da cronologia da morte. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com os fundamentos da entomologia médico-legal.

a) A estimativa baseada no desenvolvimento dos insetos independe da temperatura e da umidade, pois cada espécie tem ciclo biológico cronologicamente fixo.

b) A análise entomológica é útil para a determinação da cronologia da morte somente em cadáveres inumados, pois a exposição ao meio externo produz excessivas variáveis ambientais.

c) O comportamento noturno dos insetos não tem relevância médico-legal, uma vez que a oviposição das moscas ocorre exclusivamente durante o período diurno.

d) Eventuais drogas e substâncias tóxicas existentes no cadáver não interferem no desenvolvimento dos insetos e, consequentemente, não apresentam relevância para a interpretação entomológica.

e) Segundo Mégnin, a primeira legião dos insetos que surgem no cadáver é composta dos dípteros das espécies Musca domestica, Muscina stabulans e Calliphora vomitoria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão trata do uso da entomologia médico-legal (fauna cadavérica) para estimar o intervalo post mortem.

A alternativa **A** está incorreta, pois a temperatura e a umidade influenciam diretamente a composição da fauna necrófaga e a velocidade do ciclo dos insetos. Por isso o cálculo usa modelos de crescimento e gera uma estimativa aproximada. O ciclo biológico de cada espécie não segue um tempo fixo.

A alternativa **B** está incorreta, pois a entomologia pode ser aplicada tanto a cadáveres expostos ao ar livre quanto a cadáveres inumados. Sua maior relevância para a cronologia da morte aparece justamente nos corpos expostos ao ambiente externo, como o do caso narrado.

A alternativa **C** está incorreta, pois algumas moscas põem ovos durante a noite. Por isso o comportamento noturno dos insetos é um dos fatores que o perito leva em conta ao interpretar a colonização do cadáver.

A alternativa **D** está incorreta, pois drogas e substâncias tóxicas presentes no cadáver podem reduzir a sobrevivência das larvas. Esse dado altera o desenvolvimento dos insetos e precisa ser considerado na interpretação entomológica.

A alternativa **E** está correta, pois Mégnin descreveu a sequência das "legiões da morte" que colonizam o cadáver. A primeira legião é formada por dípteros que chegam nas primeiras horas após a morte: Musca domestica, Muscina (Curtonevra) stabulans e Calliphora vomitoria.

Questão 42. A investigação da morte de uma pessoa durante custódia policial foi conduzida pela própria unidade onde o evento ocorreu e à qual pertenciam os agentes envolvidos no fato. A apuração começou quatro meses após o óbito, não tendo sido entrevistadas testemunhas independentes. O laudo pericial foi mantido integralmente em sigilo, sem justificativa relacionada à proteção de direitos ou à própria investigação. Considerando a inadequação do procedimento descrito na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta à luz do Protocolo de Minnesota.

a) O Protocolo de Minnesota proíbe qualquer participação de instituições estatais na investigação de mortes que envolvem a atuação de agentes públicos.

b) Qualquer investigação de morte sob custódia estatal deve obrigatoriamente ser realizada por uma comissão internacional das Nações Unidas.

c) A investigação de mortes potencialmente ilícitas deve observar requisitos como prontidão, efetividade e completude, independência, imparcialidade e transparência.

d) A investigação criminal deve necessariamente ocorrer antes da realização da autópsia médico-legal.

e) A ausência de testemunhas independentes é a única violação aos parâmetros internacionais observada na situação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão trata dos parâmetros do Protocolo de Minnesota para investigar mortes potencialmente ilícitas que podem ter envolvido o Estado, como a morte de uma pessoa sob custódia policial.

A alternativa **A** está incorreta, pois o Protocolo não impede que órgãos estatais investiguem esse tipo de morte. Ele exige que os investigadores sejam independentes das pessoas e das unidades possivelmente envolvidas. O erro do caso está em a apuração ter ficado com a mesma unidade à qual pertenciam os agentes, e não no fato de o Estado ter investigado.

A alternativa **B** está incorreta, pois o Protocolo não define o órgão responsável pela investigação. Ele apenas fixa diretrizes que devem ser seguidas por quem conduz a apuração. Por isso, não existe obrigação de entregar o caso a uma comissão internacional das Nações Unidas.

A alternativa **C** está correta, pois a Seção 2 do Protocolo (§ 22) exige que a investigação seja pronta, efetiva e completa, independente e imparcial, e transparente. Esses requisitos decorrem do dever do Estado de investigar mortes potencialmente ilícitas e de prestar contas sobre elas.

A alternativa **D** está incorreta, pois o Protocolo não determina que a investigação criminal ocorra antes da autópsia. A necropsia faz parte da própria investigação e deve ser feita com rapidez, para preservar a prova. No direito interno, o art. 162 do CPP trata apenas do intervalo mínimo de seis horas após o óbito e das hipóteses em que esse prazo pode ser antecipado.

A alternativa **E** está incorreta, pois a falta de testemunhas independentes não foi a única falha. A apuração foi conduzida pela unidade dos próprios agentes, o que viola a independência e a imparcialidade. Ela também começou quatro meses depois da morte, o que viola a prontidão. Por fim, o laudo foi mantido em sigilo sem justificativa, o que viola a transparência e o direito dos familiares à informação.

Questão 43. Durante investigação médico-legal, foi encontrado o cadáver de um concepto em circunstâncias suspeitas, sem documentação referente ao parto. A perícia deve estabelecer, entre outros aspectos, a idade gestacional aproximada, a viabilidade, a ocorrência de nascimento com vida e a existência de vida extrauterina. Durante a necropsia, foram realizadas provas destinadas à investigação de respiração e examinados pulmões, trato gastrointestinal, cordão umbilical e demais estruturas. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca do estudo médico-legal do aborto e do infanticídio.

a) A docimásia hidrostática pulmonar de Galeno fundamenta-se nas alterações de densidade decorrentes da aeração pulmonar; entretanto, seu resultado deve ser interpretado em conjunto com os demais achados periciais, considerando-se possíveis interferências, como putrefação e insuflação artificial.

b) A diferenciação médico-legal entre aborto e morte ocorrida após o nascimento depende exclusivamente da idade gestacional, sendo prescindível a investigação de respiração, circulação ou outras manifestações de vida extrauterina.

c) A ausência de flutuação dos pulmões na docimásia hidrostática pulmonar demonstra, de maneira inequívoca, que não houve vida extrauterina e, portanto, isoladamente permite concluir a ocorrência de aborto.

d) As docimásias são empregadas principalmente para determinar a idade gestacional e estabelecer se o concepto possuía viabilidade fetal, não sendo destinadas à investigação de vida extrauterina.

e) A presença de ar nos pulmões constitui prova absoluta de nascimento com vida, pois fenômenos putrefativos e manobras de reanimação não são capazes de produzir resultados falso-positivos nas docimásias respiratórias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão trata das provas de vida extrauterina (docimásias) usadas na perícia de aborto e de infanticídio.

A alternativa **A** está correta, pois a docimásia hidrostática de Galeno parte da diferença de densidade. O pulmão que não respirou é compacto, tem densidade de 1,040 a 1,092 e afunda. O pulmão aerado cai para cerca de 0,70 a 0,80 e flutua. Gases de putrefação e insuflação artificial também fazem o pulmão flutuar, por isso o resultado precisa ser confrontado com os demais achados.

A alternativa **B** está incorreta, pois a idade gestacional não basta para separar o aborto da morte após o nascimento. Para caracterizar o infanticídio, a perícia precisa demonstrar a vida extrauterina autônoma, que é a prova mais importante, ao lado da prova de ser nascente e da época da morte.

A alternativa **C** está incorreta, pois a ausência de flutuação não é prova inequívoca. Na respiração precária, a 4ª fase da prova de Galeno pode ser positiva: os fragmentos comprimidos liberam bolhas finas misturadas com sangue. A vida também pode ser demonstrada por docimásias extrapulmonares e por provas ocasionais, como leite no tubo digestivo ou lesões com reação vital.

A alternativa **D** está incorreta, pois as docimásias procuram sinais de respiração e, portanto, de vida extrauterina. Elas não servem para estimar idade gestacional ou viabilidade, que dependem de outros parâmetros, como peso, estatura e desenvolvimento do concepto.

A alternativa **E** está incorreta, pois a presença de ar nos pulmões não é prova absoluta de nascimento com vida. Os gases da putrefação e as manobras de reanimação ou insuflação artificial podem gerar resultado falso-positivo nas docimásias respiratórias.

Questão 44. Durante investigação de possível tentativa de homicídio por envenenamento, apurou-se que a vítima havia ingerido substância de pH extremamente elevado. A avaliação médico-legal revelou extensa lesão do trato gastrointestinal, com destruição tecidual profunda. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta com relação aos mecanismos de ação das substâncias cáusticas.

a) Substâncias ácidas somente produzem lesões locais, enquanto as alcalinas podem produzir manifestações sistêmicas.

b) Os álcalis provocam predominantemente necrose de coagulação, formando uma barreira protetora que impede completamente a progressão da lesão para os planos profundos.

c) O mecanismo de lesão produzido por ácidos e álcalis é idêntico, sendo a extensão do dano determinada exclusivamente pelo volume ingerido.

d) Os ácidos provocam tipicamente necrose de liquefação por saponificação das gorduras, razão pela qual apresentam, invariavelmente, maior profundidade de penetração que os álcalis.

e) Os álcalis provocam predominantemente necrose de liquefação, associada à saponificação das gorduras e à penetração tecidual, enquanto os ácidos estão classicamente associados à necrose de coagulação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.**

A questão trata dos mecanismos de lesão dos cáusticos ácidos e alcalinos ingeridos.

A alternativa **A** está incorreta, pois os ácidos também podem gerar manifestações sistêmicas. A ingestão de ácidos fortes pode causar acidose metabólica, hemólise e insuficiência renal, entre outras complicações. Por isso, a ideia de que eles "somente" produzem lesões locais não se sustenta.

A alternativa **B** está incorreta, pois os álcalis provocam necrose de liquefação, e não de coagulação. Os cáusticos liquefacientes, como a soda cáustica, a potassa e a amônia, deixam escaras úmidas, moles e de aspecto untuoso. Esse tipo de necrose não forma barreira, e por isso a lesão avança para os planos profundos.

A alternativa **C** está incorreta, pois ácidos e álcalis agem por mecanismos diferentes, um coagulante e outro liquefaciente. A gravidade da lesão também depende de mais fatores além do volume ingerido, como o tipo e a concentração do cáustico, o tempo de exposição e o local atingido.

A alternativa **D** está incorreta, pois inverte os mecanismos. A necrose de liquefação com saponificação das gorduras é típica dos álcalis. Os ácidos causam necrose de coagulação, e a escara que se forma tende a limitar a penetração. Por isso, a afirmação de que os ácidos penetram "invariavelmente" mais fundo está errada.

A alternativa **E** está correta, pois os álcalis (pH extremamente elevado, como no caso narrado) causam necrose de liquefação. Eles saponificam as gorduras e desnaturam as proteínas, e assim penetram nos tecidos e explicam a destruição profunda do trato gastrointestinal. Os ácidos, ao contrário, estão classicamente associados à necrose de coagulação, que forma escaras secas e endurecidas.

QUESTÃO 45

De acordo com a concepção dos direitos humanos fundamentais, os direitos de segunda dimensão/geração previstos na Constituição Federal de 1988 incluem

a) o direito ao trabalho digno e o direito de greve.

b) o direito à integridade física e moral dos presos.

c) o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

d) o direito à livre manifestação de pensamento.

e) o direito à presunção de inocência e ao devido processo legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão trata da classificação dos direitos fundamentais em dimensões ou gerações e da identificação dos direitos de segunda dimensão na Constituição Federal de 1988.

A alternativa A está correta, pois o direito ao trabalho (art. 6º da CF) e o direito de greve (art. 9º da CF) são direitos sociais, ligados ao valor igualdade, e, por isso, típicos direitos de segunda dimensão.

A alternativa B está incorreta, pois o respeito à integridade física e moral dos presos (art. 5º, XLIX, da CF) é direito individual de primeira dimensão, que protege a pessoa contra o arbítrio estatal.

A alternativa C está incorreta, pois o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225 da CF) é direito de titularidade difusa, ligado à solidariedade, e integra a terceira dimensão.

A alternativa D está incorreta, pois a livre manifestação do pensamento (art. 5º, IV, da CF) é liberdade pública clássica, de primeira dimensão.

A alternativa E está incorreta, pois a presunção de inocência (art. 5º, LVII, da CF) e o devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF) são garantias individuais de primeira dimensão.

QUESTÃO 46

Para fins de incorporação e validade no ordenamento jurídico brasileiro, os tratados e as convenções internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja signatário

a) adquirem *status* supralegal no ordenamento jurídico pátrio quando ratificados e promulgados no Brasil, segundo o entendimento do STF.

b) devem ser ratificados mediante aprovação, em dois turnos, em cada casa do Congresso Nacional.

c) assumem automaticamente o *status* de emenda constitucional.

d) dependem da aprovação de lei específica para terem validade jurídica no Brasil.

e) equiparam-se às leis ordinárias no ordenamento pátrio, segundo o entendimento do STF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão trata da incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos ao ordenamento brasileiro e da hierarquia que eles assumem segundo o STF.

A alternativa A está correta, pois, segundo o STF, os tratados de direitos humanos ratificados e promulgados pelo Brasil sem o rito do art. 5º, § 3º, da CF têm *status* supralegal, ou seja, estão abaixo da Constituição, mas acima da legislação ordinária (RE 466.343).

A alternativa B está incorreta, pois a aprovação em dois turnos, em cada Casa, por três quintos dos votos, não é condição de validade do tratado, mas rito facultativo para que ele seja equivalente a emenda constitucional (art. 5º, § 3º, da CF). Além disso, quem ratifica é o Presidente da República, após o referendo do Congresso Nacional (arts. 49, I, e 84, VIII, da CF).

A alternativa C está incorreta, pois a equivalência a emenda constitucional não é automática e depende da aprovação pelo rito qualificado do art. 5º, § 3º, da CF.

A alternativa D está incorreta, pois a incorporação não exige lei específica. O tratado é aprovado pelo Congresso Nacional por decreto legislativo (art. 49, I, da CF), ratificado pelo Presidente da República (art. 84, VIII, da CF) e promulgado por decreto presidencial.

A alternativa E está incorreta, pois o STF abandonou, para os tratados de direitos humanos, a tese da paridade com a lei ordinária. Desde o julgamento do RE 466.343, prevalece a tese da supralegalidade.

QUESTÃO 47

Considerando os direitos humanos previstos no Pacto de San José da Costa Rica, em especial no que se refere à integridade pessoal, assinale a opção correta.

a) Pessoas privadas de liberdade devem ser tratadas de forma proporcional às suas ações.

b) Menores de idade não poderão ser processados em nenhuma hipótese.

c) As penas privativas de liberdade devem ter como finalidade principal a correção social, sem prejuízo da reforma e readaptação social dos condenados.

d) Todas as pessoas, indistintamente, terão direito à preservação de sua integridade física, psíquica e moral, sendo vedados tratos degradantes.

e) É vedado o tratamento diferenciado entre processados e condenados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão trata do direito à integridade pessoal previsto no art. 5 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

A alternativa A está incorreta, pois a Convenção determina que toda pessoa privada da liberdade seja tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano (art. 5.2), e não de forma proporcional às suas ações.

A alternativa B está incorreta, pois a Convenção admite o processamento de menores. Quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível (art. 5.5).

A alternativa C está incorreta, pois a finalidade essencial das penas privativas da liberdade é a reforma e a readaptação social dos condenados (art. 5.6), e não a correção social.

A alternativa D está correta, pois toda pessoa tem direito ao respeito de sua integridade física, psíquica e moral (art. 5.1), e ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes (art. 5.2).

A alternativa E está incorreta, pois a Convenção impõe tratamento diferenciado. Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e receber tratamento adequado à condição de pessoas não condenadas (art. 5.4).

QUESTÃO 48

No Sistema Regional Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, é competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

a) emitir medidas provisórias em casos de extrema gravidade e urgência, quando se fizer necessário evitar danos irreparáveis às pessoas.

b) realizar visitas *in loco* nos Estados-membros, mediante anuência prévia, a fim de apurar potenciais violações de direitos humanos.

c) receber petições diretamente de entidades não governamentais legalmente reconhecidas em um ou mais Estados-membros.

d) elaborar diagnósticos públicos detalhados sobre a situação dos direitos humanos em Estados específicos.

e) enviar para julgamento os casos de descumprimento das recomendações expedidas em um relatório de mérito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão trata da divisão de competências entre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos no sistema regional de proteção.

A alternativa A está correta, pois, em casos de extrema gravidade e urgência, e quando necessário evitar danos irreparáveis às pessoas, a Corte pode adotar medidas provisórias (art. 63.2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos).

A alternativa B está incorreta, pois as visitas *in loco* aos Estados, com a sua anuência, para verificar a situação dos direitos humanos, são instrumento de atuação da Comissão Interamericana, que pode realizar investigações com as facilidades proporcionadas pelos Estados (art. 48.1, d, da Convenção Americana).

A alternativa C está incorreta, pois as petições de entidades não governamentais legalmente reconhecidas são apresentadas à Comissão (art. 44 da Convenção Americana). Somente os Estados-Partes e a Comissão podem submeter casos à Corte (art. 61.1).

A alternativa D está incorreta, pois a elaboração de estudos e relatórios sobre a situação dos direitos humanos nos Estados é atribuição da Comissão (art. 41, c, da Convenção Americana).

A alternativa E está incorreta, pois é a Comissão, e não a Corte, que submete o caso à jurisdição contenciosa quando o Estado não cumpre as recomendações do relatório (arts. 51.1 e 61.1 da Convenção Americana). A Corte julga os casos que lhe são submetidos.

QUESTÃO 49

A Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho estabelece que atos administrativos ou atividades governamentais capazes de impactar territórios de povos e comunidades tradicionais dependerão, em regra, de

a) realocação das populações impactadas.

b) justa compensação aos povos e comunidades atingidos.

c) autorização do Poder Judiciário.

d) consulta prévia, livre e informada aos povos e comunidades afetados.

e) manifestação prévia do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.**

A questão trata do direito de consulta dos povos indígenas e tribais previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A alternativa A está incorreta, pois a regra é a permanência dos povos em suas terras. O translado e o reassentamento são excepcionais e dependem, em princípio, do consentimento dos povos, concedido livremente e com pleno conhecimento de causa (art. 16, 1 e 2, da Convenção nº 169).

A alternativa B está incorreta, pois a indenização é consequência de perdas e danos decorrentes de deslocamentos (art. 16, 4 e 5), e não o requisito geral para medidas que afetem os povos interessados.

A alternativa C está incorreta, pois a Convenção não condiciona essas medidas a autorização judicial. A exigência é de consulta aos povos interessados (art. 6º).

A alternativa D está correta, pois os governos devem consultar os povos interessados, por procedimentos apropriados e por meio de suas instituições representativas, sempre que previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, de boa-fé e com o objetivo de chegar a um acordo e obter o consentimento (art. 6º da Convenção nº 169).

A alternativa E está incorreta, pois a Convenção não exige manifestação prévia do Ministério Público. Os sujeitos da consulta são os próprios povos interessados (art. 6º).

QUESTÃO 50

Com base nas regras da ONU sobre o uso da força e de armas de fogo, assinale a opção que apresenta circunstância em que se admite o disparo de arma de fogo contra pessoas.

a) defesa de terceiros contra ferimentos de qualquer natureza

b) incapacitação de sujeitos para prevenir a fuga diante de crimes cometidos

c) prisão de pessoas que representem grave ameaça à vida e resistam à autoridade dos agentes da lei

d) prevenção da perpetração de crimes em flagrante envolvendo ameaça à vida e ao patrimônio

e) imposição da autoridade diante do cometimento de um crime

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.**

A questão trata das hipóteses em que os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (ONU, 1990) admitem o disparo de arma de fogo contra pessoas.

A alternativa A está incorreta, pois a defesa de terceiros só legitima o disparo contra ameaça iminente de morte ou ferimento grave (Princípio 9), e não contra ferimentos de qualquer natureza.

A alternativa B está incorreta, pois o disparo para impedir a fuga só é admitido em relação a quem represente grave ameaça à vida e resista à autoridade, e apenas quando meios menos extremos forem insuficientes (Princípio 9). A simples prática anterior de crime não basta.

A alternativa C está correta, pois o Princípio 9 admite o uso de arma de fogo para efetuar a prisão de alguém que represente grave ameaça à vida e resista à autoridade, desde que outros meios menos extremos se revelem insuficientes.

A alternativa D está incorreta, pois o Princípio 9 admite o disparo para impedir crime particularmente grave que envolva séria ameaça à vida. A ameaça ao patrimônio não justifica o uso de arma de fogo contra pessoas.

A alternativa E está incorreta, pois a imposição da autoridade não está entre as hipóteses do Princípio 9, que vincula o uso de arma de fogo à proteção da vida e da integridade física.

QUESTÃO 51

Segundo as Regras Mínimas Padrão das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros (Regras de Mandela), em nenhuma hipótese as restrições ou sanções disciplinares devem implicar tortura ou outra forma de tratamento ou sanções cruéis, desumanas ou degradantes. Contudo, na aplicação de sanções disciplinares conforme as Regras de Mandela, admite-se, de forma excepcional e limitada,

a) restrição do contato familiar.

b) redução da dieta do preso.

c) encarceramento em cela escura.

d) utilização de instrumentos de imobilização.

e) confinamento solitário prolongado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão trata das restrições e sanções disciplinares admitidas e proibidas pelas Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela).

A alternativa A está correta segundo a literalidade da tradução do CNJ, pois a Regra 43, item 3, proíbe que as sanções disciplinares incluam a proibição de contato com a família, mas admite que esse contato seja restringido por prazo limitado e quando estritamente necessário para a manutenção da segurança e da ordem. Há, contudo, fundamento consistente para a anulação da questão, exposto ao final.

A alternativa B está incorreta, pois a redução da dieta ou da água potável do preso é prática expressamente proibida (Regra 43, item 1, d).

A alternativa C está incorreta, pois o encarceramento em cela escura ou constantemente iluminada é prática expressamente proibida (Regra 43, item 1, c).

A alternativa D está incorreta, pois os instrumentos de imobilização jamais devem ser utilizados como sanção a infrações disciplinares (Regra 43, item 2), embora possam ser usados por razões de segurança nas hipóteses da Regra 47.

A alternativa E está incorreta, pois o confinamento solitário prolongado, isto é, por mais de 15 dias consecutivos, é prática expressamente proibida (Regras 43, item 1, b, e 44).

A questão é passível de anulação. No texto autêntico em inglês, a Regra 43, item 3, admite apenas a restrição dos meios de contato familiar (*the means of family contact*), por necessidade de segurança e ordem, e não como sanção disciplinar. Essa é a leitura do Subcomitê de Prevenção da Tortura da ONU, que recomendou que as restrições ao contato familiar nunca sejam impostas como medida disciplinar (CAT/OP/PSE/ROSP/1, par. 97). Nessa perspectiva, a alternativa A fica na mesma posição da alternativa D, pois ambas descrevem medidas admitidas por segurança e vedadas como punição, e nenhuma alternativa responde ao comando, que trata da aplicação de sanções disciplinares.

QUESTÃO 52

A compreensão jurídica do significado de tortura contra a pessoa presa, segundo instrumentos normativos internacionais, pressupõe como característica necessária à configuração de tal conduta

a) a infligência de dor ou sofrimento severo, físico ou mental, de forma intencional, por agente público ou com sua anuência, com finalidade específica.

b) a sua prática por agente público, com ou sem finalidade, mediante infligência intencional de dor ou sofrimento.

c) a infligência de dano físico à pessoa presa, independentemente da finalidade.

d) a sua prática por agente público ou privado, desde que resulte em dano físico à pessoa presa.

e) a sua prática por agente policial, com ou sem finalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.**

A questão trata dos elementos do conceito de tortura nos instrumentos internacionais, em especial na Convenção da ONU contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e na Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.

A alternativa A está correta à luz do art. 1º da Convenção da ONU contra a Tortura, que reúne a dor ou sofrimento agudo, físico ou mental, infligido intencionalmente, com finalidade específica, por agente público ou com o seu consentimento ou aquiescência. Há, contudo, fundamento consistente para a anulação da questão, exposto ao final.

A alternativa B está incorreta, pois dispensa a finalidade, exigida pelas duas convenções (art. 1º da Convenção da ONU e art. 2 da Convenção Interamericana), e exige a prática direta por agente público, ignorando a instigação, o consentimento e a aquiescência.

A alternativa C está incorreta, pois a tortura não se limita ao dano físico, já que abrange sofrimentos mentais e, na Convenção Interamericana, até métodos que não causam dor, além de não prescindir da finalidade.

A alternativa D está incorreta, pois, nos instrumentos internacionais, a tortura envolve a participação, a instigação ou a aquiescência de agente público e não exige dano físico.

A alternativa E está incorreta, pois o sujeito ativo não se restringe ao agente policial, alcançando qualquer funcionário público ou pessoa no exercício de funções públicas, e a finalidade é elemento necessário do conceito.

A questão é passível de anulação. O comando se refere aos instrumentos normativos internacionais em geral, e a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, também vigente no Brasil (Decreto nº 98.386/1989), não exige que a dor ou o sofrimento sejam severos e equipara à tortura métodos que anulem a personalidade da vítima ainda que não causem dor física ou angústia psíquica (art. 2). A própria Convenção da ONU ressalva os instrumentos de alcance mais amplo (art. 1º, item 2). Assim, a severidade não é característica necessária segundo todos os instrumentos internacionais, e nenhuma alternativa fica inteiramente correta.

QUESTÃO 53. Durante a vigência de determinada lei penal, o legislador criou novo crime mais gravoso, tipificado como "subtrair, para si ou para outrem, coisa móvel pertencente a hospital público". Após o início da vigência dessa lei, José ingressou clandestinamente em um hospital público e subtraiu um equipamento pertencente a uma empresa privada que prestava serviços no local. Encerradas as investigações, o Ministério Público denunciou José, sustentando que a nova norma penal deveria ser aplicada, pois a finalidade da lei era proteger o patrimônio destinado à atividade hospitalar, independentemente de quem fosse o proprietário e o destino do bem subtraído. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A analogia é admissível no caso, pois a finalidade protetiva da norma permite ao intérprete ampliar seu alcance para abranger situações materialmente semelhantes, ainda que isso implique a incidência de consequência penal mais gravosa não expressamente prevista para a conduta.

b) A vigência da norma penal impede sua interpretação restritiva ou extensiva, uma vez que, enquanto vigente, a lei deve ser aplicada exclusivamente de acordo com seu significado literal, sendo vedada qualquer técnica interpretativa que ultrapasse a redação do dispositivo.

c) A nova lei deve ser utilizada para incriminar José, por haver identidade entre a sua conduta e o preceito normativo penal, valendo-se o julgador de interpretação lógica, que despreza o uso de analogia e das fontes indiretas do direito penal.

d) A interpretação teleológica da norma permite ao julgador incluir no conceito de "hospital público" todos os bens que estejam no interior do estabelecimento, ainda que pertencentes a empresa privada, pois a finalidade da lei é a proteção da continuidade do serviço de saúde.

e) A analogia é inadmissível para fundamentar a responsabilização penal do agente, pois a extensão da norma prejudicial ao acusado viola o princípio da legalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata da vedação à analogia in malam partem no Direito Penal, decorrente do princípio da legalidade.

A alternativa A está incorreta, pois a analogia é técnica de integração usada para suprir lacunas, e no Direito Penal só se admite *in bonam partem.* Analogia in malam partem é inadmissível em Direito Penal, ainda que haja semelhança material entre as situações, pois viola a reserva legal do art. 5º, XXXIX, da CF/88 e do art. 1º do CP.

A alternativa B está incorreta, pois a vigência da lei não impede a interpretação restritiva nem a extensiva. O que se veda é a analogia prejudicial, não a técnica interpretativa.

A alternativa C está incorreta, pois não há identidade entre a conduta e o tipo. O preceito exige coisa móvel "pertencente a hospital público", e o equipamento era de empresa privada. Além disso, a interpretação lógica não despreza as fontes indiretas.

A alternativa D está incorreta, pois chamar isso de interpretação teleológica é disfarçar a analogia. Incluir bens de terceiros só porque estão dentro do hospital ampliaria a incriminação além do texto legal. Isso configura *analogia in malam partem,* vedada pelo art. 1º do CP.

A alternativa E está correta, pois estender a norma incriminadora a um bem que não pertence ao hospital público, com base apenas na finalidade protetiva da lei, cria responsabilidade penal sem previsão legal, violando a legalidade estrita (art. 5º, XXXIX, da CF/88 e art. 1º do CP).

QUESTÃO 54. Em 1.º de março de 2026, durante situação excepcional de calamidade pública, entrou em vigor lei penal que, expressamente, determinou sua vigência até 30 de junho de 2026, tendo criminalizado determinada conduta relacionada ao desvio de medicamentos destinados ao atendimento emergencial da população. Em 20 de junho de 2026, André, brasileiro, praticou a referida conduta no território brasileiro. Em 10 de julho de 2026, quando já cessada a vigência da lei, foi descoberto o fato e instaurada investigação contra André. Também em 20 de junho de 2026, Bruno, brasileiro, praticou conduta idêntica a bordo de uma embarcação privada brasileira que se encontrava em alto-mar. E Cristiano, brasileiro, praticou, no mesmo dia, a mesma conduta em território estrangeiro, tendo retornado posteriormente ao Brasil. No país estrangeiro, a conduta não era considerada criminosa. Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A lei temporária será aplicável a André e a Bruno, mas não a Cristiano, pois o Código Penal adota a territorialidade absoluta, admitindo extraterritorialidade somente para crimes praticados contra a vida e a liberdade do presidente da República.

b) A conduta de André não poderá ser punida após o término da lei temporária, em razão do princípio da retroatividade da lei penal benéfica, enquanto Bruno e Cristiano não estarão sujeitos à lei brasileira pelo simples fato de terem praticado a conduta fora do território nacional.

c) A lei penal temporária não poderá ser aplicada a André nem a Bruno, ainda que as embarcações brasileiras sejam consideradas extensão territorial do Brasil, porque sua vigência havia terminado antes da instauração de investigação.

d) A lei penal temporária poderá ser aplicada a André, mas não a Bruno, pois o princípio da territorialidade somente alcança fatos praticados no território brasileiro, de modo que a lei penal brasileira não alcança os crimes em embarcação privada brasileira em alto-mar.

e) A lei penal temporária poderá ser aplicada a André em razão de sua ultratividade; a conduta de Bruno, praticada em embarcação brasileira situada em alto-mar, submete-se, em regra, à lei penal brasileira, pelo princípio da territorialidade; e a responsabilização de Cristiano não será possível, por falta de enquadramento nas condições legais de extraterritorialidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata da lei penal temporária e da aplicação da lei penal no espaço.

A alternativa A está incorreta, pois o Código Penal adota a territorialidade temperada (art. 5º, caput), e não a absoluta. Além disso, a extraterritorialidade não se limita aos crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República, pois o art. 7º prevê outras hipóteses.

A alternativa B está incorreta, pois a lei temporária é ultrativa (art. 3º do CP): aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, mesmo após cessada, e não retroage em benefício do réu. Também está errado dizer que Bruno não se sujeita à lei brasileira, já que a embarcação privada brasileira em alto-mar é extensão do território nacional (art. 5º, § 1º). Cristiano, por sua vez, pode se sujeitar à lei brasileira pelo art. 7º, II, "b", se preenchidas as condições do § 2º.

A alternativa C está incorreta, pois o fim da vigência antes da investigação não impede a aplicação, justamente pela ultratividade. Por isso, a lei temporária se aplica a André e a Bruno.

A alternativa D está incorreta, pois a embarcação privada brasileira em alto-mar é considerada extensão do território nacional pelo art. 5º, § 1º, do CP. Logo, a lei brasileira alcança Bruno.

A alternativa E está correta. André praticou o fato em 20/06/2026, durante a vigência. A lei temporária é ultrativa (art. 3º): aplica-se ao fato praticado na sua vigência mesmo depois de cessada. A descoberta em julho é irrelevante. Bruno agiu em embarcação privada brasileira em alto-mar, extensão do território nacional (art. 5º, §1º). Territorialidade: lei brasileira aplicável, e a temporária também é ultrativa aqui. Cristiano praticou o fato em território estrangeiro, sendo brasileiro: extraterritorialidade condicionada (art. 7º, II, "b"). Uma das condições cumulativas do §2º é a dupla tipicidade ("ser o fato punível também no país em que foi praticado"). Como lá não era crime, não há como responsabilizá-lo.

QUESTÃO 55. Durante uma discussão, Magno, com animus necandi, efetuou um disparo de arma de fogo em direção a região vital de Leonardo, que estava atrás de uma porta. Magno, acreditando tê-lo atingido como pretendia, arrependeu-se logo após o disparo e, supondo que a vítima ainda estivesse viva, acionou o serviço de emergência, que prestou pronto auxílio. Leonardo foi socorrido e levado ao hospital. Contudo, posteriormente, foi constatado que o projétil não atingira Leonardo, pois, antes de alcançá-lo, fora desviado pela maçaneta da porta, circunstância que Magno desconhecia. O laudo pericial concluiu que, nas condições concretas, a arma era apta a matar e que estava municiada de um único projétil. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Magno não deverá responder por tentativa de homicídio, pois, embora ele tenha iniciado atos executórios com dolo de matar, o meio empregado mostrou-se absolutamente ineficaz para produzir o resultado nas circunstâncias concretas, configurando-se crime impossível.

b) Magno não deverá responder penalmente pelo fato, pois a ausência de resultado naturalístico impede a existência de crime doloso contra a vida, independentemente da idoneidade do meio empregado ou da intenção do agente, em razão da adoção da teoria naturalística da ação.

c) Magno deverá responder por homicídio consumado equiparado, pois sua conduta dolosa foi dirigida à produção da morte e o resultado somente não ocorreu em razão de circunstância excepcional relacionada à trajetória do projétil, devendo prevalecer a teoria subjetiva da tentativa.

d) Magno não deverá responder por tentativa de homicídio, pois será beneficiado pelo arrependimento eficaz, já que, ao chamar socorro, impediu o resultado morte, sendo suficiente o arrependimento posterior ao disparo, bem como a ausência do resultado morte, para afastar a responsabilidade pela tentativa.

e) Magno deverá responder por tentativa de homicídio, pois iniciou a execução do crime com dolo de matar e somente não produziu o resultado por circunstância alheia à sua vontade, cabendo ser aplicada a teoria objetiva temperada, não tendo havido, portanto, arrependimento eficaz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão cobra tentativa de homicídio, crime impossível e a distinção entre desistência voluntária e arrependimento eficaz (art. 15 do CP).

A alternativa A está incorreta, pois o crime impossível, previsto no art. 17 do Código Penal, exige a ineficácia absoluta do meio ou a absoluta impropriedade do objeto. No caso, a arma era apta a matar, estava municiada e foi direcionada contra uma vítima real. O desvio do projétil pela maçaneta representa circunstância acidental e ineficácia apenas relativa, não tornando absolutamente ineficaz o meio empregado. Portanto, há tentativa de homicídio.

A alternativa B está incorreta, pois o Código Penal pune a tentativa (art. 14, II). A ausência de resultado naturalístico não afasta o crime doloso contra a vida, que fica na forma tentada. Além disso, não existe a "teoria naturalística da ação" como obstáculo à punição da tentativa.

A alternativa C está incorreta, pois não houve morte e, portanto, não há homicídio consumado. A expressão “homicídio consumado equiparado” não corresponde a uma categoria prevista no Código Penal. A tentativa

é punida com a pena do crime consumado, diminuída de um a dois terços, conforme o art. 14, parágrafo único, do Código Penal. A teoria aplicável é a objetiva temperada, e não a subjetiva.

A alternativa D está incorreta, pois o arrependimento eficaz exige que o agente, após esgotar os atos executórios, impeça a produção do resultado. Aqui o resultado morte não ocorreu por causa do desvio do projétil, e não pela ação de Magno, de modo que falta o nexo entre o arrependimento e a não consumação. O socorro não evitou nada, pois Leonardo nunca foi atingido. Também não se pode falar em arrependimento posterior, que se aplica a crimes sem violência ou grave ameaça, com reparação do dano ou restituição da coisa até o recebimento da denúncia (art. 16 do CP).

A alternativa E está correta, pois Magno iniciou a execução do homicídio com dolo de matar e esgotou os atos executórios com o único projétil. A morte não ocorreu por circunstância alheia à sua vontade (art. 14, II, do CP), configurando tentativa perfeita, punida conforme a teoria objetiva temperada. Não houve arrependimento eficaz porque o resultado foi evitado pelo acaso, e não pela conduta de Magno após o disparo.

QUESTÃO 56. Durante a madrugada de certo dia, Antônio, policial militar, deslocou-se até uma residência após ter recebido comunicação de que um indivíduo armado ameaçava os moradores. Ao chegar ao local, observou Lucas sair rapidamente da casa, segurando um objeto metálico. Convencido de que Lucas empunhava uma arma de fogo e de que estava prestes a atirar contra um dos moradores, Antônio efetuou um disparo contra Lucas, tendo-lhe causado lesões corporais. Posteriormente, verificou-se que Lucas era, na realidade, um dos moradores da residência e que o objeto metálico que segurava era uma lanterna. As investigações demonstram que Cleomar, vizinho de Lucas, havia informado falsamente à polícia militar que Lucas estava armado e ameaçava os moradores, embora soubesse que isso não era verdade. Antônio havia acreditado sinceramente na informação e, diante das circunstâncias concretas, efetuara o disparo. Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Antônio encontra-se em situação de discriminante putativa inevitável decorrente de erro sobre os pressupostos fáticos da legítima defesa, o que, nos termos do Código Penal, isenta-o de pena.

b) Antônio incorreu em erro sobre a pessoa, pois pretendia atingir um indivíduo que acreditava ser agressor, mas acabou atingindo pessoa diversa daquela efetivamente identificada no local, devendo responder como se tivesse praticado o fato contra a vítima que efetivamente pretendia atingir, de modo a ser excluído o crime por legítima defesa putativa.

c) Antônio encontra-se em situação de discriminante putativa inevitável decorrente de erro sobre os pressupostos jurídicos da legítima defesa, o que exclui o dolo, mas não a culpa, já que o fato é previsto como crime culposo.

d) Antônio incorreu em erro de proibição indireto, pois equivocou-se quanto à existência dos pressupostos jurídicos da legítima defesa, podendo o erro excluir sua culpabilidade, por ter sido inevitável.

e) Antônio deverá responder necessariamente por homicídio ou lesão corporal dolosa, pois o erro sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação não exclui o dolo no direito penal brasileiro, produzindo efeitos apenas sobre a culpabilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata das descriminantes putativas e do erro sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação (art. 20, § 1º, do CP).

A alternativa A está correta. Antônio acreditou que Lucas empunhava uma arma e estava prestes a atirar contra os moradores, quando, na realidade, segurava uma lanterna. O erro recaiu sobre a situação fática e não sobre a existência ou os limites jurídicos da legítima defesa. Pela teoria limitada da culpabilidade, adotada pelo Código Penal, trata-se de erro de tipo permissivo, disciplinado pelo art. 20, § 1º. Se o erro for plenamente justificado pelas circunstâncias, o agente fica isento de pena; se decorrer de culpa e o fato for punível como crime culposo, poderá responder nessa modalidade. No caso, o erro foi inevitável, pois Antônio recebeu informação falsa de que Lucas estava armado, acreditou sinceramente na ameaça e, diante das circunstâncias concretas, tinha razões para supor que a agressão era iminente. Assim, fica afastada a responsabilidade de Antônio. Cleomar, que provocou dolosamente o erro, responde pelo crime, nos termos do art. 20, § 2º, na condição de autor mediato.

A alternativa B está incorreta, pois não houve erro sobre a pessoa (art. 20, § 3º) nem erro na execução (art. 73). Antônio atingiu exatamente quem visava, Lucas. O equívoco recaiu sobre a situação de fato, isto é, sobre a existência de uma agressão, e não sobre a identidade da vítima.

A alternativa C está incorreta, pois o erro recai sobre pressupostos fáticos, e não jurídicos, da legítima defesa. Além disso, sendo inevitável, o erro afasta dolo e culpa, de modo que não resta punição culposa. A responsabilização por culpa só ocorre no erro evitável, quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo (art. 20, § 1º, parte final).

A alternativa D está incorreta, pois o erro de proibição indireto (art. 21 do CP) incide sobre a existência ou os limites jurídicos da causa de justificação. Antônio não se enganou sobre o que a lei permite. Ele se enganou sobre a realidade, ao supor uma agressão que não existia, o que configura erro sobre pressuposto fático.

A alternativa E está incorreta, pois descreve a teoria extremada da culpabilidade (todo erro sobre justificante seria erro de proibição), que o CP não adotou.

QUESTÃO 57. Durante uma operação policial, o superior hierárquico José Tenório, sargento da polícia militar, determinou expressamente ao soldado Luiz Roque que inserisse informação falsa em termo circunstanciado de ocorrência, afirmando que a ordem decorria de autoridade superior e que a recusa do soldado acarretaria imediata instauração de procedimento disciplinar contra este. Luiz, embora ciente da falsidade, cumpriu a ordem. Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Luiz não é culpável, pois a ameaça de instauração de procedimento disciplinar constitui coação moral irresistível, hipótese em que somente o emissor da ordem deverá responder pelo delito.

b) Luiz é culpável, pois não há exclusão da culpabilidade por obediência hierárquica quando se trata de ordem manifestamente ilegal, nos termos do Código Penal.

c) Luiz não é culpável, pois a existência de relação hierárquica é suficiente para caracterizar obediência hierárquica, independentemente da legalidade ou ilegalidade da ordem recebida.

d) Luiz não é culpável, por erro de proibição inevitável, pois, diante das circunstâncias fáticas, não podia agir de outra maneira, em razão da ordem emanada do superior hierárquico.

e) Luiz não será imputável, pois a submissão a uma ordem hierárquica restringe sua capacidade de autodeterminação, configurando causa de exclusão da imputabilidade prevista na legislação penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata da obediência hierárquica como causa de exclusão da culpabilidade e dos seus limites diante de ordem manifestamente ilegal.

A alternativa A está incorreta, pois a ameaça de instauração de procedimento disciplinar não configura coação moral irresistível. A coação moral irresistível exige ameaça de mal grave capaz de tornar inexigível a resistência do agente, o que não ocorre com a simples possibilidade de instauração de procedimento disciplinar. Além disso, a ordem de inserir informação falsa em termo circunstanciado era manifestamente ilegal, o que impede a aplicação da obediência hierárquica.

A alternativa B está correta, pois a obediência hierárquica não exclui a culpabilidade quando a ordem recebida é manifestamente ilegal. Inserir informação falsa em documento oficial é conduta evidentemente ilícita, e Luiz tinha ciência da falsidade. Portanto, não há inexigibilidade de conduta diversa, devendo Luiz responder pelo crime juntamente com José Tenório, que determinou a prática delitiva. José Tenório ainda está sujeito à agravante do art. 62, II, do Código Penal, por determinar a prática do crime por subordinado.

A alternativa C está incorreta, pois a mera existência de relação hierárquica não basta para excluir a culpabilidade. É necessário que a ordem seja emanada de superior hierárquico, que o subordinado atue em estrita obediência e, principalmente, que a ordem não seja manifestamente ilegal.

A alternativa D está incorreta, pois o erro de proibição inevitável (art. 21 do CP) exige que o agente não tenha consciência da ilicitude do fato. Luiz sabia que a informação era falsa, então não há erro. A inexigibilidade de conduta diversa, que ele invoca, é o fundamento da obediência hierárquica, e essa não se aplica à ordem manifestamente ilegal.

A alternativa E está incorreta. Imputabilidade (arts. 26 a 28) nada tem a ver com ordem de superior. Obediência hierárquica é causa de inexigibilidade de conduta diversa, não de inimputabilidade.

QUESTÃO 58. A respeito do concurso de pessoas de acordo com as teorias adotadas pelo Código Penal, assinale a opção correta.

a) As elementares de natureza objetiva e subjetiva do crime comunicam-se a todos os agentes, pois a unidade do título de imputação impede tratamento jurídico distinto entre os concorrentes.

b) No concurso de pessoas, as elementares de caráter pessoal não se comunicam, salvo quando constituem circunstâncias do crime, exigindo-se, contudo, que a participação pressuponha contribuição causal e vínculo subjetivo com a prática criminosa.

c) As circunstâncias e condições de caráter pessoal não se comunicam aos demais concorrentes, ainda que constituam elementares do tipo penal, pois o caráter pessoal da circunstância prevalece sobre sua função na estrutura típica.

d) Pela teoria objetivo-material, a participação no delito pressupõe a execução direta do núcleo do tipo penal, não podendo ser considerado partícipe aquele que meramente induza, instigue ou auxilie materialmente o autor.

e) Pela teoria objetivo-formal, a autoria e a participação distinguem-se pelo grau de contribuição causal para o resultado, de modo que será autor aquele que prestar a contribuição mais relevante e partícipe aquele cuja contribuição seja secundária, independentemente de quem realize o núcleo do tipo penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata da comunicabilidade das elementares no concurso de pessoas e das teorias sobre autoria e participação.

A alternativa A está correta. O CP adota a teoria monista/unitária (art. 29): todos os concorrentes respondem pelo mesmo crime, na medida de sua culpabilidade. Pelo art. 30, a contrario sensu, as elementares (objetivas ou subjetivas) comunicam-se: o particular que ajuda o funcionário a desviar dinheiro responde por peculato. Ressalva: a elementar pessoal só se comunica se conhecida pelo concorrente, e o monismo é temperado pelos §§1º e 2º do art. 29 (participação de menor importância e cooperação dolosamente distinta). A alternativa simplifica, mas é a única compatível com o CP.

Observação: a alternativa A apresenta imprecisão ao afirmar que a unidade do título de imputação impede tratamento jurídico distinto entre os concorrentes, pois o art. 29 e seus parágrafos admitem respostas penais diferenciadas. Por isso, a questão é passível de recurso, embora a alternativa A seja a única compatível, em termos gerais, com a teoria monista e com a regra de comunicabilidade das elementares.

A alternativa B está incorreta, pois inverte a regra do art. 30 do CP. Não se comunicam as circunstâncias e condições de caráter pessoal, e a exceção é quando forem elementares do crime. Elementar não é o mesmo que circunstância, e a alternativa troca os conceitos.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 30 do CP ressalva expressamente as circunstâncias e condições pessoais que sejam elementares do crime, e nesse caso elas se comunicam.

A alternativa D está incorreta, pois confunde a teoria objetivo-material com a teoria objetivo-formal e nega a própria participação. Quem induz, instiga ou auxilia materialmente o autor contribui para o crime sem executar necessariamente o núcleo do tipo, sendo precisamente essa a posição do partícipe.

A alternativa E está incorreta, pois atribui à teoria objetivo-formal o critério da relevância da contribuição causal, próprio da teoria objetivo-material. Na teoria objetivo-formal, adotada como referência pelo Código

Penal, autor é quem realiza o verbo nuclear do tipo, enquanto partícipe é quem concorre para o crime sem executá-lo diretamente.

QUESTÃO 59. Ricardo e Tiago, maiores de idade e capazes, praticaram, em comunhão de desígnios, conjunção carnal consentida com Júlia, de 13 anos de idade. Durante a prática, Tiago gravou a cena em vídeo pelo celular. Passados alguns meses, já sob investigação, Tiago, com o propósito de humilhar Júlia, compartilhou o vídeo em um grupo de aplicativo de mensagens. Tempos depois, um pesquisador universitário, ao elaborar artigo científico sobre exploração sexual infantil na Internet, reproduziu na publicação acadêmica fotogramas extraídos do mesmo vídeo, tendo aplicado recurso de borradura apenas sobre o rosto de Tiago, um dos agressores, sob o argumento de que a identificação do autor do fato já seria suficiente para resguardar direitos de terceiros, tendo mantido nítidos, contudo, o rosto e outros elementos identificadores de Júlia. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) O pesquisador universitário está amparado pela excludente de ilicitude, pois a lei exclui o crime devido à adoção do recurso de borradura da cena, ainda que parcial.

b) A presunção de vulnerabilidade de menor de 14 anos de idade é relativa e pode ser afastada por prova de experiência sexual anterior ou do consentimento da vítima, conforme entendimento atualmente predominante acerca da legislação penal.

c) Não houve estupro coletivo, segundo a lei penal vigente, então Ricardo e Tiago devem responder por estupro de vulnerável. Tiago, por ter divulgado cena do estupro de vulnerável, deve responder, ainda, pelo respectivo crime previsto no Código Penal, com pena aumentada em razão do fim de humilhação.

d) Ricardo e Tiago devem responder por estupro coletivo de vulnerável, devendo Tiago responder, ainda, pelo crime previsto no Código Penal para a divulgação da cena de estupro de vulnerável, com pena aumentada devido ao fim de humilhação.

e) Ricardo e Tiago, por terem sido os autores da conjunção carnal, devem responder por estupro de vulnerável, e Tiago, apesar de ter gravado e publicado cena do crime, não deverá responder pelo crime de registro não autorizado da intimidade sexual, em razão da consunção do delito pelo estupro de vulnerável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão cobra o estupro de vulnerável praticado em concurso de agentes, a divulgação de cena de estupro de vulnerável e os limites da excludente de ilicitude para publicações científicas.

Júlia tinha 13 anos, de modo que sua vulnerabilidade é absoluta. O art. 217-A, § 5º, do Código Penal estabelece que a aplicação do tipo penal independe do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 218-C, § 2º, do Código Penal somente afasta o crime quando a publicação científica, cultural, jornalística ou acadêmica utiliza recurso que impossibilite a identificação da vítima. No caso, o pesquisador borrrou apenas o rosto de Tiago e manteve nítidos o rosto e outros elementos

identificadores de Júlia. A proteção legal não exige ocultar a identidade do agressor, mas impossibilitar a identificação da vítima.

A alternativa B está incorreta, pois a presunção de vulnerabilidade do menor de 14 anos é absoluta. O art. 217-A, § 4º-A, do CP a declara inadmissível de relativização, e o § 5º torna irrelevantes o consentimento e a experiência sexual anterior.

A alternativa C está incorreta, pois existe a figura do estupro coletivo. O art. 226, IV, "a", do Código Penal prevê aumento de pena de um terço a dois terços quando o crime é praticado mediante concurso de dois ou mais agentes. Como Ricardo e Tiago agiram em comunhão de desígnios, a majorante incide sobre o estupro de vulnerável.

A alternativa D está correta. Ricardo e Tiago praticaram conjunção carnal com Júlia, menor de 14 anos, em concurso de agentes, configurando estupro de vulnerável com a majorante do estupro coletivo. Tiago, ao compartilhar o vídeo em grupo de aplicativo de mensagens, praticou ainda a conduta de divulgação de cena de estupro de vulnerável, prevista no art. 218-C do Código Penal, com aumento de pena de um terço a dois terços por ter agido com finalidade de humilhação.

A alternativa E está incorreta, pois o registro e a divulgação do vídeo constituem condutas posteriores, autônomas e dotadas de lesividade própria, não sendo absorvidos pelo estupro de vulnerável. Além disso, considerando a natureza do conteúdo envolvendo adolescente, deve ser ressalvada a incidência do art. 241-A do ECA, que tipifica a divulgação de registro contendo violência sexual contra criança ou adolescente.

QUESTÃO 60. Em 12 de agosto de 2026, Enzo, integrante de milícia armada, adquiriu, no contexto da atuação do grupo, um lote de cabos de cobre utilizados na transmissão de energia elétrica, subtraídos da rede de uma concessionária de serviço público. Enzo sabia integralmente da origem ilícita do material e pretendia revendê-lo em seu ferro-velho, regularmente registrado como atividade comercial. Na mesma época, Bruno, sem qualquer vínculo com o grupo de Enzo, comprou de um desconhecido, em plena via pública e por preço inferior ao de mercado, um smartphone de última geração recém-lançado, sem questionar a procedência do aparelho. Caio, em situação fática independente das duas anteriores, adquiriu um cavalo de raça, sabendo que o animal havia sido subtraído de propriedade rural vizinha, com o propósito específico de revendê-lo posteriormente a terceiros. Acerca das situações hipotéticas narradas, assinale a opção correta.

a) Bruno não cometeu o crime de receptação, uma vez que o respectivo dispositivo do Código Penal exige prova inequívoca de que o receptador efetivamente saiba, e não apenas presuma, a origem criminosa do bem, sendo necessário dolo direto para a configuração de qualquer modalidade do tipo.

b) Enzo deve responder por apropriação indébita qualificada, com a pena aplicada em dobro, por se tratar de bens de concessionária de serviço público e, simultaneamente, de cabos utilizados na transmissão de energia elétrica, acrescido ainda o aumento de pena por ele ser integrante de milícia privada armada.

c) Enzo deve responder pelo crime de receptação simples, com a pena aplicada em dobro, por se tratar de bens de concessionária de serviço público e, simultaneamente, de cabos utilizados na transmissão de

energia elétrica, sem majorante da integração de milícia privada armada, por ausência de previsão legal ao tempo do fato.

d) Caio não deve responder por crime de receptação qualificada, pois um cavalo de raça não se enquadra no conceito de semovente domesticável de produção nem no de animal doméstico para os fins do tipo penal, sendo sua conduta subsumida à receptação simples.

e) Enzo deve responder por receptação qualificada, com a pena aplicada em dobro, sem prejuízo da majorante relativa ao fato de ser integrante de milícia privada e ter praticado o crime no contexto de atuação do grupo; Bruno deve responder por receptação culposa; Caio deve responder por receptação qualificada, por ter adquirido animal que sabia ser produto de crime, com a finalidade específica de comercializá-lo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata das espécies de receptação e de suas causas de aumento.

A alternativa A está incorreta, pois o dolo direto não é exigido em todas as modalidades de receptação. O caput do art. 180 do Código Penal exige que o agente saiba da origem criminosa do bem, enquanto o § 3º prevê a receptação culposa para quem adquire ou recebe coisa que, pelas circunstâncias, deve presumir-se obtida por meio criminoso. Bruno comprou um smartphone recém-lançado, em via pública, de pessoa desconhecida e por preço inferior ao de mercado, circunstâncias que indicam a falta do cuidado objetivo exigível e caracterizam a modalidade culposa.

A alternativa B está incorreta, pois a conduta de Enzo configura receptação, e não apropriação indébita. A apropriação indébita pressupõe que o agente tenha recebido legitimamente a posse do bem e depois dele se apropriado. Enzo, ao contrário, adquiriu coisa que já havia sido subtraída.

A alternativa C está incorreta, pois Enzo não responde por receptação simples, mas por receptação qualificada, já que adquiriu os cabos para revendê-los em atividade comercial e sabia da origem criminosa do material. A alternativa também erra ao afastar a causa de aumento relacionada à integração de milícia privada. O fato ocorreu em 12 de agosto de 2026, quando já estava em vigor a Lei nº 15.358/2026, que introduziu o aumento de pena para o crime praticado por integrante de milícia privada no contexto da atuação do grupo.

A alternativa D está incorreta, pois o cavalo de raça é semovente domesticável de produção, espécie expressamente abrangida pelo art. 180-A do Código Penal. O dispositivo alcança quem adquire, recebe, transporta, conduz, oculta, mantém em depósito ou vende o animal, com finalidade de produção ou comercialização, sabendo ou devendo saber que ele é produto de crime. Caio sabia da origem ilícita do animal e o adquiriu com a finalidade específica de revendê-lo.

A alternativa E está correta. Enzo responde por receptação qualificada, pois adquiriu os cabos, sabendo da origem criminosa, no exercício de atividade comercial. A pena é aplicada em dobro porque os bens pertenciam a concessionária de serviço público e também porque se tratava de cabos utilizados na transmissão de energia elétrica. Soma-se a majorante de dois terços pelo fato de Enzo ser integrante de milícia privada e ter praticado o crime no contexto da atuação do grupo. Bruno responde por receptação culposa, pois adquiriu objeto de alto valor, recém-lançado, de desconhecido, em via pública e por preço

inferior ao de mercado, sem realizar qualquer indagação sobre a procedência. Caio responde pelo crime do art. 180-A do Código Penal, ainda que a alternativa utilize a expressão "receptação qualificada" como denominação genérica. O tipo específico incide porque o objeto era semovente domesticável de produção, o agente sabia da origem criminosa e atuou com finalidade de comercialização.

QUESTÃO 61. Acerca do crime de feminicídio, assinale a opção correta.

a) A Lei n.º 14.994/2024 incluiu expressamente, entre as causas de aumento de pena do feminicídio, as circunstâncias relativas a motivo torpe, motivo fútil e conexão teleológica ou consequencial.

b) Segundo entendimento proferido pelo STJ no julgamento de incidente de deslocamento de competência, admite-se a caracterização do chamado feminicídio político quando a posição de destaque conquistada pela mulher no cenário político ou social é o motivo decisivo para a prática do delito contra sua vida.

c) O feminicídio praticado em descumprimento de medida protetiva de urgência deferida configura concurso material de crimes entre o feminicídio majorado, previsto no Código Penal, e o delito autônomo previsto na Lei Maria da Penha.

d) Comete feminicídio em concurso formal com vicaricídio o marido que mata a esposa com o fim específico de causar sofrimento em descendente, ascendente, dependente, enteado ou pessoa sob guarda ou responsabilidade direta da mulher, no contexto de violência doméstica e familiar.

e) Atualmente, o STJ entende o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio de natureza subjetiva, o que autoriza o reconhecimento do denominado feminicídio privilegiado quando o agente pratica o crime sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B,** pois acreditamos que a banca deverá indicá-la como gabarito; contudo, a questão é passível de recurso, porque a **letra C** também encontra fundamento jurídico, diante da divergência quanto à possibilidade de cumulação entre a majorante do feminicídio pelo descumprimento de medida protetiva e o crime autônomo do art. 24-A da Lei Maria da Penha. A questão trata do feminicídio como crime autônomo (art. 121-A do CP), com as alterações da Lei n.º 14.994/2024 e da Lei n.º 15.384/2026.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 121-A, § 2º, V, do CP manda aplicar ao feminicídio apenas as circunstâncias dos incisos III, IV e VIII do § 2º do art. 121. Essas circunstâncias são o meio cruel ou insidioso, o recurso que dificulta a defesa e a arma de fogo de uso restrito ou proibido. O motivo torpe, o motivo fútil e a conexão teleológica ou consequencial (incisos I, II e V) não foram incluídos como majorantes.

A alternativa B está correta, pois no julgamento do IDC 24/DF (caso Marielle Franco), a Terceira Seção do STJ discutiu a morte da vereadora como verdadeiro feminicídio político. Nesse tipo de feminicídio, a posição de destaque que a mulher conquistou no cenário político ou social é o que move o agente a matá-la. É um caso de menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121-A, § 1º, II, do CP).

A alternativa C está incorreta, mas é passível de recurso, pois há divergência jurídica sobre a possibilidade de cumulação. O descumprimento de medida protetiva de urgência dos incisos I, II e III do art. 22 da Lei Maria da Penha já é causa de aumento do feminicídio (art. 121-A, § 2º, IV, do CP). Assim, há orientação doutrinária no sentido de que punir também pelo crime do art. 24-A da Lei n.º 11.340/2006, quando se trata do mesmo descumprimento, configura bis in idem. Contudo, também existe entendimento institucional favorável à responsabilização autônoma, considerando a diversidade dos bens jurídicos tutelados e o disposto no art. 24-A, § 3º, da Lei Maria da Penha. Como o enunciado não delimita a corrente jurídica nem esclarece se houve uma ou mais condutas de descumprimento, a alternativa não é inequivocamente incorreta, o que fundamenta o pedido de anulação da questão.

A alternativa D está incorreta, pois a alternativa inverte o tipo do art. 121-B do CP. No vicaricídio, o agente mata descendente, ascendente, dependente, enteado ou pessoa sob guarda ou responsabilidade da mulher para causar sofrimento, punição ou controle a ela. Quem mata a própria esposa para atingir terceiros comete feminicídio, e não vicaricídio.

A alternativa E está incorreta, pois o STJ firmou que o feminicídio tem natureza objetiva (AgRg no REsp 1.454.781/SP). Além disso, desde a Lei n.º 14.994/2024 o feminicídio é tipo penal autônomo, e não mais qualificadora do homicídio. No homicídio qualificado, o privilégio subjetivo é compatível apenas com qualificadoras de natureza objetiva, e não com qualificadoras subjetivas. Por isso não incide o privilégio do art. 121, § 1º, do CP.

QUESTÃO 62. Assinale a opção correta acerca do delito de furto.

a) Para a configuração da qualificadora da destreza, é suficiente que o agente possua especial habilidade manual reconhecida, sendo prescindível que essa habilidade seja efetivamente empregada no caso concreto para subtrair bens que a vítima trazia consigo sem perceber a ação criminosa.

b) A destruição ou o rompimento de obstáculo de coisa, quando praticado após a consumação do furto e sem qualquer relação com o meio de execução empregado para a subtração, configura a qualificadora prevista no Código Penal, absorvendo o crime de dano.

c) De acordo com o STJ, é admissível, no furto qualificado, a aplicação da majorante do roubo pelo concurso de duas ou mais pessoas, para o aumento de pena prevista para o crime de furto, em razão do princípio da proporcionalidade.

d) Conforme entendimento do STJ, o reconhecimento do privilégio previsto no § 2.º do art. 155 do Código Penal é incompatível com o furto qualificado, ainda que presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a natureza objetiva da qualificadora.

e) Conforme tese fixada pelo STJ no julgamento de tema de recursos repetitivos, a causa de aumento de pena relativa ao repouso noturno, prevista no Código Penal, não incide sobre as figuras qualificadas do furto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata das qualificadoras do furto, do privilégio do § 2º e da causa de aumento do repouso noturno no art. 155 do CP.

A alternativa A está incorreta, pois a qualificadora da destreza, prevista no art. 155, § 4º, II, do CP, exige que a habilidade física ou manual acima do comum seja efetivamente usada na subtração. É o caso do punguista que tira a carteira sem que a vítima perceba. A simples fama de habilidoso não qualifica o crime se essa habilidade não foi empregada no caso concreto.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 155, § 4º, I, do CP exige destruição ou rompimento de obstáculo "à subtração da coisa", ou seja, a violência contra o obstáculo precisa servir como meio para a subtração. Se o dano ocorre depois da consumação e sem ligação com a execução, a qualificadora não se aplica. Nesse caso, o dano configura crime autônomo, em concurso com o furto, e não é absorvido por este.

A alternativa C está incorreta, pois a Súmula 442 do STJ proíbe aplicar ao furto qualificado pelo concurso de agentes (art. 155, § 4º, IV) a majorante do roubo (art. 157, § 2º, II). O STJ rejeitou o argumento de proporcionalidade porque essa combinação de tipos penais viola o princípio da legalidade.

A alternativa D está incorreta, pois a Súmula 511 do STJ admite o privilégio do art. 155, § 2º, do CP no furto qualificado quando o agente é primário, a coisa é de pequeno valor e a qualificadora é de ordem objetiva. A alternativa afirma exatamente o contrário.

A alternativa E está correta, pois no Tema 1.087 dos recursos repetitivos, julgado no REsp 1.888.756 pela Terceira Seção do STJ, foi fixada a tese de que a causa de aumento de pena pelo furto no período noturno (art. 155, § 1º, do CP) não incide na forma qualificada do crime (art. 155, § 4º, do CP). O fundamento é a posição do dispositivo no artigo, já que o § 1º se refere à pena de furto simples, prevista no caput do art. 155 do CP, e não à do furto qualificado, descrita três parágrafos depois. Além do critério topográfico, considerou-se que a pena do furto qualificado já contempla maior reprovabilidade da conduta. O STJ reviu a orientação anterior, que admitia a cumulação. A Lei n.º 15.397/2026 alterou a fração do § 1º para metade, mas manteve o dispositivo na mesma posição. Por isso, a tese continua aplicável.

QUESTÃO 63. A respeito do instituto da prescrição penal, assinale a opção correta.

a) De acordo com a Constituição Federal de 1988, são imprescritíveis os crimes de racismo e os de ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático, prevalecendo na doutrina o entendimento de que a legislação ordinária está autorizada a criar novas hipóteses de imprescritibilidade penal, por se tratar de rol meramente exemplificativo.

b) Na hipótese de concurso formal próprio (ou perfeito) e no crime continuado, o cálculo da prescrição da pretensão punitiva deve considerar a pena final resultante da exasperação decorrente do concurso formal ou continuidade delitiva, e não a pena correspondente aos crimes isoladamente.

c) Segundo o STF, o termo inicial da prescrição da pretensão executória é a data do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação, não havendo mitigação desse critério em nome do princípio da legalidade.

d) Nos termos do Código Penal, a regra da interrupção da prescrição da pretensão punitiva decorrente do recebimento da denúncia produz efeitos relativamente a todos os autores do crime, e, em se tratando de crimes conexos objeto do mesmo processo, a interrupção relativa a um deles estende-se aos demais.

e) Nos crimes contra a dignidade sexual ou que envolvam violência contra criança e adolescente, o termo inicial da prescrição da pretensão punitiva é a data em que a vítima completar 18 anos de idade, regra aplicável aos demais vulneráveis mencionados no parágrafo único do art. 217-A do Código Penal, tais como pessoas com enfermidade ou deficiência mental sem discernimento para o ato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata das hipóteses de imprescritibilidade, do cálculo da prescrição no concurso de crimes, do termo inicial da prescrição e das causas que a interrompem.

A alternativa A está incorreta, pois a primeira parte reproduz corretamente o art. 5º, XLII e XLIV, da CF/88. O erro está na segunda parte. As hipóteses constitucionais de imprescritibilidade são taxativas, porque a regra é que toda infração penal prescreve, sendo a prescritibilidade uma garantia individual. Por isso, a lei ordinária não poderia criar novas hipóteses de imprescritibilidade penal.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 119 do CP manda calcular a extinção da punibilidade sobre a pena de cada crime, isoladamente. Para o crime continuado, a Súmula 497 do STF afasta o acréscimo da continuidade. Então o prazo prescricional se calcula sem a exasperação do concurso formal ou da continuidade delitiva.

A alternativa C está incorreta, pois no ARE 848.107 (Tema 788 da repercussão geral) o STF deu interpretação conforme à Constituição ao art. 112, I, do CP. A Corte se apoiou na presunção de inocência do art. 5º, LVII, da CF/88 e fixou que a prescrição da pretensão executória só começa a correr com o trânsito em julgado para acusação e defesa. Assim, o STF fez exatamente a mitigação negada pela alternativa, pois, antes do trânsito em julgado para ambas as partes, não existe pretensão executória a ser exercida.

A alternativa D está correta, pois reproduz o art. 117, § 1º, do CP. Fora as hipóteses dos incisos V e VI, a interrupção da prescrição alcança todos os autores do crime, e isso inclui o recebimento da denúncia (inciso I). Nos crimes conexos julgados no mesmo processo, a interrupção relativa a um deles se estende aos demais.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 111, V, do CP, com a redação da Lei n.º 14.344/2022, fixa o termo inicial da prescrição na data em que a vítima completar 18 anos, salvo se já tiver sido proposta a ação penal, e só se aplica a vítimas crianças e adolescentes. A regra não pode ser estendida aos demais vulneráveis do art. 217-A, § 1º, do CP, como a pessoa com enfermidade ou deficiência mental sem discernimento para o ato, porque isso seria analogia contra o réu. A alternativa ainda erra ao falar em "parágrafo único", pois o art. 217-A possui parágrafos numerados e não contém parágrafo único.

QUESTÃO 64. Em relação aos crimes contra a liberdade pessoal previstos no Código Penal, assinale a opção correta.

a) Nos termos do Código Penal, as penas cominadas ao crime de perseguição são aplicadas cumulativamente com as correspondentes à violência e à grave ameaça empregada pelo agente, ainda que esses delitos sejam meios necessários àquele.

b) No crime de perseguição (stalking), por se tratar de crime habitual, a doutrina reconhece, em caráter excepcional, a possibilidade de tentativa, a exemplo da hipótese em que o agente encaminha reiteradamente mensagens eletrônicas invasivas à privacidade da vítima, mas estas permanecem no lixo eletrônico sem que o ofendido delas tome conhecimento.

c) O crime de violência psicológica contra a mulher constitui-se em crime habitual, exigindo a reiteração de condutas para sua consumação, razão pela qual um único ato, ainda que gravoso, é insuficiente para a configuração do delito.

d) O crime de ameaça é de ação penal pública incondicionada em todas as suas modalidades, inclusive na figura simples do caput do artigo do Código Penal que o tipifica, por ser delito que atinge a paz de espírito e o sentimento de segurança da vítima, direitos de natureza indisponível.

e) No crime de constrangimento ilegal, a causa de aumento de pena exige a presença mínima de três agentes nos atos executórios, sendo essa majorante inaplicável quando, entre os envolvidos, houver inimputáveis ou pessoas não identificadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata dos crimes contra a liberdade pessoal (arts. 146 a 147-B do CP): constrangimento ilegal, ameaça, perseguição e violência psicológica contra a mulher.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 147-A, § 3º, do CP manda somar à pena da perseguição apenas as penas correspondentes à violência. A grave ameaça constitui elementar do crime de perseguição, pois o tipo penal prevê a conduta de ameaçar a integridade física ou psicológica da vítima, razão pela qual fica absorvida pelo stalking. Sua punição autônoma, em concurso, configuraria bis in idem. Quando as ameaças servem de meio para a perseguição, o crime do art. 147 fica absorvido pelo crime do art. 147-A.

A alternativa B está correta, pois a perseguição exige conduta reiterada e, por isso, é classificada como crime habitual. A posição majoritária não admite tentativa. Mesmo assim, há doutrina que a aceita de forma excepcional, especialmente na forma plurissubsistente praticada por meio de mensagens escritas ou eletrônicas. O exemplo usado é o das mensagens invasivas enviadas várias vezes que ficam no lixo eletrônico sem que a vítima tome conhecimento delas.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 147-B do CP não exige reiteração. Basta causar dano emocional à mulher. Trata-se de crime de ação múltipla, que pode se consumar com um único ato idôneo a causar o dano emocional, embora a reiteração seja comum na prática. Por isso, o crime não é habitual.

A alternativa D está incorreta, pois a ameaça simples do caput do art. 147 do CP depende de representação da vítima. Depois da Lei 14.994/2024, o § 2º do art. 147 só afasta essa exigência na hipótese do § 1º, que é a ameaça contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 146, § 1º, do CP exige que se reúnam "mais de três pessoas", ou seja, no mínimo quatro. A lei não exclui inimputáveis nem pessoas não identificadas dessa contagem. Também não exige que todas pratiquem atos executórios.

QUESTÃO 65. Durante a tramitação de uma ação penal, entrou em vigor uma lei que alterou exclusivamente regras procedimentais, sem estabelecer disposições transitórias. Antes da vigência da nova legislação, determinados atos processuais haviam sido regularmente praticados, enquanto outros ainda estavam pendentes de realização.

Considerando essa situação hipotética e as disposições do Código de Processo Penal acerca da aplicação da lei processual penal no tempo, assinale a opção correta.

a) A nova lei terá aplicação retroativa, sendo necessária a repetição dos atos processuais anteriormente praticados, ainda que tenham observado a legislação então vigente.

b) A nova lei somente será aplicada ao processo em andamento caso suas disposições sejam mais favoráveis ao acusado.

c) A nova lei será aplicada imediatamente aos atos processuais ainda pendentes de realização, preservada a validade daqueles regularmente praticados sob a vigência da legislação anterior.

d) A aplicação da nova lei ao processo em andamento dependerá da concordância das partes, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

e) A nova lei será aplicada apenas aos processos penais iniciados após sua entrada em vigor, preservando-se integralmente o procedimento anterior nas ações penais em andamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre a aplicação da lei processual penal no tempo, regida pelo princípio do efeito imediato (tempus regit actum), previsto no art. 2º do CPP.

A alternativa **A** está incorreta, pois a lei processual penal não retroage para invalidar atos regularmente praticados. O art. 2º do CPP preserva expressamente a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, de modo que não há repetição.

"CPP, art. 2º. A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior."

A alternativa **B** está incorreta, porque o critério da retroatividade benéfica é próprio das normas penais materiais (art. 5º, XL, da CF/88). A norma puramente procedimental incide de imediato, seja ou não mais favorável ao acusado (art. 2º do CPP).

"CF/88, art. 5º, XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;"

A alternativa **C** está correta, uma vez que reproduz o sistema do isolamento dos atos processuais adotado pelo art. 2º do CPP: a nova lei rege os atos ainda pendentes, e os atos já praticados conservam sua validade.

"CPP, art. 2º. A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior."

A alternativa **D** está incorreta, pois a incidência da lei processual decorre de comando legal, e não da vontade das partes. O art. 2º do CPP determina a aplicação "desde logo", sem condicioná-la à concordância dos sujeitos processuais.

A alternativa **E** está incorreta, porquanto a nova lei alcança os processos em curso, e não apenas os iniciados após sua vigência. Preserva-se somente a validade dos atos já praticados, e não todo o procedimento anterior.

QUESTÃO 66. No que se refere ao indiciamento e à condução do inquérito policial, assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 12.830/2013.

a) A redistribuição do inquérito policial por superior hierárquico, fundada em motivo de interesse público, dispensa a fundamentação do respectivo ato quando a investigação ainda não tiver resultado em indiciamento.

b) O indiciamento deve decorrer de ato fundamentado do delegado de polícia, mediante análise técnico-jurídica do fato, sendo admitida a avocação do inquérito policial por superior hierárquico mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público.

c) O indiciamento poderá ser realizado pelo delegado de polícia sem fundamentação específica desde que o inquérito policial contenha laudo pericial conclusivo acerca da materialidade da infração penal.

d) A atribuição privativa do delegado de polícia para realizar o indiciamento afasta a possibilidade de avocação do inquérito policial por superior hierárquico, ainda que exista motivo de interesse público devidamente fundamentado.

e) A redistribuição do inquérito policial por superior hierárquico implica a transferência da competência para o indiciamento ao Ministério Público, quando este já houver requisitado diligências complementares à autoridade policial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre o indiciamento e as hipóteses de avocação e redistribuição do inquérito policial na Lei nº 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.

A alternativa **A** está incorreta, pois a avocação e a redistribuição sempre exigem despacho fundamentado, independentemente de ter havido ou não indiciamento.

"Lei nº 12.830/2013, art. 2º, § 4º. O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação."

A alternativa **B** está correta, porque reúne corretamente as regras dos §§ 4º e 6º do art. 2º da Lei nº 12.830/2013: indiciamento privativo e fundamentado do delegado e avocação por despacho fundamentado, por motivo de interesse público.

"Lei nº 12.830/2013, art. 2º, § 4º. O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação."

"Lei nº 12.830/2013, art. 2º, § 6º. O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias."

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que a lei não admite indiciamento sem fundamentação. O ato deve indicar autoria, materialidade e circunstâncias, e a existência de laudo pericial não supre esse dever.

"Lei nº 12.830/2013, art. 2º, § 6º. O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias."

A alternativa **D** está incorreta, porquanto a atribuição privativa para indiciar não impede a avocação, que é expressamente admitida pelo § 4º, mediante despacho fundamentado e por motivo de interesse público.

"Lei nº 12.830/2013, art. 2º, § 4º. O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação."

A alternativa **E** está incorreta, pois o indiciamento é ato privativo do delegado de polícia, nos termos do art. 2º, § 6º, da lei nº 12.830/2013. A requisição de diligências pelo Ministério Público não transfere a ele essa atribuição.

QUESTÃO 67. Concluído o inquérito policial que apurou crime de ação penal pública incondicionada, os autos foram encaminhados ao Ministério Público, estando o investigado em liberdade. Embora presentes os elementos informativos necessários à formação da *opinio delicti*, o órgão ministerial deixou de oferecer denúncia, requerer diligências complementares ou promover o arquivamento da investigação no prazo legal.

Considerando essa situação hipotética e as disposições do Código de Processo Penal, assinale a opção correta.

a) O ofendido somente poderá propor ação penal privada subsidiária da pública após o esgotamento das medidas administrativas de controle da atuação ministerial.

b) O ofendido poderá propor ação penal privada subsidiária da pública, hipótese em que o Ministério Público perderá a titularidade da ação penal, ficando impedido de intervir no processo.

c) O transcurso do prazo legal sem oferecimento de denúncia implica a transferência definitiva da titularidade da ação penal ao ofendido, ainda que o Ministério Público posteriormente manifeste interesse em promover a persecução penal.

d) O oferecimento da queixa subsidiária dependerá de autorização judicial prévia, mediante reconhecimento da inércia ministerial.

e) O ofendido poderá propor ação penal privada subsidiária da pública, hipótese em que o Ministério Público conservará a possibilidade de aditar a queixa, oferecer denúncia substitutiva e retomar a ação como parte principal, em caso de negligência do querelante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre a ação penal privada subsidiária da pública, cabível diante da inércia do Ministério Público no prazo legal.

A alternativa **A** está incorreta, pois a lei não exige o esgotamento de medidas administrativas de controle. Basta o decurso do prazo legal sem atuação ministerial.

"CPP, art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal."

"CF/88, art. 5º, LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;"

"CPP, art. 46. O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado. No último caso, se houver devolução do inquérito à autoridade policial (art. 16), contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público receber novamente os autos."

A alternativa **B** está incorreta, porque o Ministério Público não perde a titularidade da ação nem fica impedido de intervir. O art. 29 do CPP lhe assegura intervir em todos os termos do processo.

"CPP, art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal."

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que não há transferência definitiva da titularidade. A legitimação do ofendido é subsidiária e concorrente, e o Ministério Público pode oferecer denúncia enquanto não proposta a queixa, além de retomar a ação em caso de negligência do querelante.

"CPP, art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal."

A alternativa **D** está incorreta, porquanto o oferecimento da queixa subsidiária não depende de autorização judicial prévia. O direito decorre diretamente da Constituição e do CPP diante da inércia ministerial.

"CF, art. 5º, LIX. será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;"

A alternativa **E** está correta, pois reproduz as prerrogativas que o art. 29 do CPP mantém com o Ministério Público na ação penal privada subsidiária.

"CPP, art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal."

QUESTÃO 68. Acerca da conexão e da continência no processo penal, julgue os itens a seguir.

I A conexão pode decorrer da prática de uma infração penal destinada a facilitar ou ocultar outra, ainda que os delitos tenham sido praticados em momentos distintos.

II No concurso de jurisdições da mesma categoria, sendo de igual gravidade as penas cominadas às infrações conexas, prevalecerá a competência do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações.

III A conexão entre infrações submetidas à jurisdição comum e à jurisdição militar determina a unidade de processo e julgamento, ressalvada a possibilidade de separação facultativa prevista no Código de Processo Penal.

IV A separação dos processos conexos poderá ser determinada pelo juiz quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, desde que reputada conveniente a medida.

V No concurso de jurisdições da mesma categoria, a prevenção prevalecerá sobre o critério da gravidade da pena cominada às infrações, desde que um dos juízos tenha praticado anteriormente ato relacionado à investigação.

Estão certos apenas os itens

a) I, II e IV.

b) I, II e V.

c) I, III e IV.

d) II, III e V.

e) III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre a conexão, os critérios de determinação do foro prevalente e as hipóteses de separação obrigatória e facultativa de processos no CPP.

O item **I** está correto, pois descreve a conexão objetiva teleológica ou consequencial do art. 76, II, do CPP, que não exige simultaneidade entre as infrações.

"CPP, art. 76. A competência será determinada pela conexão: (...) II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;"

O item **II** está correto, porque reproduz o critério do art. 78, II, "b", do CPP.

"CPP, art. 78. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras: (...) II - no concurso de jurisdições da mesma categoria: a) preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave; b) prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade; c) firmar-se-á a competência pela prevenção, nos outros casos;"

O item **III** está incorreto, uma vez que o concurso entre jurisdição comum e militar é hipótese de separação obrigatória, e não de unidade de processo e julgamento.

"CPP, art. 79. A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo: I - no concurso entre a jurisdição comum e a militar; II - no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores."

O item **IV** está correto, porquanto corresponde à separação facultativa prevista no art. 80 do CPP.

"CPP, art. 80. Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação."

O item **V** está incorreto, pois a prevenção é critério residual. No concurso de jurisdições da mesma categoria, prepondera primeiro a gravidade da pena, depois o número de infrações, e só nos demais casos a prevenção.

"CPP, art. 78. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras: (...) II - no concurso de jurisdições da mesma categoria: a) preponderará a do lugar da infração, à qual

for cominada a pena mais grave; b) prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade; c) firmar-se-á a competência pela prevenção, nos outros casos;"

Estando corretos os itens I, II e IV, a resposta é a letra A.

QUESTÃO 69. Durante a investigação de um crime de roubo, a vítima, que não conhecia anteriormente o autor, reconheceu o suspeito após a exibição isolada de sua fotografia, sem a observância das formalidades previstas no Código de Processo Penal. Posteriormente, foi realizado reconhecimento presencial, observadas as formalidades legais, ocasião em que a vítima confirmou a identificação. No curso da investigação, também foram obtidos outros elementos probatórios independentes, sem relação causal com o reconhecimento feito por meio da exibição isolada da fotografia do suspeito.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A natureza inquisitiva da investigação permite aproveitar o reconhecimento fotográfico inicial, apesar da inobservância das formalidades legais, porquanto sua confirmação ocorreu por reconhecimento presencial regular.

b) O reconhecimento presencial realizado posteriormente convalidou o reconhecimento fotográfico inicial, uma vez que foram observadas as formalidades legais no segundo procedimento.

c) A irregularidade do reconhecimento fotográfico inicial comprometeu a validade de todos os elementos probatórios obtidos na investigação, inclusive daqueles produzidos de forma independente.

d) A confirmação da identificação no reconhecimento presencial afastou os efeitos da irregularidade inicial, desde que o segundo procedimento tenha sido documentado e submetido posteriormente ao contraditório judicial.

e) O reconhecimento presencial posterior não convalidou o reconhecimento fotográfico irregular, mas a autoria delitiva poderá ser demonstrada por outros elementos probatórios independentes, sem relação causal com o ato viciado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre a validade do reconhecimento de pessoas realizado sem as formalidades do art. 226 do CPP, à luz das teses fixadas pelo STJ no Tema Repetitivo 1.258.

A alternativa **A** está incorreta, pois as regras do art. 226 do CPP são de observância obrigatória também na fase inquisitorial, e o reconhecimento viciado não é aproveitado por posterior confirmação.

"STJ. (...) 3. TESE: 3.1 - As regras postas no art. 226 do CPP são de observância obrigatória tanto em sede inquisitorial quanto em juízo, sob pena de invalidade da prova destinada a demonstrar a autoria delitiva, em alinhamento com as normas do Conselho Nacional de Justiça sobre o tema. O reconhecimento fotográfico e/ou pessoal inválido não poderá servir de lastro nem a condenação nem a decisões que exijam menor rigor

quanto ao standard probatório, tais como a decretação de prisão preventiva, o recebimento de denúncia ou a pronúncia. (...) (REsp n. 1.953.602/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 11/6/2025, DJEN de 30/6/2025.)"

"CPP, art. 226. Quando houver necessidade de fazer-se o reconhecimento de pessoa, proceder-se-á pela seguinte forma: I - a pessoa que tiver de fazer o reconhecimento será convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida; II - a pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la; III - se houver razão para recear que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não veja aquela; IV - do ato de reconhecimento lavrar-se-á auto pormenorizado, subscrito pela autoridade, pela pessoa chamada para proceder ao reconhecimento e por duas testemunhas presenciais."

A alternativa **B** está incorreta, porque o reconhecimento é prova irrepetível: o ato viciado contamina a memória da vítima e esvazia a certeza do reconhecimento posterior, ainda que regular. A ratificação posterior não convalida os vícios pretéritos.

"STJ. (...) 3.3 - O reconhecimento de pessoas é prova irrepetível, na medida em que um reconhecimento inicialmente falho ou viciado tem o potencial de contaminar a memória do reconhecedor, esvaziando de certeza o procedimento realizado posteriormente com o intuito de demonstrar a autoria delitiva, ainda que o novo procedimento atenda os ditames do art. 226 do CPP. (...) (REsp n. 1.953.602/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 11/6/2025, DJEN de 30/6/2025.)"

"STJ. (...) 8. Na mesma assentada, o voto condutor do HC n. 712.781/RJ defendeu que o reconhecimento de pessoas é prova "cognitivamente irrepetível", diante do potencial que o ato inicial falho tem de contaminar todos os subsequentes, mesmo que os posteriores observem as balizas do art. 226 do CPP. (...) De consequência, é de se reconhecer que eventual "ratificação" posterior de reconhecimento (fotográfico ou pessoal) falho não convalida os vícios pretéritos. (...) (REsp n. 1.953.602/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 11/6/2025, DJEN de 30/6/2025.)"

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que a invalidade não alcança as provas independentes, sem relação de causa e efeito com o ato viciado.

"STJ. (...) 3.4 - Poderá o magistrado se convencer da autoria delitiva a partir do exame de provas ou evidências independentes que não guardem relação de causa e efeito com o ato viciado de reconhecimento. (...) (REsp n. 1.953.602/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 11/6/2025, DJEN de 30/6/2025.)"

"CPP, art. 157, § 1º. São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras."

A alternativa **D** está incorreta, porquanto a documentação do segundo procedimento e sua submissão ao contraditório não afastam a contaminação da memória decorrente do primeiro reconhecimento.

"STJ. (...) 3.3 - O reconhecimento de pessoas é prova irrepetível, na medida em que um reconhecimento inicialmente falho ou viciado tem o potencial de contaminar a memória do reconhecedor, esvaziando de certeza o procedimento realizado posteriormente com o intuito de demonstrar a autoria delitiva, ainda que o novo procedimento atenda os ditames do art. 226 do CPP. (...) (REsp n. 1.953.602/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 11/6/2025, DJEN de 30/6/2025.)"

A alternativa **E** está correta, pois conjuga as teses 3.3 e 3.4 fixadas pelo STJ no Tema Repetitivo 1.258: o reconhecimento presencial posterior, ainda que observe o art. 226 do CPP, não convalida o reconhecimento fotográfico viciado, mas a autoria delitiva pode ser demonstrada por provas independentes, que não guardem relação de causa e efeito com o ato viciado.

"STJ. (...) 3.3 - O reconhecimento de pessoas é prova irrepetível, na medida em que um reconhecimento inicialmente falho ou viciado tem o potencial de contaminar a memória do reconhecedor, esvaziando de certeza o procedimento realizado posteriormente com o intuito de demonstrar a autoria delitiva, ainda que o novo procedimento atenda os ditames do art. 226 do CPP. (...) (REsp n. 1.953.602/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 11/6/2025, DJEN de 30/6/2025.)"

"STJ. (...) 3.4 - Poderá o magistrado se convencer da autoria delitiva a partir do exame de provas ou evidências independentes que não guardem relação de causa e efeito com o ato viciado de reconhecimento. (...) (REsp n. 1.953.602/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 11/6/2025, DJEN de 30/6/2025.)"

QUESTÃO 70. No que se refere à transação penal no âmbito dos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

a) A aplicação de pena restritiva de direitos ou multa em decorrência da transação penal não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir a concessão do mesmo benefício no prazo de cinco anos.

b) A existência de condenação criminal definitiva à pena de multa impede o oferecimento de proposta de transação penal, independentemente da natureza da infração anteriormente praticada.

c) A concessão de transação penal impede a obtenção do mesmo benefício pelo prazo de cinco anos, contado da data do fato que deu origem à primeira proposta.

d) A decisão judicial que acolhe a proposta de transação penal aceita pelo autor do fato é irrecorrível, por decorrer de manifestação consensual das partes.

e) A proposta de transação penal poderá ser submetida à apreciação judicial mediante aceitação exclusiva do autor do fato, ainda que seu defensor manifeste discordância.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre os requisitos e os efeitos da transação penal, disciplinada no art. 76 da Lei nº 9.099/1995.

A alternativa **A** está correta, pois reproduz o § 4º do art. 76 da Lei nº 9.099/1995.

"Lei nº 9.099/1995, art. 76, § 4º. Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos."

A alternativa **B** está incorreta, porque o impedimento do § 2º, I, refere-se à condenação definitiva, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade. A condenação anterior apenas à pena de multa não impede a proposta.

"Lei nº 9.099/1995, art. 76, § 2º. Não se admitirá a proposta se ficar comprovado: I - ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva; II - ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo; III - não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida."

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que a lei toma como referência o benefício anteriormente obtido, isto é, a aplicação da pena restritiva ou multa em transação anterior, e não a data do fato que originou a primeira proposta.

"Lei nº 9.099/1995, art. 76, § 2º. Não se admitirá a proposta se ficar comprovado: I - ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva; II - ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo; III - não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida."

A alternativa **D** está incorreta, porquanto da sentença que aplica a pena transacionada cabe apelação, nos termos do § 5º do art. 76.

"Lei nº 9.099/1995, art. 76, § 5º. Da sentença prevista no parágrafo anterior caberá a apelação referida no art. 82 desta Lei."

A alternativa **E** está incorreta, pois a lei exige a aceitação da proposta pelo autor da infração e por seu defensor.

"Lei nº 9.099/1995, art. 76, § 3º. Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz."

QUESTÃO 71. Uma vítima de roubo acionou policiais militares logo após o crime e lhes informou as características do autor e a direção de sua fuga. Imediatamente, a equipe iniciou diligências para localizá-lo. Ao avistá-lo, passou a persegui-lo. Durante a perseguição, os policiais perderam o suspeito de vista, mas prosseguiram as buscas sem interrupção, orientados por informações fidedignas sobre seu trajeto. O suspeito foi localizado e preso aproximadamente duas horas após o crime, sem que fossem encontrados com ele os bens subtraídos ou instrumentos utilizados na infração.

Considerando essa situação hipotética e as disposições do Código de Processo Penal, assinale a opção correta.

a) A prisão não configura flagrante impróprio, pois a perda do contato visual com o suspeito interrompe juridicamente a perseguição, ainda que os policiais tenham continuado as diligências.

b) A prisão configura flagrante impróprio, pois a perseguição foi iniciada logo após a infração e prosseguiu sem interrupção, não sendo descaracterizada pela perda momentânea do contato visual com o suspeito.

c) A prisão configura flagrante presumido, uma vez que o suspeito foi localizado logo depois do crime, sendo dispensável a apreensão de objetos relacionados à infração quando houver informações fidedignas sobre sua autoria.

d) A prisão configura flagrante próprio, pois a perseguição policial teve início imediatamente após a prática do crime, embora a captura tenha ocorrido posteriormente.

e) A caracterização do flagrante impróprio exige que a perseguição seja iniciada por pessoa que tenha presenciado a infração penal, não sendo suficiente seu início com base nas informações prestadas pela vítima após a consumação do crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre as espécies de flagrante delito previstas no art. 302 do CPP, em especial o flagrante impróprio, e sobre o conceito legal de perseguição do art. 290, § 1º, do CPP.

A alternativa **A** está incorreta, pois a perda do contato visual não interrompe a perseguição quando os executores prosseguem sem interrupção, conforme o art. 290, § 1º, "a", do CPP.

"CPP, art. 290, § 1º. Entender-se-á que o executor vai em perseguição do réu, quando: a) tendo-o avistado, for perseguindo-o sem interrupção, embora depois o tenha perdido de vista; b) sabendo, por indícios ou informações fidedignas, que o réu tenha passado, há pouco tempo, em tal ou qual direção, pelo lugar em que o procure, for no seu encalço."

A alternativa **B** está correta, porque a perseguição iniciada logo após o crime e mantida sem interrupção, ainda que com perda momentânea de visão do suspeito, caracteriza o flagrante impróprio do art. 302, III, do CPP.

"CPP, art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: (...) III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;"

"CPP, art. 290, § 1º. Entender-se-á que o executor vai em perseguição do réu, quando: a) tendo-o avistado, for perseguindo-o sem interrupção, embora depois o tenha perdido de vista; b) sabendo, por indícios ou informações fidedignas, que o réu tenha passado, há pouco tempo, em tal ou qual direção, pelo lugar em que o procure, for no seu encalço."

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que o flagrante presumido exige que o agente seja encontrado com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir a autoria, o que não ocorreu.

"CPP, art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: (...) IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração."

A alternativa **D** está incorreta, porquanto o flagrante próprio pressupõe que o agente esteja cometendo a infração ou acabe de cometê-la, o que não corresponde ao caso.

"CPP, art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: I - está cometendo a infração penal; II - acaba de cometê-la;"

A alternativa **E** está incorreta, pois a perseguição pode ser realizada pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, e a lei admite expressamente que ela se oriente por indícios ou informações fidedignas.

"CPP, art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: (...) III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;"

"CPP, art. 290, § 1º. Entender-se-á que o executor vai em perseguição do réu, quando: a) tendo-o avistado, for perseguindo-o sem interrupção, embora depois o tenha perdido de vista; b) sabendo, por indícios ou informações fidedignas, que o réu tenha passado, há pouco tempo, em tal ou qual direção, pelo lugar em que o procure, for no seu encalço."

QUESTÃO 72. Acerca da coisa julgada, do *habeas corpus* e do processo criminal de crimes comuns, assinale a opção correta.

a) Os advogados de núcleos das faculdades de direito não têm a mesma prerrogativa de intimação pessoal dos atos processuais conferida à Defensoria Pública.

b) Em processos por crimes sexuais, as provas obtidas com violação aos direitos fundamentais das vítimas são legítimas desde que necessárias à defesa do acusado.

c) O reconhecimento fotográfico realizado na fase do inquérito policial, para fixar a autoria delitiva, deve observar as formalidades do Código de Processo Penal e ser corroborado por outras provas colhidas na fase judicial.

d) Aos núcleos de prática jurídica das faculdades de direito não é aplicado o prazo em dobro para manifestação no processo penal.

e) Conforme entendimento do STJ, não é possível o conhecimento de *habeas corpus* contra condenação transitada em julgado, mesmo nos casos em que não tenha sido ajuizada a revisão criminal e não tenha havido flagrante ilegalidade demonstrada de pronto nem necessidade de dilação fático/probatória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata de temas variados de processo penal: prerrogativas dos núcleos de prática jurídica, ilicitude da prova, reconhecimento de pessoas e cabimento de *habeas corpus* contra condenação transitada em julgado.

A alternativa **A** está incorreta, pois, segundo a Corte Especial do STJ, em matéria penal os advogados dos núcleos de prática jurídica equiparam-se à Defensoria Pública quanto à prerrogativa de intimação pessoal.

"STJ. (...) 3.4. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que, em matéria penal, os advogados integrantes dos núcleos de prática jurídica equiparam-se à Defensoria Pública no tocante à prerrogativa da intimação pessoal dos atos processuais. (...) Teses de julgamento: 1. O prazo em dobro para manifestação de núcleos de prática jurídica das faculdades de direito, prevista no art. 186, § 3º, do CPC, é aplicável, por analogia, ao processo penal, nos termos do art. 3º do CPP. 2. Em matéria penal, os advogados integrantes dos núcleos de prática jurídica equiparam-se à Defensoria Pública no tocante à prerrogativa da intimação pessoal dos atos processuais. (EAREsp n. 2.841.872/DF, relator Ministro Luís Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 5/8/2026, DJEN de 17/8/2026.)"

A alternativa **B** está incorreta, porque são inadmissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos, e a lei impõe a proteção da integridade física e psicológica da vítima, especialmente nos crimes contra a dignidade sexual.

"CF, art. 5º, LVI. são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;"

"CPP, art. 400-A. Na audiência de instrução e julgamento, e, em especial, nas que apurem crimes contra a dignidade sexual, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão zelar pela integridade física e psicológica da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz garantir o cumprimento do disposto neste artigo, vedadas: I - a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos; II - a utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas."

A alternativa **C** está correta, uma vez que, conforme o Tema Repetitivo 1.258 do STJ, as regras do art. 226 do CPP são de observância obrigatória também na fase inquisitorial, sob pena de invalidade do reconhecimento. Além disso, por se tratar de elemento informativo colhido na investigação, o reconhecimento fotográfico não pode, isoladamente, fundamentar a autoria, devendo ser corroborado por provas produzidas sob o contraditório judicial, nos termos do art. 155 do CPP.

"STJ. (...) 3. TESE: 3.1 - As regras postas no art. 226 do CPP são de observância obrigatória tanto em sede inquisitorial quanto em juízo, sob pena de invalidade da prova destinada a demonstrar a autoria delitiva, em alinhamento com as normas do Conselho Nacional de Justiça sobre o tema. O reconhecimento fotográfico e/ou pessoal inválido não poderá servir de lastro nem a condenação nem a decisões que exijam menor rigor quanto ao standard probatório, tais como a decretação de prisão preventiva, o recebimento de denúncia ou a pronúncia. (...) (REsp n. 1.953.602/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 11/6/2025, DJEN de 30/6/2025.)"

"STJ. (...) 3.5 - Mesmo o reconhecimento pessoal válido deve guardar congruência com as demais provas existentes nos autos. (...) (REsp n. 1.953.602/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 11/6/2025, DJEN de 30/6/2025.)"

"CPP, art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas."

A alternativa **D** está incorreta, porquanto o STJ assentou que o prazo em dobro do art. 186, § 3º, do CPC aplica-se, por analogia, aos núcleos de prática jurídica no processo penal.

"STJ. (...) 3.4. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que, em matéria penal, os advogados integrantes dos núcleos de prática jurídica equiparam-se à Defensoria Pública no tocante à prerrogativa da intimação pessoal dos atos processuais. (...) Teses de julgamento: 1. O prazo em dobro para manifestação de núcleos de prática jurídica das faculdades de direito, prevista no art. 186, § 3º, do CPC, é aplicável, por analogia, ao processo penal, nos termos do art. 3º do CPP. 2. Em matéria penal, os advogados integrantes dos núcleos de prática jurídica equiparam-se à Defensoria Pública no tocante à prerrogativa da intimação pessoal dos atos processuais. (EAREsp n. 2.841.872/DF, relator Ministro Luís Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 5/8/2026, DJEN de 17/8/2026.)"

A alternativa **E** está incorreta, pois o STJ admite, excepcionalmente, o conhecimento de *habeas corpus* contra condenação transitada em julgado quando houver flagrante ilegalidade passível de constatação imediata, sem necessidade de dilação fático-probatória. Embora o *habeas corpus* não possa ser utilizado como substituto da revisão criminal, o trânsito em julgado e a ausência de ajuizamento prévio dessa ação não afastam, por si sós, a possibilidade de atuação excepcional para sanar ilegalidade manifesta.

"CPP, art. 654, § 2º. Os juízes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de habeas corpus, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal."

"STJ. (...) 1. Consoante entendimento e prática consolidada neste Superior Tribunal, não há óbice à utilização de habeas corpus quando, havendo lesão ou ameaça de lesão à liberdade de locomoção do paciente, tratar-se de matéria exclusivamente de direito e quando não houver a necessidade do exame aprofundado de provas ou a necessidade de dilação fático-probatória. 2. Mostra-se perfeitamente possível, ao menos em princípio, o conhecimento do habeas corpus impetrado nesta Corte, pois, não obstante tenha sobrevindo o trânsito em julgado da condenação, é possível verificar, em consulta processual realizada na página eletrônica do TJSP, que não há nenhum registro de revisão criminal ajuizada em favor do ora recorrente. (...) (AgRg no HC n. 761.799/SP, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, relator para acórdão Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 13/12/2022, DJe de 9/2/2023.)"

"STJ. (...) 1. Consoante entendimento e prática consolidada neste Superior Tribunal, não há óbice à utilização de habeas corpus quando, havendo lesão ou ameaça de lesão à liberdade de locomoção do paciente, não houver a necessidade do revolvimento aprofundado de provas ou a necessidade de dilação fático-probatória. (...) (AgRg no HC n. 1.011.096/RS, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 1/10/2025, DJEN de 6/10/2025.)"

QUESTÃO 73. Assinale a opção correta a respeito do processo penal constitucional, à luz do entendimento dos tribunais superiores.

a) O testemunho indireto ou de ouvir dizer é prova ilícita e inadmissível no ordenamento jurídico brasileiro, por violar o princípio constitucional do devido processo legal.

b) O testemunho indireto qualificado poderá assumir importância probatória em contexto de criminalidade organizada, desde que submetido ao controle judicial estrito e preservados o contraditório e a ampla defesa.

c) É inadmissível o testemunho indireto, mesmo em contexto de intimidação da prova, facções criminosas e silenciamento imposto a vítimas ou testemunhas.

d) Viola o princípio constitucional do juiz natural a designação de magistrados para atuar em ações criminais e execuções penais por meio do mutirão carcerário.

e) É vedada a pronúncia baseada apenas nos elementos informativos do inquérito policial, mesmo no caso de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas, pois isso viola o princípio do devido processo legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre o testemunho indireto e o standard probatório da pronúncia, à luz do Tema Repetitivo 1.260 do STJ, e sobre o princípio do juiz natural nos mutirões carcerários.

A alternativa **A** está incorreta, pois o STJ afirmou que o testemunho indireto é prova lícita e admissível, embora insuficiente, por si só, para a pronúncia.

"STJ. (...) 3. Teses: (...) 2) O testemunho indireto ou de ouvir dizer é prova lícita e admissível no ordenamento jurídico brasileiro, mas, mesmo se produzido em juízo, não é suficiente, por si só, para atingir o standard probatório exigido para a decisão de pronúncia; (...) (REsp n. 2.048.687/BA, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 12/8/2026, DJEN de 8/9/2026.)"

A alternativa **B** está correta, porque reproduz a tese 3 do Tema 1.260 do STJ.

"STJ. (...) 3. Teses: (...) 3) Em contextos de intimidação da prova, criminalidade organizada, facções criminosas, silenciamento imposto à vítima ou à testemunha e outras hipóteses objetivamente demonstradas de irrepetibilidade ou dificuldade substancial de produção da prova direta, o testemunho indireto qualificado poderá assumir maior relevo probatório, desde que submetido a controle judicial estrito e não dissociado das garantias do contraditório e da ampla defesa. (...) (REsp n. 2.048.687/BA, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 12/8/2026, DJEN de 8/9/2026.)"

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que, justamente nesses contextos, o testemunho indireto qualificado pode assumir maior relevo probatório.

"STJ. (...) 3. Teses: (...) 3) Em contextos de intimidação da prova, criminalidade organizada, facções criminosas, silenciamento imposto à vítima ou à testemunha e outras hipóteses objetivamente demonstradas de irrepetibilidade ou dificuldade substancial de produção da prova direta, o testemunho indireto qualificado poderá assumir maior relevo probatório, desde que submetido a controle judicial estrito e não dissociado das garantias do contraditório e da ampla defesa. (...) (REsp n. 2.048.687/BA, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 12/8/2026, DJEN de 8/9/2026.)"

A alternativa **D** está incorreta, porquanto o STJ entende que a designação de magistrados em regime de mutirão carcerário, de forma ampla e impessoal, não ofende o juiz natural.

"CF, art. 5º, LIII. ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;"

"STJ. (...) 2. Consolidou-se nesta Corte Superior de Justiça entendimento no sentido de que não ofende o princípio do juiz natural a designação de magistrados em regime de mutirão (penal, cível ou carcerário), no interesse objetivo da jurisdição, para atuar em feitos genericamente atribuídos e no objetivo da mais célere prestação jurisdicional. (...) (HC n. 449.361/PR, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 12/3/2019, DJe de 25/3/2019.)"

A alternativa **E** está incorreta, pois as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas são exceções expressas à vedação de fundamentação exclusiva em elementos do inquérito, inclusive para a pronúncia.

"STJ. (...) 3. Teses: 1) A pronúncia não pode se basear, exclusivamente, em elementos informativos do inquérito, ressalvadas as exceções contidas na parte final do 155, caput, do CPP (provas cautelares, não repetíveis e antecipadas); (...) (REsp n. 2.048.687/BA, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 12/8/2026, DJEN de 8/9/2026.)"

"CPP, art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas."

QUESTÃO 74. Acerca das nulidades no processo penal, assinale a opção correta.

a) É válida a confissão de crime por pessoa convocada como testemunha, mesmo que a autoridade não tenha advertido previamente sobre o direito ao silêncio e à não autoincriminação.

b) O inquérito policial é indispensável ao processo penal, por isso eventual vício nele contaminará toda a ação penal.

c) No processo penal, a falta de defesa bem como a sua deficiência constituem causas de nulidade absoluta.

d) A nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção é absoluta.

e) A ausência de intimação pessoal da Defensoria Pública ou de defensor dativo sobre os atos do processo pode configurar nulidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre nulidades no processo penal, abordando o direito ao silêncio, os vícios do inquérito, a defesa técnica, a competência por prevenção e a intimação pessoal da defesa pública.

A alternativa **A** está incorreta, pois a confissão de pessoa ouvida como testemunha sem advertência sobre o direito ao silêncio viola o princípio da não autoincriminação (nemo tenetur se detegere).

"CF, art. 5º, LXIII. o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;"

"STF. (...) 3. Alegação de nulidade do processo por ofensa ao princípio do nemo tenetur se detegere em razão da confissão da autoria durante a inquirição como testemunha. 4. Denúncia recebida apenas com base em elementos obtidos na confissão. 5. Garantias da ampla defesa e do contraditório no curso da ação penal. 6. Recurso provido. (RHC 122279, Relator(a): GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 12-08-2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014)"

A alternativa **B** está incorreta, porque o inquérito policial é dispensável, e seus eventuais vícios, em regra, não contaminam a ação penal.

"CPP, art. 12. O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra."

"CPP, art. 39, § 5º. O órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias."

"CPP, art. 46, § 1º. Quando o Ministério Público dispensar o inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia contar-se-á da data em que tiver recebido as peças de informações ou a representação."

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que apenas a falta de defesa gera nulidade absoluta; a deficiência só anula o processo se houver prova de prejuízo.

"Súmula 523 do STF: No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu."

A alternativa **D** está incorreta, porquanto a nulidade por inobservância da competência por prevenção é relativa.

"Súmula 706 do STF: É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção."

A alternativa **E** está correta, pois o defensor nomeado e a Defensoria Pública têm a prerrogativa de intimação pessoal, e sua inobservância pode gerar nulidade.

"CPP, art. 370, § 4º. A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal."

"LC nº 80/1994, art. 44. São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública da União: I - receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;"

"LC nº 80/1994, art. 128. São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado, dentre outras que a lei local estabelecer: I - receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;"

QUESTÃO 75. Assinale a opção correta em relação aos recursos em geral.

a) Mesmo se demonstrada a ausência de má-fé e de erro grosseiro, estando presente a tempestividade do recurso, não será aplicado o princípio da fungibilidade à apelação interposta quando cabível o recurso em sentido estrito.

b) A renúncia ao direito de apelação, manifestada pelo réu sem a assistência do defensor, impede o conhecimento da apelação por este interposta.

c) Não é causa de nulidade do julgamento da apelação a ausência de intimação prévia do réu para constituir outro defensor, no caso de manifestação nos autos da renúncia do único defensor.

d) O julgamento da apelação por órgão fracionário de tribunal composto majoritariamente por juízes convocados não viola o princípio constitucional do juiz natural.

e) A nulidade no julgamento da apelação ou do recurso em sentido estrito persistirá mesmo quando o voto do desembargador impedido não interferir no resultado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre a teoria geral dos recursos no processo penal, com ênfase em súmulas do STF e no Tema 170 da Repercussão Geral.

A alternativa **A** está incorreta, pois, ausentes a má-fé e o erro grosseiro e observada a tempestividade, aplica-se a fungibilidade recursal prevista no art. 579 do CPP.

"CPP, art. 579. Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro. Parágrafo único. Se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível."

A alternativa **B** está incorreta, porque contraria a Súmula 705 do STF.

"Súmula 705 do STF: A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta."

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que contraria a Súmula 708 do STF.

"Súmula 708 do STF: É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro."

A alternativa **D** está correta, porquanto reproduz a tese fixada pelo STF no Tema 170 da Repercussão Geral (RE 597.133/RS), segundo a qual o julgamento de apelação por órgão fracionário de tribunal composto majoritariamente por juízes convocados não viola o princípio constitucional do juiz natural, desde que observadas as normas legais que disciplinam a convocação.

"STF. (...) I - Não viola o postulado constitucional do juiz natural o julgamento de apelação por órgão composto majoritariamente por juízes convocados, autorizado no âmbito da Justiça Federal pela Lei 9.788/1999. II - Colegiados constituídos por magistrados togados, integrantes da Justiça Federal, e a quem a distribuição de processos é feita aleatoriamente. (...) (RE 597133, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 17-11-2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-065 DIVULG 05-04-2011 PUBLIC 06-04-2011)"

A alternativa **E** está incorreta, pois, se o voto do desembargador impedido não influiu no resultado, não há prejuízo, e não se declara a nulidade.

"CPP, art. 563. Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa."

QUESTÃO 76. Com base no entendimento do STJ acerca dos institutos de direito processual penal e investigação criminal, assinale a opção correta.

a) A realização de ronda virtual para localização de material relacionado a pornografia infantil prescinde de autorização judicial, porquanto se confunde com o instituto da infiltração de agentes.

b) É vedada a utilização de ações encobertas ou agentes infiltrados na investigação de crimes praticados pela via digital.

c) A atribuição para a persecução penal é exclusiva do Ministério Público e da autoridade policial, sendo vedada a iniciativa do juiz na fase de investigação.

d) Admite-se a instauração de inquérito judicial pelo corregedor-geral de justiça para a apuração de ilícitos criminais, pois não viola o princípio acusatório.

e) É lícito o acesso direto da autoridade policial à conversa em aplicativos de mensagens em aparelho celular apreendido por ocasião de prisão em flagrante, independentemente de prévia autorização judicial ou do detentor do bem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre o sistema acusatório e sobre técnicas de investigação em ambiente digital, à luz da jurisprudência do STJ.

A alternativa **A** está incorreta, pois, segundo o STJ, a ronda virtual dispensa autorização judicial justamente porque não se confunde com a infiltração de agentes na internet, que exige autorização judicial.

"STJ. (...) 2. O uso de software policial de "ronda virtual" para localização de material relacionado a pornografia infantil - tal como o CRC, usado no caso concreto - não se confunde com o instituto da infiltração de agentes de polícia na internet prevista no art. 190-A do Estatuto da Criança e do Adolescente e prescinde de autorização judicial prévia. (...) (RHC n. 199.047/MS, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 14/10/2025, DJEN de 27/10/2025.)"

"ECA, art. 190-A. A infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), obedecerá às seguintes regras: I - será precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, ouvido o Ministério Público;"

A alternativa **B** está incorreta, porque a legislação admite expressamente a infiltração virtual de agentes, mediante autorização judicial.

"ECA, art. 190-A. A infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), obedecerá às seguintes regras: I - será precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, ouvido o Ministério Público;"

"Lei nº 12.850/2013, art. 10-A. Será admitida a ação de agentes de polícia infiltrados virtuais, obedecidos os requisitos do caput do art. 10, na internet, com o fim de investigar os crimes previstos nesta Lei e a eles conexos, praticados por organizações criminosas, desde que demonstrada sua necessidade e indicados o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas."

A alternativa **C** está correta, pois corresponde à tese de julgamento fixada pela Quinta Turma do STJ no AgRg no HC 943.946/GO, segundo a qual a persecução penal compete exclusivamente ao Ministério Público e à autoridade policial, sendo vedada a iniciativa do juiz na fase investigatória. O entendimento está fundamentado no art. 3º-A do CPP, que consagra a estrutura acusatória do processo penal e proíbe a iniciativa judicial na investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.

"CPP, art. 3º-A. O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação."

"STJ. (...) Tese de julgamento: (...) 2. A competência para a persecução penal é exclusiva do Ministério Público e da autoridade policial, sendo vedada a iniciativa do juiz na fase de investigação, conforme o art. 3º-A do Código de Processo Penal. (...) (AgRg no HC n. 943.946/GO, relator Ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 5/5/2026, DJEN de 13/5/2026.)"

A alternativa **D** está incorreta, porquanto o STJ reconheceu a nulidade de inquérito judicial instaurado de ofício por corregedor-geral de justiça para apurar ilícitos criminais, por violação ao princípio acusatório.

"STJ. (...) Tese de julgamento: 1. A instauração de inquérito judicial por autoridade administrativa, como o Corregedor-Geral de Justiça, para apuração de ilícitos criminais, viola o princípio acusatório e o devido processo legal, sendo nula desde sua origem. (...) (AgRg no HC n. 943.946/GO, relator Ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 5/5/2026, DJEN de 13/5/2026.)"

A alternativa **E** está incorreta, pois o STJ considera ilícito o acesso direto, pela polícia, às conversas de aplicativos de mensagens em celular apreendido no flagrante, sem prévia autorização judicial.

"CF, art. 5º, XII. é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;"

"STJ. (...) 1. Ilícita é a devassa de dados, bem como das conversas de whatsapp, obtidas diretamente pela polícia em celular apreendido no flagrante, sem prévia autorização judicial. (...) (RHC n. 51.531/RO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 19/4/2016, DJe de 9/5/2016.)"

QUESTÃO 77. No curso de investigação conduzida pela PC/MA sobre um crime de extorsão mediante sequestro (art. 159 do Código Penal), o delegado de polícia vislumbra a necessidade de custódia cautelar para assegurar a colheita de provas em São Luís - MA.

Nessa situação hipotética, de acordo com as legislações que dispõem sobre crimes hediondos e prisão temporária (Leis n.º 8.072/1990 e n.º 7.960/1989), a prisão temporária, se decretada, deverá obedecer ao prazo de

a) trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

b) sessenta dias, em conformidade com o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado.

c) quinze dias, improrrogável, por se tratar de crime hediondo.

d) cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

e) dez dias, podendo ser convertida automaticamente em preventiva após o indiciamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre o prazo da prisão temporária nos crimes hediondos, previsto no art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/1990.

A alternativa **A** está correta, pois a extorsão mediante sequestro é crime hediondo, e a prisão temporária, nesses crimes, tem prazo de 30 dias, prorrogável por igual período.

"Lei nº 8.072/1990, art. 2º, § 4º. A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade."

"Lei nº 8.072/1990, art. 1º. São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: (...) IV - extorsão mediante sequestro e na forma qualificada (art. 159, caput, e §§ 1º, 2º e 3º);"

A alternativa **B** está incorreta, porque a Lei nº 15.358/2026 (Marco Legal do Combate ao Crime Organizado) não alterou o prazo da prisão temporária, que continua regido pela Lei nº 8.072/1990 nos crimes hediondos.

"Lei nº 8.072/1990, art. 2º, § 4º. A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade."

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que o prazo nos crimes hediondos é de 30 dias e admite prorrogação por igual período.

"Lei nº 8.072/1990, art. 2º, § 4º. A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade."

A alternativa **D** está incorreta, porquanto o prazo de cinco dias é a regra geral da Lei nº 7.960/1989, afastada, nos crimes hediondos, pela regra especial da Lei nº 8.072/1990.

"Lei nº 7.960/1989, art. 2º. A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade."

"Lei nº 8.072/1990, art. 2º, § 4º. A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade."

A alternativa **E** está incorreta, pois não há prazo de dez dias nem conversão automática em preventiva. Esgotado o prazo, o preso deve ser posto em liberdade, salvo prorrogação ou decretação da preventiva, que não pode ocorrer de ofício.

"Lei nº 7.960/1989, art. 2º, § 7º. Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva."

"CPP, art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial."

QUESTÃO 78. Com base no disposto na Lei n.º 7.716/1989 e em suas alterações, assinale a opção correta em relação à classificação e à disciplina jurídica aplicável aos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

a) O crime de injúria racial é considerado infração penal inafiançável e imprescritível.

b) A conduta de injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de discriminação por procedência nacional configura crime cuja pena é aumentada em um terço quando praticado por duas ou mais pessoas.

c) A injúria racial, quando praticada na modalidade denominada racismo recreativo, configura crime de injúria previsto no Código Penal, cujo processamento é da competência do juizado especial criminal.

d) A conduta de obstar a promoção funcional em razão de discriminação ou preconceito de raça ou cor configura delito de racismo, estando seu agente sujeito à pena de reclusão de um a três anos.

e) A conduta de induzir ou incitar a discriminação ou o preconceito de cor, quando praticada em contexto de atividades esportivas, é crime punível com pena de reclusão, sendo admitido, no entanto, arbitramento de fiança pela autoridade em sede policial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da disciplina dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor na Lei nº 7.716/1989, com as alterações da Lei nº 14.532/2023.

A alternativa **A** está **correta**, pois a Lei nº 14.532/2023 levou a injúria racial do art. 140, § 3º, do CP para o art. 2º-A da Lei nº 7.716/1989. A injúria racial passou a ser espécie de racismo e recebeu o regime constitucional deste. Antes da mudança, o Plenário do STF já havia reconhecido a imprescritibilidade da injúria racial no HC 154.248/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 28/10/2021.

"Art. 2º-A da Lei nº 7.716/1989. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional. Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa."

"Art. 5º, XLII, da CF. a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;"

A alternativa **B** está **incorreta**, pois a conduta configura a injúria racial do art. 2º-A da Lei nº 7.716/1989, que abrange a procedência nacional. O erro está na fração. Pelo parágrafo único desse artigo, a pena é aumentada de metade quando o crime é cometido em concurso de duas ou mais pessoas, e não de um terço.

A alternativa **C** está **incorreta**, pois o racismo recreativo não é crime de injúria do Código Penal. Ele é a causa de aumento do art. 20-A da Lei nº 7.716/1989, de 1/3 até a metade, aplicável quando o crime ocorre em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação. A pena máxima da injúria racial, de 5 anos, já supera o limite de 2 anos do art. 61 da Lei nº 9.099/1995. Por isso, o crime não é de menor potencial ofensivo e não vai para o juizado especial criminal.

A alternativa **D** está **incorreta**, pois quem obsta a promoção funcional por discriminação de raça ou cor responde pela pena de reclusão de dois a cinco anos. No serviço público, a conduta está no art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 7.716/1989. No emprego privado, a conduta de impedir a ascensão funcional está no art. 4º, § 1º, II, da mesma lei. A pena de reclusão de um a três anos é a do art. 20, caput, da lei, que pune praticar, induzir ou incitar a discriminação ou o preconceito.

A alternativa **E** está **incorreta**, pois, no contexto de atividades esportivas, a conduta do art. 20 tem a pena qualificada do § 2º-A: reclusão de 2 a 5 anos e proibição de frequência, por 3 anos, aos locais dessas atividades. A fiança é vedada por ser crime de racismo, nos termos do art. 5º, XLII, da CF e do art. 323, I, do CPP. Além disso, a pena máxima supera 4 anos, o que já impediria a autoridade policial de arbitrar a fiança (art. 322 do CPP).

QUESTÃO 79. Um morador da cidade de Caxias – MA mantém, exclusivamente no interior de sua residência, uma arma de fogo do tipo revólver, calibre .38, sem o devido registro. O artefato está desmuniciado e guardado no interior de um armário.

De acordo com o Estatuto do Desarmamento, a conduta descrita na situação hipotética precedente configura

a) porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

b) posse irregular de arma de fogo de uso permitido.

c) conduta atípica, na medida em que o referido armamento encontra-se guardado e desmuniciado, sem oferecer potencialidade lesiva.

d) posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, em razão da ocultação.

e) comércio ilegal de arma de fogo, por ausência de registro de origem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da distinção entre a posse irregular (art. 12) e o porte ilegal (art. 14) de arma de fogo de uso permitido no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003).

A alternativa **A** está **incorreta**, pois o porte ilegal do art. 14 da Lei nº 10.826/2003 alcança a conduta praticada fora da residência ou do local de trabalho. Quando a arma é mantida no interior da residência, como no caso, incide o tipo do art. 12, que é especial em relação ao art. 14 pelo local da conduta.

A alternativa **B** está **correta**, pois o agente mantém sob sua guarda, no interior da própria residência e sem registro, um revólver calibre .38, que é arma de uso permitido. A conduta se amolda ao art. 12 da Lei nº 10.826/2003.

"Art. 12 da Lei nº 10.826/2003. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa: Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa."

A alternativa **C** está **incorreta**, pois a posse irregular de arma de fogo é crime de perigo abstrato e dispensa a demonstração de perigo concreto. Assim entendeu a Terceira Seção do STJ no AgRg nos EAREsp 1.027.337/MT, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 24/05/2017. Por isso, o fato de a arma estar desmuniciada e guardada não afasta o crime.

A atipicidade por ausência de potencialidade lesiva exige laudo pericial que demonstre a inaptidão da arma para o disparo. Foi o que decidiu a Sexta Turma do STJ no HC 445.564/SP, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 15/05/2018, e não há nada disso no enunciado. Também não se aplica o entendimento da Corte Especial na APn 686/AP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgada em 21/10/2015, que considerou mera infração administrativa a posse de arma com registro apenas vencido, porque no caso não há registro algum.

A alternativa **D** está **incorreta**, pois o art. 16 da Lei nº 10.826/2003 exige arma, acessório ou munição de uso restrito, e o revólver calibre .38 é de uso permitido. Guardar a arma em um armário é manter sob guarda, núcleo do art. 12. Isso não altera a classificação da arma nem desloca a conduta para o art. 16.

A alternativa **E** está **incorreta**, pois o comércio ilegal do art. 17 da Lei nº 10.826/2003 exige que a conduta seja praticada no exercício de atividade comercial ou industrial. O enunciado descreve apenas a guarda doméstica de uma arma, sem nenhuma atividade desse tipo.

QUESTÃO 80. Durante operação policial na região de Imperatriz – MA, um indivíduo foi preso em flagrante e indiciado pelo porte de 500 g de cocaína. O investigado é primário, possui bons antecedentes, não integra organização criminosa e não se dedica a atividades criminosas.

Diante desse caso hipotético, a autoridade policial deve considerar a aplicação da causa de diminuição de pena conhecida como tráfico privilegiado, para fins de

a) desclassificação imediata para o crime de posse de drogas para consumo pessoal.

b) substituição da prisão em flagrante por advertência sobre os efeitos das drogas.

c) concessão de liberdade provisória com fiança em sede policial.

d) afastamento do caráter hediondo do crime, conforme entendimento jurisprudencial consolidado.

e) redução da pena de 1/6 a 2/3, mantendo-se a natureza hedionda da infração em qualquer caso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos efeitos do tráfico privilegiado, a causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006.

A alternativa **A** está **incorreta**, pois o tráfico privilegiado é apenas uma causa de diminuição de pena e mantém a conduta no art. 33 da Lei nº 11.343/2006. A desclassificação para o art. 28 depende da destinação da droga ao consumo pessoal. Essa destinação é apurada pelos critérios do § 2º desse artigo, como a natureza e a quantidade da substância apreendida, o local e as condições em que se desenvolveu a ação e as circunstâncias sociais e pessoais do agente. Nada no enunciado aponta para uso próprio.

A alternativa **B** está **incorreta**, pois a advertência sobre os efeitos das drogas é pena própria do usuário, prevista no art. 28, I, da Lei nº 11.343/2006. Ela não se aplica ao traficante, ainda que privilegiado, e não substitui a prisão em flagrante.

A alternativa **C** está **incorreta**, pois o tráfico de drogas é inafiançável, nos termos do art. 5º, XLIII, da CF e do art. 323, II, do CPP. Além disso, a pena máxima do art. 33 é de 15 anos, e a autoridade policial só pode conceder fiança quando a pena máxima não passa de 4 anos (art. 322 do CPP). A causa de diminuição do § 4º só é aplicada pelo juiz, na sentença.

A alternativa **D** está **correta**, pois o tráfico privilegiado não tem natureza hedionda. O Plenário do STF firmou esse entendimento no HC 118.533/MS, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 23/06/2016. Em seguida, a

Terceira Seção do STJ cancelou a Súmula 512, na Questão de Ordem na Pet 11.796/DF, julgada em 23/11/2016. A Lei nº 13.964/2019 incorporou a regra ao art. 112, § 5º, da LEP, e o STF a consolidou na Súmula Vinculante 63, publicada em 22/10/2025.

"Art. 112, § 5º, da Lei nº 7.210/1984. Não se considera hediondo ou equiparado, para os fins deste artigo, o crime de tráfico de drogas previsto no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006."

"Súmula Vinculante 63. O tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006) não configura crime hediondo, afastando-se a aplicação dos parâmetros mais rigorosos de progressão de regime e de livramento condicional."

A alternativa **E** está **incorreta**, pois a fração de redução de um sexto a dois terços está, de fato, no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006. O erro está em manter a natureza hedionda da infração. Isso contraria o HC 118.533/MS, o art. 112, § 5º, da LEP e a Súmula Vinculante 63.

QUESTÃO 81. No cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar em Colinas – MA, uma equipe policial, sob determinação do delegado de polícia, ingressou no imóvel às 21 h 30 min, contra a vontade do morador, justificando a urgência na apreensão de dispositivos informáticos.

À luz da Lei de Abuso de Autoridade, a conduta da equipe policial na situação hipotética apresentada deve ser considerada

a) atípica, por não caracterizar crime de perigo abstrato que exige dolo específico de vingança.

b) crime, pois é vedado o cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar no intervalo entre as 21 h de um dia e as 5 h do dia seguinte.

c) lícita, pois o mandado judicial pode ser cumprido a qualquer hora do dia ou da noite.

d) crime apenas se não tiver havido apreensão de objetos ilícitos no local.

e) lícita, desde que os policiais estivessem acompanhados de duas testemunhas presenciais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do crime de violação de domicílio previsto no art. 22 da Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), na modalidade de cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar fora do horário legal.

A alternativa **A** está **incorreta**, pois a conduta descrita está prevista expressamente no art. 22, § 1º, III, da Lei nº 13.869/2019. Os crimes de abuso de autoridade exigem, de fato, um elemento subjetivo especial. O art. 1º, § 1º, da lei o define como a finalidade de prejudicar outrem, beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou o mero capricho ou satisfação pessoal. A lei não fala em dolo específico de vingança.

A alternativa **B** está **correta**, pois a equipe ingressou no imóvel às 21h30, contra a vontade do morador, para cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar. A conduta se amolda ao art. 22, § 1º, III, da Lei nº 13.869/2019. A urgência na apreensão de dispositivos informáticos não está entre as hipóteses do § 2º, que

afasta o crime apenas para prestar socorro ou diante de fundados indícios de flagrante delito ou de desastre. Para a condenação, deve ficar demonstrada também a finalidade específica do art. 1º, § 1º, da lei.

"Art. 22 da Lei nº 13.869/2019. Invadir ou adentrar, clandestina ou astuciosamente, ou à revelia da vontade do ocupante, imóvel alheio ou suas dependências, ou nele permanecer nas mesmas condições, sem determinação judicial ou fora das condições estabelecidas em lei: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. § 1º Incorre na mesma pena, na forma prevista no caput deste artigo, quem: (...) III - cumpre mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21h (vinte e uma horas) ou antes das 5h (cinco horas)."

A alternativa **C** está **incorreta**, pois o mandado judicial não pode ser cumprido a qualquer hora. O art. 5º, XI, da CF só admite o ingresso por determinação judicial durante o dia, e o art. 245 do CPP determina que as buscas domiciliares sejam executadas de dia, salvo consentimento do morador. A Lei nº 13.869/2019 fixou o parâmetro objetivo dessa limitação para fins penais, que é o intervalo entre as 5h e as 21h.

A alternativa **D** está **incorreta**, pois a tipicidade do art. 22, § 1º, III, da Lei nº 13.869/2019 não depende do resultado da diligência. O crime se perfaz com o cumprimento do mandado fora do horário legal, tenham ou não sido apreendidos objetos ilícitos.

A alternativa **E** está **incorreta**, pois as duas testemunhas presenciais assinam o auto circunstanciado lavrado ao fim da diligência, nos termos do art. 245, § 7º, do CPP. A presença delas é formalidade do auto e não supre a violação do horário legal nem afasta o crime.

QUESTÃO 82. Segundo o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, o proprietário de estabelecimento comercial que vender bebidas alcoólicas a adolescente de dezesseis anos de idade cometerá

a) contravenção penal de servir bebidas a menor de idade, conforme o Decreto-lei n.º 3.688/1941.

b) crime cuja pena prevista é detenção e multa.

c) crime, cuja pena será aumentada em 2/3 caso o adolescente consuma ou utilize o produto.

d) crime de corrupção de menores, absorvido pela Lei Antidrogas (Lei n.º 11.343/2006).

e) infração administrativa sujeita a multa, a ser aplicada pelo juizado da infância.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do crime de venda de bebida alcoólica a criança ou adolescente, previsto no art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Além da alternativa B, a alternativa E também descreve corretamente uma consequência da conduta. A venda de bebida alcoólica a adolescente descumpre a proibição do art. 81, II, do ECA e configura a infração administrativa do art. 258-C, punida com multa e aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude (art. 148, VI, do ECA). A leitura provável da banca é que o enunciado pedia a qualificação penal da conduta, que é crime (art. 243).

A alternativa **A** está **incorreta**, pois a conduta deixou de ser contravenção penal com a Lei nº 13.106/2015. Essa lei revogou o art. 63, I, do Decreto-Lei nº 3.688/1941, que punia servir bebidas alcoólicas a menor de dezoito anos. Ao mesmo tempo, deu nova redação ao art. 243 do ECA, que passou a tipificar expressamente como crime a venda de bebida alcoólica a criança ou adolescente.

A alternativa **B** está **correta**, pois vender bebida alcoólica a adolescente é um dos núcleos do art. 243 do ECA, punido com detenção e multa.

"Art. 243 da Lei nº 8.069/1990. Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica: Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave."

A alternativa **C** está **incorreta**, pois o parágrafo único do art. 243 do ECA, incluído pela Lei nº 15.234/2025, prevê aumento de um terço até a metade se a criança ou o adolescente utilizar ou consumir o produto. A lei não prevê aumento de dois terços.

A alternativa **D** está **incorreta**, pois a corrupção de menores do art. 244-B do ECA pressupõe que o agente pratique infração penal com o menor de dezoito anos ou o induza a praticá-la, o que não ocorre na simples venda de bebida. A Lei nº 11.343/2006 também não absorve a conduta, porque a bebida alcoólica não está entre as drogas que essa lei tutela. O art. 243 é expressamente subsidiário e só deixa de incidir quando o fato constitui crime mais grave.

A alternativa **E** está **incorreta**, segundo o gabarito, pois a resposta esperada é a natureza criminosa da conduta, prevista no art. 243 do ECA. A infração administrativa do art. 258-C existe, com multa de R$ 3.000,00 a R$ 10.000,00 e interdição do estabelecimento até o recolhimento. Ela se soma à responsabilidade penal e não a substitui.

QUESTÃO 83. No curso de investigação sobre violência doméstica em localidade que não é sede de comarca no interior do Maranhão, o delegado da PC/MA verificou a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher, por comportamento do investigado, ex-companheiro da ofendida e pai de seus dois filhos menores de idade.

Nos termos da Lei Maria da Penha, a medida administrativa adequada a ser adotada pela autoridade policial nessa situação hipotética é

a) instaurar incidente de alienação parental para decidir sobre a guarda dos filhos menores de idade.

b) determinar o afastamento imediato do agressor do domicílio ou local de convivência com a ofendida.

c) encaminhar os autos do inquérito policial ao Ministério Público, para que este determine o afastamento do agressor do lar.

d) acionar a justiça, para que determine o afastamento do agressor do lar, devendo aguardar 48 horas pela decisão judicial para cumprir a medida.

e) efetuar a prisão do agressor, podendo-lhe conceder liberdade provisória mediante compromisso de seu comparecimento mensal perante a autoridade policial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do afastamento imediato do agressor do lar pela autoridade policial, previsto no art. 12-C da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

A alternativa **A** está **incorreta**, pois o incidente de alienação parental é regido pela Lei nº 12.318/2010 e tramita perante o juiz. A guarda dos filhos também é matéria judicial. Nenhuma dessas providências está entre as medidas que a Lei nº 11.340/2006 atribui à autoridade policial nos arts. 12 e 12-C.

A alternativa **B** está **correta**, pois o investigado é ex-companheiro da ofendida, há risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher e a localidade não é sede de comarca. Nesse cenário, o art. 12-C, II, da Lei nº 11.340/2006 autoriza o próprio delegado a afastar imediatamente o agressor. O caput, na redação dada pela Lei nº 15.411/2026, abrange o risco à integridade física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial da mulher. O Plenário do STF declarou constitucional essa atuação supletiva e excepcional, sujeita a controle judicial posterior, na ADI 6.138/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgada em 23/03/2022. A Lei nº 15.383/2026 ampliou esse papel ao incluir o art. 12-D, que autoriza o delegado, quando o Município não for sede de comarca, a submeter o agressor à monitoração eletrônica.

"Art. 12-C da Lei nº 11.340/2006. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: (...) II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; (...) § 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente."

A alternativa **C** está **incorreta**, pois o art. 12-C da Lei nº 11.340/2006 não atribui ao Ministério Público o poder de determinar o afastamento. A medida cabe à autoridade judicial, ao delegado, quando o Município não for sede de comarca, ou ao policial, quando também não houver delegado disponível. Ao Ministério Público cabe apenas receber ciência da decisão judicial sobre a manutenção ou a revogação da medida (art. 12-C, § 1º).

A alternativa **D** está **incorreta**, pois, no caso, o delegado não precisa aguardar o juiz. Ele afasta o agressor de imediato e comunica o juiz em até 24 horas, e o juiz decide em igual prazo (art. 12-C, § 1º, da Lei nº 11.340/2006). O prazo de 48 horas do art. 12, III, da mesma lei se refere à remessa ao juiz do pedido de medidas protetivas formulado pela ofendida. Não se trata de espera para cumprir o afastamento.

A alternativa **E** está **incorreta**, pois o enunciado descreve situação de risco que autoriza o afastamento do agressor, e não hipótese de prisão em flagrante. Além disso, o art. 12-C, § 2º, da Lei nº 11.340/2006 dispõe que, nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso.

QUESTÃO 84. No âmbito de investigação de lavagem de capitais, o delegado de polícia civil representou pela alienação antecipada de veículos de luxo apreendidos, para evitar a depreciação econômica.

Considerando-se essa situação hipotética e o disposto na Lei n.º 9.613/1998, é correto afirmar que a alienação antecipada de bens para preservação de valor deve ser determinada

a) pelo delegado de polícia, mediante despacho fundamentado no inquérito policial.

b) somente se os bens forem de origem estrangeira ou vinculados ao tráfico de entorpecentes.

c) pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

d) após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

e) quando houver indícios de que os bens pertencem a terceiros de boa-fé.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da alienação antecipada de bens para preservação de valor, prevista no art. 4º-A da Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro).

A alternativa **A** está **incorreta**, pois a alienação antecipada é medida assecuratória sujeita à reserva de jurisdição. Nos termos do art. 4º-A da Lei nº 9.613/1998, ela é decretada pelo juiz. O delegado de polícia pode representar pela medida, mas não pode determiná-la por despacho no inquérito.

A alternativa **B** está **incorreta**, pois a Lei nº 9.613/1998 não restringe a medida a bens de origem estrangeira ou ligados ao tráfico de drogas. Pelo art. 4º, § 1º, a alienação antecipada cabe sempre que os bens estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou houver dificuldade para sua manutenção. É o caso dos veículos de luxo da questão.

A alternativa **C** está **correta**, pois a alienação antecipada é decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público (art. 4º-A da Lei nº 9.613/1998). O art. 4º, caput, da mesma lei admite que as medidas assecuratórias sejam decretadas mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público. Por isso, a representação do delegado é via legítima para provocar o juiz.

"Art. 4º da Lei nº 9.613/1998. O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei ou das infrações penais antecedentes."

"Art. 4º-A da Lei nº 9.613/1998. A alienação antecipada para preservação de valor de bens sob constrição será decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou por solicitação da parte interessada, mediante petição autônoma, que será autuada em apartado e cujos autos terão tramitação em separado em relação ao processo principal."

A alternativa **D** está **incorreta**, pois a finalidade da alienação antecipada é evitar a deterioração ou a perda de valor do bem durante a investigação ou o processo. Esperar o trânsito em julgado esvaziaria a medida, e o art. 4º-A da Lei nº 9.613/1998 não impõe esse requisito.

A alternativa **E** está **incorreta**, pois indícios de que os bens pertencem a terceiros de boa-fé não são fundamento para a alienação antecipada. Pelo contrário, a comprovação da licitude da origem leva à liberação dos bens (art. 4º, § 2º, da Lei nº 9.613/1998). As medidas assecuratórias recaem sobre bens que sejam instrumento, produto ou proveito do crime.

QUESTÃO 85. Suponha que um agente público tenha sido condenado por ter submetido a sofrimento físico pessoa presa em estabelecimento prisional, como forma de aplicar-lhe castigo pessoal. Nesse caso, conforme a Lei n.º 9.455/1997, que dispõe sobre os crimes de tortura, o efeito automático da condenação por tal crime é

a) a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de dez anos, independentemente da pena privativa de liberdade.

b) a obrigação de indenizar a vítima em valor correspondente a cem salários mínimos.

c) a interdição para o exercício do cargo pelo prazo de cinco anos após o cumprimento da pena.

d) a demissão a bem do serviço público, sem possibilidade de recurso na esfera administrativa.

e) a perda do cargo, da função ou do emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do efeito da condenação por tortura sobre o cargo, a função ou o emprego público, previsto no art. 1º, § 5º, da Lei nº 9.455/1997.

A alternativa **A** está **incorreta**, pois a Lei nº 9.455/1997 não prevê a suspensão dos direitos políticos. Essa suspensão decorre do art. 15, III, da CF e alcança qualquer condenação criminal transitada em julgado, "enquanto durarem seus efeitos". Ela não tem prazo fixo de dez anos e cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, nos termos da Súmula 9 do TSE.

A alternativa **B** está **incorreta**, pois a Lei nº 9.455/1997 não fixa valor de indenização para a vítima. A obrigação de reparar o dano é efeito genérico da condenação, previsto no art. 91, I, do CP, e o valor é apurado conforme o prejuízo de cada caso.

A alternativa **C** está **incorreta**, pois a interdição prevista no art. 1º, § 5º, da Lei nº 9.455/1997 dura o dobro do prazo da pena aplicada. A lei não fixa prazo de cinco anos contados do cumprimento da pena.

A alternativa **D** está **incorreta**, pois a Lei nº 9.455/1997 não fala em demissão a bem do serviço público, que é sanção disciplinar aplicada em processo administrativo. O art. 1º, § 5º, prevê a perda do cargo, da função ou do emprego como efeito da condenação criminal. A lei também nada dispõe sobre recurso na esfera administrativa.

A alternativa **E** está **correta**, pois o agente público submeteu pessoa presa a sofrimento físico como castigo, conduta que se amolda ao art. 1º, II, ou ao § 1º da Lei nº 9.455/1997. Em qualquer das hipóteses, incide o § 5º do mesmo artigo. Esse efeito decorre diretamente da lei ("a condenação acarretará"). Por isso, a doutrina majoritária o trata como automático, ao contrário dos efeitos do art. 92 do CP, que, em regra, dependem de declaração motivada na sentença (art. 92, § 1º, do CP), ressalvadas as hipóteses do § 2º do mesmo artigo.

"Art. 1º, § 5º, da Lei nº 9.455/1997. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada."

QUESTÃO 86. Ciente de que determinada organização criminosa utiliza o território maranhense para o escoamento de drogas sintéticas, um delegado da PC/MA decidiu pela utilização da técnica de entrega vigiada, com base nas prerrogativas previstas no Marco Legal do Combate ao Crime Organizado (Lei n.º 15.358/2026) e na Lei Antidrogas.

Nessa situação hipotética, a técnica de entrega vigiada

a) é permitida, desde que se trate de crime de tráfico de drogas com vinculação concomitante com as hipóteses de concurso de crimes com delitos contra a ordem tributária.

b) pode ser realizada mediante comunicação prévia ao juiz competente, que poderá fixar limites à ação policial, mantendo-se o sigilo.

c) exige autorização judicial prévia e específica, sob pena de nulidade absoluta das provas.

d) dispensa comunicação ao Ministério Público, por ser ato administrativo discricionário do delegado, vinculado à sua atividade de investigação criminal.

e) aplica-se apenas se o investigado for agente público em exercício de função de confiança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da entrega vigiada no combate à organização criminosa e ao tráfico de drogas, à luz da Lei nº 15.358/2026, da Lei nº 12.850/2013 e da Lei nº 11.343/2006.

A alternativa **A** está **incorreta**, pois nenhuma das leis condiciona a técnica ao concurso do tráfico com crimes contra a ordem tributária. Na Lei nº 12.850/2013, basta que a ação seja praticada por organização criminosa ou a ela vinculada (art. 8º). Na Lei nº 11.343/2006, o art. 53, II, autoriza a não atuação policial nos crimes de tráfico de drogas.

A alternativa **B** está **correta**, pois os arts. 8º e 32 da Lei nº 15.358/2026 mandam aplicar os meios de obtenção de prova do Capítulo II da Lei nº 12.850/2013. Entre eles está a ação controlada, da qual a entrega vigiada é

espécie, segundo a doutrina majoritária. Nessa disciplina, o retardamento da intervenção policial é comunicado previamente ao juiz, que pode estabelecer seus limites, e a comunicação tramita em sigilo.

"Art. 8º da Lei nº 12.850/2013. Consiste a ação controlada em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações. § 1º O retardamento da intervenção policial ou administrativa será previamente comunicado ao juiz competente que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público. § 2º A comunicação será sigilosamente distribuída de forma a não conter informações que possam indicar a operação a ser efetuada."

A alternativa **C** está **incorreta**, pois, no regime da Lei nº 12.850/2013 aplicado ao caso, a medida depende de comunicação prévia ao juiz, e não de autorização específica (art. 8º, § 1º). A exigência de autorização judicial aparece no art. 53 da Lei nº 11.343/2006, mas nenhuma das leis comina nulidade absoluta das provas para o caso.

A alternativa **D** está **incorreta**, pois a técnica não é ato discricionário do delegado, livre de controle. Na Lei nº 12.850/2013, o juiz comunica a medida ao Ministério Público (art. 8º, § 1º). Na Lei nº 11.343/2006, o Ministério Público deve ser ouvido antes da autorização judicial (art. 53, caput).

A alternativa **E** está **incorreta**, pois nenhuma das leis restringe a técnica a investigados que sejam agentes públicos em função de confiança. A ação controlada alcança a organização criminosa em geral (art. 8º da Lei nº 12.850/2013), e a não atuação policial alcança o tráfico de drogas (art. 53, II, da Lei nº 11.343/2006).

QUESTÃO 87. Considerando a hipótese de que um condenado por crime hediondo com resultado morte, reincidente genérico, cumpre pena em estabelecimento prisional no Maranhão, assinale a opção correta acerca da progressão de regime nessa hipótese, com base nas alterações introduzidas na legislação pelo Pacote Anticrime e na jurisprudência firmada pelo STJ.

a) O condenado faz jus ao benefício no percentual de 60%, por ser reincidente, independentemente da natureza do crime anterior.

b) O condenado faz jus ao benefício no percentual de 40%, por analogia *in bonam partem* ao reincidente em crime comum.

c) O condenado faz jus ao benefício no percentual de 50%, visto que a reincidência exigida para o patamar de 60% deve ser específica em crime hediondo ou equiparado com resultado morte.

d) O condenado faz jus ao benefício no percentual de 70%, caso o crime haja tido repercussão interestadual, nos termos da Lei n.º 10.446/2002.

e) A natureza do crime com resultado morte implica vedação absoluta à progressão de regime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do percentual de progressão de regime do condenado por crime hediondo com resultado morte que é reincidente genérico, no regime da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) e segundo a jurisprudência do STJ.

O enunciado pede a resposta com base no Pacote Anticrime, e o gabarito está correto nesse recorte. A Lei nº 15.358/2026, porém, reescreveu os percentuais do art. 112 da LEP. Hoje, o primário condenado por crime hediondo com resultado morte progride com 75% da pena (inciso VI, "a"). O reincidente em crime hediondo progride com 80% (inciso VII), e o reincidente em crime hediondo com resultado morte, com 85% (inciso VIII). A lei nova é mais gravosa e só alcança fatos praticados depois do início de sua vigência (art. 5º, XL, da CF).

A alternativa **A** está **incorreta**, pois, no Pacote Anticrime, o patamar de 60% do art. 112, VII, da LEP era reservado ao reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado, ou seja, exigia reincidência específica. Aplicá-lo ao reincidente genérico seria analogia em prejuízo do condenado, vedada pelo princípio da legalidade.

A alternativa **B** está **incorreta**, pois não há fundamento para aplicar 40% por analogia ao reincidente em crime comum. Na redação do Pacote Anticrime, os 40% eram o patamar do primário condenado por crime hediondo ou equiparado sem resultado morte (art. 112, V, da LEP). O STJ resolveu a lacuna do reincidente genérico com resultado morte com outro percentual, no Tema 1.196.

A alternativa **C** está **correta**, pois a Lei nº 13.964/2019 não previu percentual para o reincidente genérico condenado por crime hediondo com resultado morte. A Terceira Seção do STJ, no Tema 1.196 (REsp 2.012.101/MG, Rel. Des. convocado Jesuíno Rissato, julgado em 22/05/2024), preencheu essa lacuna, por analogia *in bonam partem*, com o patamar de 50% do art. 112, VI, "a", da LEP. Esse inciso era previsto para o primário, e os patamares mais altos exigiam reincidência específica.

"Tema 1.196 do STJ. É válida a aplicação retroativa do percentual de 50% (cinquenta por cento), para fins de progressão de regime, a condenado por crime hediondo, com resultado morte, que seja reincidente genérico, nos moldes da alteração legal promovida pela Lei nº 13.964/2019 no art. 112, inc. VI, alínea a, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), bem como a posterior concessão do livramento condicional, podendo ser formulado posteriormente com base no art. 83, inc. V, do Código Penal, o que não configura combinação de leis na aplicação retroativa de norma penal material mais benéfica."

A alternativa **D** está **incorreta**, pois o art. 1º da Lei nº 10.446/2002 trata da atribuição da Polícia Federal para investigar infrações penais com repercussão interestadual ou internacional que exijam repressão uniforme, sem prejuízo da atuação das polícias estaduais. A lei não interfere nos percentuais de progressão do art. 112 da LEP.

A alternativa **E** está **incorreta**, pois não existe vedação absoluta à progressão de regime. O Plenário do STF, no HC 82.959/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 23/02/2006, declarou inconstitucional o regime integralmente fechado previsto na redação original do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/1990, por ofensa à individualização da pena. A Lei nº 11.464/2007 passou a admitir expressamente a progressão, e o art. 112 da LEP fixa percentuais próprios para o crime hediondo com resultado morte. A vedação que a lei estabelece em alguns desses casos atinge o livramento condicional, e não a progressão de regime.

QUESTÃO 88. Em operação de combate à corrupção, um delegado da PC/MA indiciou um ex-prefeito, que, após ter recebido propina em espécie, utilizara interpostas pessoas para adquirir imóveis, ocultando a real propriedade.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da lavagem de dinheiro e da autolavagem (*self-laundering*), de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) A autolavagem é conduta atípica no Brasil, pois o exaurimento do crime antecedente absorve a conduta posterior.

b) Para a configuração da autolavagem, exige-se a demonstração de atos autônomos de ocultação ou dissimulação que não se confundam com o mero usufruto do proveito do crime.

c) O crime de lavagem de dinheiro é acessório e exige a condenação definitiva pela infração antecedente.

d) A pena pelo crime de lavagem de dinheiro deve ser obrigatoriamente reduzida da metade se o autor for o mesmo da infração antecedente.

e) A conduta descrita na situação configura lavagem de dinheiro apenas se tiver havido a participação de terceira pessoa que desconhecesse a origem ilícita dos valores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da autolavagem (*self-laundering*), situação em que o próprio autor da infração antecedente oculta ou dissimula o seu produto, à luz da Lei nº 9.613/1998 e da jurisprudência dos tribunais superiores.

A alternativa **A** está **incorreta**, pois a autolavagem é punível no Brasil. A Corte Especial do STJ, na APn 989/DF, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgada em 16/02/2022, afastou a consunção entre a corrupção passiva e a lavagem quando o agente pratica atos autônomos para dar aparência de licitude aos valores recebidos. A lavagem não é mero exaurimento do crime antecedente, porque lesa bem jurídico diverso.

A alternativa **B** está **correta**, pois a autolavagem exige atos de ocultação ou dissimulação diversos e autônomos daqueles que compõem a infração antecedente. O simples recebimento da vantagem ou o usufruto do proveito do crime não bastam. O Plenário do STF adotou essa orientação na AP 470, nos embargos infringentes julgados em 13/03/2014, ao absolver réus de lavagem por ausência de ato autônomo posterior à corrupção passiva. O STJ consolidou o mesmo entendimento na tese 7 da edição 166 da Jurisprudência em Teses. No caso, o ex-prefeito praticou esse ato autônomo ao usar interpostas pessoas para esconder a real propriedade dos imóveis.

"Art. 1º da Lei nº 9.613/1998. Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal. (...) Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa."

A alternativa **C** está **incorreta**, pois a lavagem é crime autônomo em relação à infração antecedente (tese 6 da edição 166 da Jurisprudência em Teses do STJ). O processo e o julgamento independem do processo e do julgamento da infração antecedente (art. 2º, II, da Lei nº 9.613/1998). Para a denúncia, bastam indícios

suficientes da infração antecedente, e os fatos são puníveis ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade (art. 2º, § 1º).

A alternativa **D** está **incorreta**, pois a lei não prevê redução obrigatória de pena para quem também cometeu a infração antecedente. A única causa de redução, de um a dois terços, está no art. 1º, § 5º, da Lei nº 9.613/1998. Ela depende de colaboração espontânea com as autoridades e é facultativa, já que a pena "poderá" ser reduzida.

A alternativa **E** está **incorreta**, pois o art. 1º da Lei nº 9.613/1998 não exige a participação de terceiro de boa-fé. A conduta do próprio agente de ocultar a propriedade dos bens já basta. O uso de interpostas pessoas é apenas o meio da ocultação, e a lavagem se configura quer elas conheçam, quer não, a origem ilícita dos valores.

QUESTÃO 89. Em relação ao controle social do delito como objeto da criminologia, assinale a opção correta.

a) A polícia, a justiça e a opinião pública constituem agentes formais do controle social que atuam quando as instâncias informais de controle social fracassam em alcançar a conformidade ou a adaptação do indivíduo às normas comunitárias.

b) O controle social deve ser compreendido como o conjunto de estratégias e doutrinas que buscam a emancipação do indivíduo frente ao sistema penal, garantindo, por meio da atuação dos agentes formais e informais, a libertação da pessoa humana de condicionamentos e disciplinas sociais e normativas que submetem o ser humano a modelos ou padrões de condutas comunitárias.

c) O direito penal simboliza, entre todos os subsistemas normativos do controle social, o mais formalizado, racionalmente estruturado, com superior divisão do trabalho e especialidade funcional.

d) A criminologia positivista, ao atribuir destaque à pessoa do delinquente, buscou criticar o concreto funcionamento do sistema, questionando as definições legais e seu quadro normativo correspondente, conferindo grande importância e atenção aos problemas do controle social como objeto dos estudos criminológicos.

e) Os agentes formais do controle social buscam a disciplina do indivíduo, visando condicioná-lo por meio de um processo de socialização que interioriza na pessoa humana as pautas de conduta transmitidas e apreendidas em núcleos que incluem a família, a escola, a profissão e o trabalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre o controle social do delito, um dos objetos da criminologia moderna, e sobre a distinção entre suas instâncias formais e informais.

A alternativa **A** está incorreta, pois a opinião pública não é agente formal, mas informal, de controle social. Os agentes formais são as instâncias estatais, como polícia, Ministério Público, justiça e administração penitenciária.

A alternativa **B** está incorreta, porque o controle social é o conjunto de mecanismos e sanções que buscam submeter o indivíduo aos modelos e normas comunitários, e não libertá-lo deles.

A alternativa **C** está correta, uma vez que o direito penal é a instância mais formalizada do controle social, com procedimentos rigorosos, leis estritas e estrutura institucional racionalizada, com nítida divisão de funções entre os órgãos estatais.

A alternativa **D** está incorreta, porquanto a criminologia positivista centrou-se no delinquente e aceitou acriticamente as definições legais de crime. A crítica ao funcionamento do sistema e a atenção ao controle social são marcas das teorias da reação social e da criminologia crítica.

A alternativa **E** está incorreta, pois a socialização em núcleos como família, escola, profissão e trabalho é própria dos agentes informais de controle social, e não dos formais.

QUESTÃO 90. Em relação aos modelos de reação ao crime no âmbito da criminologia, assinale a opção correta.

a) O modelo ressocializador, de base idealista que se afasta do real, do histórico e do empírico, coloca no centro do debate criminológico o sistema dos fins ideais da pena, considerando o castigo uma inutilidade, uma vez que não reconhece a possibilidade de reinserção social do infrator.

b) O modelo ressocializador, ao colocar o sistema no centro da reflexão científica, interessou-se pelo delinquente abstrato e se afastou do estudo do impacto real do castigo no condenado concreto.

c) O modelo dissuasório clássico procura dar uma resposta ao delito, tendo como prioridade a reparação do dano causado à vítima e a ressocialização do infrator em detrimento da prevenção eficaz da criminalidade.

d) No modelo dissuasório clássico, o problema criminal é de natureza social, enquanto, no modelo ressocializador, o acontecimento delitivo é a expressão de um enfrentamento formal e simbólico entre o Estado e o infrator.

e) O modelo dissuasório clássico confere relevância à pretensão punitiva do Estado e ao justo e necessário castigo do delinquente como forma de prevenção eficaz da criminalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre os modelos de reação ao delito estudados pela criminologia: o dissuasório clássico, o ressocializador e o integrador (ou restaurativo).

A alternativa **A** está incorreta, pois a base idealista, centrada no sistema dos fins ideais da pena, é traço do modelo dissuasório clássico. O modelo ressocializador, ao contrário, é realista e empírico, preocupado com o impacto concreto da pena, e acredita na possibilidade de reinserção social do infrator.

A alternativa **B** está incorreta, porque o modelo ressocializador colocou no centro da reflexão o homem concreto, e não o sistema, interessando-se justamente pelo impacto real do castigo no condenado.

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que a prioridade da reparação do dano à vítima é característica do modelo integrador ou restaurativo, e a ressocialização é própria do modelo ressocializador.

A alternativa **D** está incorreta, porquanto inverte os modelos: é no dissuasório clássico que o crime aparece como enfrentamento formal e simbólico entre Estado e infrator.

A alternativa **E** está correta, pois o modelo dissuasório clássico centra-se na pretensão punitiva estatal e no castigo justo e necessário como instrumento de prevenção da criminalidade.

QUESTÃO 91. O método empregado pela criminologia moderna que permitiu o reconhecimento de sua autonomia, sua consolidação e seu status de ciência é o

a) método formal e dedutivo, que aproximou a criminologia do direito, qualificando-a como ciência do "dever ser".

b) método empírico, baseado na análise, na observação e na indução, por influência do positivismo.

c) método abstrato, formal e dedutivo, de base científica, por meio do qual se superou a concepção dos estudiosos criminológicos clássicos.

d) método lógico-dedutivo, o que permitiu a superação da opinião tradicional na análise das questões criminológicas.

e) método dedutivo, o qual ajudou o criminólogo a verificar ou refutar suas hipóteses por meio de um elevado grau de intuição e do emprego do silogismo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre o método da criminologia e sua consolidação como ciência autônoma.

A alternativa **A** está incorreta, pois o método formal e dedutivo é próprio do direito, ciência do "dever ser". A criminologia é ciência do "ser".

A alternativa **B** está correta, porque a criminologia consolidou sua autonomia com a adoção do método empírico, baseado na observação, na análise e na indução, sob influência do positivismo do final do século XIX.

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que o método abstrato, formal e dedutivo é justamente o da Escola Clássica, que o positivismo superou com o método empírico.

A alternativa **D** está incorreta, porquanto o método lógico-dedutivo caracteriza o pensamento clássico, e não a criminologia científica.

A alternativa **E** está incorreta, pois a verificação ou refutação de hipóteses na criminologia se faz por observação e experimentação da realidade, e não por intuição e silogismo.

QUESTÃO 92. No curso de um processo criminal sobre crime de estupro, o advogado do réu, em sua fala, responsabilizou a vítima pela ocorrência do delito, argumentando que a conduta dela teria provocado e contribuído para o crime. A vítima sentiu-se muito humilhada por tal sustentação do defensor do réu.

Nessa situação hipotética, a conduta do advogado do réu resultou em

a) concurso de vitimização primária e secundária, pois a dor e a humilhação sofridas pela vítima geraram novos e graves transtornos psíquicos sobre a própria vida dela.

b) concurso de vitimização primária e terciária, pois os danos provocados à vítima pelo crime foram relembrados intencionalmente pela estratégia de defesa do advogado do réu.

c) vitimização primária, haja vista os efeitos que causou diretamente à pessoa da vítima.

d) vitimização secundária, haja vista o incremento do padecimento gerado à vítima pela intervenção do sistema legal.

e) vitimização terciária, haja vista os custos penais e sociais que a ocorrência do delito provocou na vítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre os graus de vitimização estudados pela vitimologia: primária, secundária e terciária.

A alternativa **A** está incorreta, pois a conduta do advogado não gera vitimização primária, que decorre diretamente do crime. O sofrimento causado no curso do processo é vitimização secundária.

A alternativa **B** está incorreta, porque a vitimização terciária não decorre da atuação das instâncias formais no processo, e a conduta do advogado não produz vitimização primária.

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que a vitimização primária é a causada pelo próprio delito, e não pela atuação posterior no processo.

A alternativa **D** está correta, porquanto a vitimização secundária, ou sobrevitimização, é o sofrimento adicional causado à vítima pelas instâncias formais de controle social, no curso da investigação ou do processo.

"CPP, art. 400-A. Na audiência de instrução e julgamento, e, em especial, nas que apurem crimes contra a dignidade sexual, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão zelar pela

integridade física e psicológica da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz garantir o cumprimento do disposto neste artigo, vedadas: I - a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos; II - a utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas."

A alternativa **E** está incorreta, pois a vitimização terciária está ligada ao abandono e à estigmatização da vítima pelo meio social, e não à atuação dos sujeitos processuais.

QUESTÃO 93. A prevenção do delito, no Estado democrático de direito, interessa a todos os poderes públicos, ao sistema legal e à sociedade geral. Nesse contexto, a prevenção secundária

a) busca evitar a reincidência, apresentando-se como uma intervenção tardia — porque aparece somente depois do cometimento do crime — e, portanto, de caráter acentuadamente punitivo.

b) ocorre antes que o crime se manifeste, criando as condições necessárias para uma socialização proveitosa de acordo com os objetivos da sociedade, contribuindo para a formação de cidadãos com capacidade de superar eventuais conflitos.

c) ocorre depois da prática do crime, tendo como destinatário o condenado ou recluso, buscando especificamente evitar a reincidência.

d) surge quando e onde o conflito delitivo se manifesta ou se exterioriza, sendo orientada, de forma seletiva, a determinados setores da sociedade, a grupos ou subgrupos que apresentam maior risco ao surgimento do problema criminal.

e) opera a médio e longo prazo, dirigindo-se a todos os cidadãos e atuando, entre outros âmbitos, em educação, socialização, trabalho, bem-estar social e qualidade de vida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D.** A questão trata sobre os níveis de prevenção do delito: primária, secundária e terciária.

A alternativa **A** está incorreta, pois descreve a prevenção terciária, voltada a evitar a reincidência após o crime.

A alternativa **B** está incorreta, porque descreve a prevenção primária, que atua antes do crime, na socialização e nas causas estruturais.

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que a prevenção dirigida ao condenado ou recluso, para evitar a reincidência, é a terciária.

A alternativa **D** está correta, porquanto a prevenção secundária atua quando e onde o conflito se manifesta, de forma seletiva, sobre grupos e setores de maior risco.

A alternativa **E** está incorreta, pois a atuação a médio e longo prazo, dirigida a todos os cidadãos, em educação, trabalho e bem-estar social, caracteriza a prevenção primária.

QUESTÃO 94. No âmbito das teorias sociológicas, a ideia de que a cidade produz delinquência, ou seja, de que há um evidente paralelismo entre o processo de criação ou desenvolvimento de novos centros urbanos e a sua criminalidade, é objeto de estudo da

a) teoria do processo social.

b) teoria ecológica.

c) teoria do conflito social.

d) teoria do conflito cultural.

e) teoria da anomia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre as teorias sociológicas da criminalidade, em especial a teoria ecológica, desenvolvida pela Escola de Chicago.

A alternativa **A** está incorreta, pois as teorias do processo social (aprendizagem, controle e etiquetamento) explicam o crime a partir das interações do indivíduo com os grupos e instituições, e não do crescimento urbano.

A alternativa **B** está correta, porque a teoria ecológica, da Escola de Chicago, sustenta que a cidade produz delinquência, relacionando a expansão urbana desordenada e a desorganização social à criminalidade.

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que a teoria do conflito social explica o crime a partir das disputas de poder e interesses entre grupos na sociedade.

A alternativa **D** está incorreta, porquanto a teoria do conflito cultural relaciona o crime ao choque entre normas de conduta de grupos culturais diversos.

A alternativa **E** está incorreta, pois a teoria da anomia vincula o crime à ausência ou ao enfraquecimento de normas e à tensão entre metas culturais e meios institucionalizados.

QUESTÃO 95. A respeito das funções da criminologia e da política criminal, assinale a opção correta.

a) A criminologia fornece o substrato explicativo-empírico do sistema das ciências criminais, isto é, o fundamento científico.

b) A criminologia, na resposta científico-social ao problema do crime, apresenta estratégias e alternativas que orientam a política criminal em proposições normativas gerais e obrigatórias.

c) A função da criminologia é intermediar a relação entre a política criminal e o direito penal, ao passo que a função da política criminal é intermediar a relação entre o direito penal e as garantias individuais do Estado democrático de direito.

d) A criminologia apresenta o saber normativo e instrumental sobre o delito, para que seja transformado em opções, fórmulas e programas que orientem os poderes públicos na tomada de decisões para o controle da criminalidade.

e) A função da criminologia é reunir um conjunto de conhecimentos verificados empiricamente a respeito do fenômeno criminal, ao passo que a função da política criminal é transformar esse conhecimento empírico em decisão normativa ou proposição jurídica de caráter geral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A.** A questão trata sobre as funções da criminologia e da política criminal no sistema das ciências criminais, integrado também pelo direito penal.

A alternativa **A** está correta, pois a criminologia, ciência empírica e interdisciplinar, fornece o substrato explicativo-empírico do sistema das ciências criminais, ou seja, o seu fundamento científico. Sobre esse conhecimento verificado atuam a política criminal e o direito penal.

A alternativa **B** está incorreta, porque a criminologia não apresenta estratégias nem formula proposições normativas gerais e obrigatórias. A elaboração de estratégias e alternativas é tarefa da política criminal, e a conversão em proposições jurídicas gerais e obrigatórias é tarefa do direito penal.

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que a política criminal, e não a criminologia, é quem faz a ponte entre o saber empírico criminológico e o direito penal. Tampouco cabe à política criminal intermediar a relação entre o direito penal e as garantias individuais.

A alternativa **D** está incorreta, porquanto a criminologia é ciência do "ser", de método empírico, e não apresenta saber normativo. A transformação do saber criminológico em opções e programas para os poderes públicos é função da política criminal.

A alternativa **E** está incorreta, pois, embora seja correto afirmar que a criminologia reúne conhecimentos empiricamente verificados sobre o fenômeno criminal, não é função da política criminal convertê-los em proposição jurídica de caráter geral. A política criminal transforma esse saber em opções, estratégias e programas, e o direito penal é que os converte em proposições jurídicas gerais e obrigatórias.

QUESTÃO 96. Conforme os modelos teóricos da criminologia, a prevenção primária do delito

a) atua por meio de um conjunto de ações e programas que objetivam a recuperação social do delinquente, visando à diminuição dos índices de reincidência.

b) estabelece programas de prevenção policial, de controle dos meios de comunicação e de ordenação do espaço urbano, procurando desenvolver essas ações em bairros de classes sociais menos favorecidas.

c) cria os pressupostos necessários e orientados para combater as causas do delito, a origem do conflito criminal, procurando neutralizar o problema antes de sua manifestação.

d) atua junto à política legislativa e próxima à ação policial, buscando combater o crime no lugar onde o delinquente executa a ação delituosa.

e) busca compreender os efeitos nocivos derivados do delito ou do fato traumático sobre a vítima, contribuindo, assim, para a reinserção da pessoa ofendida como protagonista do conflito penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre a prevenção primária do delito.

A alternativa **A** está incorreta, pois a recuperação social do delinquente para reduzir a reincidência é objeto da prevenção terciária.

A alternativa **B** está incorreta, porque a prevenção policial, o controle dos meios de comunicação e a ordenação urbana em áreas de maior risco são instrumentos da prevenção secundária.

A alternativa **C** está correta, uma vez que a prevenção primária ataca as causas do delito, a raiz do conflito criminal, buscando neutralizá-lo antes de sua manifestação.

A alternativa **D** está incorreta, porquanto a atuação próxima à ação policial, no local onde o crime se manifesta, caracteriza a prevenção secundária.

A alternativa **E** está incorreta, pois a compreensão dos efeitos do delito sobre a vítima e sua reinserção como protagonista do conflito são temas da vitimologia, e não da prevenção primária.

QUESTÃO 97. Considerando os três pilares do sistema das ciências criminais, julgue os itens a seguir.

I A criminologia deve reunir um conjunto de conhecimentos que tenham sido submetidos à rigorosa verificação empírica sobre o problema criminal.

II A política criminal utiliza o conjunto de conhecimentos empíricos reunidos pela criminologia para transformá-lo em opções, alternativas e programas científicos que fundamentem as decisões dos poderes públicos no controle da criminalidade.

III O direito penal procura concretizar a oferta da política criminal em instrumental normativo, por intermédio de proposições jurídicas de caráter geral e obrigatório.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre a relação de interdependência entre criminologia, política criminal e direito penal.

O item **I** está correto, pois a criminologia, ciência empírica do "ser", deve reunir conhecimentos submetidos à rigorosa verificação empírica sobre o problema criminal.

O item **II** está correto, porque a política criminal transforma o saber empírico da criminologia em opções, alternativas e programas que orientam as decisões dos poderes públicos.

O item **III** está correto, uma vez que o direito penal converte as opções da política criminal em proposições jurídicas gerais e obrigatórias.

QUESTÃO 98. De acordo com a criminologia moderna, os programas que se orientam às causas do crime, isto é, à origem dos conflitos criminais, procurando neutralizá-los antes que eles se manifestem na sociedade, constituem a denominada

a) prevenção secundária.

b) prevenção terciária.

c) prevenção geral.

d) prevenção especial.

e) prevenção primária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E.** A questão trata sobre a classificação da prevenção do delito na criminologia moderna.

A alternativa **A** está incorreta, pois a prevenção secundária atua quando e onde o crime se manifesta, sobre grupos de risco, e não nas causas do delito antes de sua manifestação.

A alternativa **B** está incorreta, porque a prevenção terciária atua após o crime, sobre o condenado, para evitar a reincidência.

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que a prevenção geral é finalidade da pena, dirigida à coletividade, e não categoria da classificação criminológica dos programas de prevenção.

A alternativa **D** está incorreta, porquanto a prevenção especial também é finalidade da pena, dirigida ao próprio condenado.

A alternativa **E** está correta, pois os programas orientados às causas do crime, que buscam neutralizar o conflito antes de sua manifestação, constituem a prevenção primária.

QUESTÃO 99. Os objetos da criminologia moderna incluem

a) a prevenção do delito por meio do estudo da pena e do delito, a fim de dar uma resposta eficaz ao problema criminal, e pela melhoria da infraestrutura do sistema legal com mais policiais, melhores juízes e promotores e aumento das unidades prisionais.

b) o delito como algo real, fático; o delinquente examinado nas suas interdependências sociais, como unidade biopsicossocial, e não apenas como realidade biopsicopatológica; a protagonização da vítima do conflito ou problema social; e o controle social do delito como verdadeiro giro metodológico que enriquece o objeto dos estudos criminológicos.

c) o estudo das definições formais ou normativas de delito, valorando o fato delitivo abstratamente, o que permite ao Estado a delimitação da intervenção punitiva e um maior controle da criminalidade.

d) o estudo dos delitos relacionados à psicopatologia, dos crimes violentos, dos maus-tratos a crianças e adolescentes, do abuso sexual, bem como de outras formas variadas de agressões físicas, aprofundando, dessa maneira, a centralização dos estudos criminológicos na pessoa do delinquente, tornando-o uma realidade biopsicopatológica.

e) o conceito legal e inquestionável de delito; o princípio da diversidade (patológica) do homem delinquente; as teorias etiológicas da criminalidade; e os fins da pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B.** A questão trata sobre os objetos da criminologia moderna: delito, delinquente, vítima e controle social.

A alternativa **A** está incorreta, pois o estudo da pena e a melhoria da infraestrutura do sistema legal, com mais policiais e mais unidades prisionais, não constituem objetos da criminologia moderna, que tampouco se reduz a uma lógica de expansão do aparato repressivo.

A alternativa **B** está correta, porque descreve os quatro objetos da criminologia moderna: o delito como fenômeno real, o delinquente como unidade biopsicossocial, a vítima como protagonista e o controle social.

A alternativa **C** está incorreta, uma vez que o estudo das definições formais e normativas do delito, em abstrato, é próprio do direito penal, e não da criminologia.

A alternativa **D** está incorreta, porquanto a centralização dos estudos no delinquente como realidade biopsicopatológica é característica da criminologia positivista, superada pela criminologia moderna.

A alternativa **E** está incorreta, pois o conceito legal de delito, a diversidade patológica do delinquente, as teorias etiológicas e os fins da pena refletem a criminologia tradicional, de matriz clássica e positivista.

QUESTÃO 100. Segundo a teoria do etiquetamento social (labelling approach),

a) a criminalidade é uma característica intrínseca do indivíduo e a função da criminologia é explicar as causas biológicas ou psicológicas do delito.

b) o crime é fruto de uma decisão racional e livre do infrator, o qual se utiliza de critérios de utilidade e oportunidade para cometê-lo.

c) os processos de criminalização são discriminatórios, seletivos, sendo importante identificar os fatores ou as razões pelas quais as instituições de controle social decidem impor ao indivíduo o status de delinquente.

d) o crime deve ser compreendido sob um enfoque dinâmico, de acordo com a natureza do processo de mudança e consolidação dos padrões de conduta do indivíduo e a gênese da conduta criminal, os quais evoluem conforme as variadas etapas do curso da vida do delinquente.

e) a cultura é um produto das mudanças sociais e os modelos culturais, por meio de suas numerosas contradições internas, constituem-se no fator mais importante para criminalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C.** A questão trata sobre a teoria do etiquetamento social (labelling approach), também chamada de teoria da reação social.

A alternativa **A** está incorreta, pois a visão da criminalidade como característica intrínseca do indivíduo, explicada por causas biológicas ou psicológicas, é própria do positivismo criminológico, que o labelling approach rejeita.

A alternativa **B** está incorreta, porque a concepção do crime como decisão racional e livre, baseada em utilidade e oportunidade, corresponde à Escola Clássica e às teorias da escolha racional.

A alternativa **C** está correta, uma vez que, para o labelling approach, a criminalização é processo seletivo e discriminatório, e o foco de estudo desloca-se para as razões pelas quais as instâncias de controle atribuem a alguém o status de delinquente.

A alternativa **D** está incorreta, porquanto o enfoque dinâmico do crime ao longo das etapas da vida do indivíduo é característico da criminologia do desenvolvimento ou do curso da vida.

A alternativa **E** está incorreta, pois a ideia de que os conflitos e contradições culturais são o principal fator da criminalidade aproxima-se das teorias do conflito cultural e subcultural, e não do labelling approach.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:

E-mail: vinicius.militao@estrategia.com

Instagram: estrategiacarreirajurídica